



Tribunal de Contas do Distrito Federal
Secretaria Geral de Controle Externo
Secretaria de Macroavaliação da Gestão Pública
Divisão de Auditoria de Programas e de Recursos Externos

e-DOC 71D3068F
Proc 28563/2014-e



Relatório dos Auditores Independentes **Tribunal de Contas do Distrito Federal**

- DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2014 -

Contrato de Empréstimo BID 1957/OC-BR
Programa de Transporte Urbano do Distrito Federal

Financiado pelo
Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID



Tribunal de Contas do Distrito Federal

Tribunal de Contas do Distrito Federal

Plenário – Conselheiros:

Antônio Renato Alves Rainha – Presidente

José Roberto de Paiva Martins - Vice-Presidente e Corregedor

Manoel Paulo de Andrade Neto

Anilcéia Luzia Machado

Inácio Magalhães Filho

Paulo Tadeu

Procuradores do Ministério Público Junto ao Tribunal

Demóstenes Tres Albuquerque - Procurador-Geral

Márcia Ferreira Cunha Farias

Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira

Marcos Felipe Pinheiro Lima

MISSÃO

**“ GERAR BENEFÍCIOS PARA A SOCIEDADE POR
MEIO DO APERFEIÇOAMENTO E CONTROLE
DA GESTÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS DO
DF.”**



Tribunal de Contas do Distrito Federal

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis do Contrato de Empréstimo BID nº 1957/OC-BR – Exercício 2014

EQUIPE DE AUDITORIA

Auditoria Financeira e Controle Interno

FABRÍCIO BIANCO ABREU

Auditor de Controle Externo

MARCELO MAGALHÃES SILVA DE SOUSA

Auditor de Controle Externo

JOSÉ HIGINO DE SOUZA

Auditor de Controle Externo

HENIRDES BATISTA BORGES

Diretor da Divisão de Auditoria de Programas e de Recursos Externos

Auditorias das obras e serviços de engenharia

MARCOS GARCIA DA SILVA PINTO

Auditor de Controle Externo

YURI GIVAGO DE ALMEIDA QUEIROGA

Auditor de Controle Externo

ADRIANA CUOCO PORTUGAL

Diretora do Núcleo de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia

LUCIENE DE FÁTIMA CARVALHO TEODORO

Secretária de Macroavaliação da Gestão Pública

LUIZ GENÉDIO MENDES JORGE

Secretário Geral de Controle Externo

FOTOS DA CAPA

Divisão de Auditoria de Programas e de Recursos Externos

DADOS PARA CONTATO

Tribunal de Contas do Distrito Federal

Secretaria Geral de Controle Externo

Secretaria de Macroavaliação da Gestão Pública

Divisão de Auditoria de Programas e de Recursos Externos

Praça do Buriti – Ed. Palácio Costa e Silva (Anexo)

Brasília – DF – CEP: 70.075-901

Fone: (61) 3314-2512



Tribunal de Contas do Distrito Federal

RESUMO

O Tribunal de Contas do DF foi eleito pelo BID como Auditor Independente dos contratos de empréstimo do Banco que tenham o Distrito Federal como mutuário, assinados a partir de 2009. O presente Relatório apresenta o resultado da sexta auditoria realizada no Contrato de Empréstimo nº 1957/OC-BR, celebrado entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e o Distrito Federal, para implantação do Programa de Transporte Urbano do Distrito Federal – PTU-DF. Apresenta-se o Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras do exercício de 2014, sobre o registro, controle e destinação de bens adquiridos com recursos do Programa, sobre o cumprimento das cláusulas contratuais, sobre o cumprimento das normas de aquisições e de desembolso, sobre a fiscalização de obras e serviços de engenharia, sobre o atingimento de metas do Programa e sobre o sistema de controle interno.

**ABREVIATURAS**

ABCE	Associação Brasileira de Consultores de Engenharia
ABNT NBR 9050	Norma brasileira sobre acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos
ACEs	Auditores de Controle Externo
AGEFIS	Agência de Fiscalização do Distrito Federal
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CBR	Abreviatura para "Country Brazil" – expressão utilizada para identificar os documentos com os quais o Banco se comunica oficialmente com seus mutuários no Brasil.
CCRC	Câmara de Compensação de Receitas e Créditos
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
COSO	Committee of Sponsoring Organizations
COTER	Coordenação de Terminais Rodoviários
DER/DF	Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal (coexecutor)
DETRAN/DF	Departamento de Trânsito do Distrito Federal
DF	Distrito Federal
DFTrans	Transporte Urbano do Distrito Federal
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte
EPCT	Estrada Parque do Contorno
EPNB	Estrada Parque do Núcleo Bandeirante
EPVP	Estrada Parque Vicente Pires
EPTG	Estrada Parque Taguatinga Guará
IBRAM	Instituto Brasília Ambiental
IFAC	International Federation of Accountants
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
INTOSAI	Organização Internacional de Instituições Fiscalizadoras Superiores
IPSAB	International Public Sector Accounting Standards Board
IRRF	Imposto de Renda Retido na Fonte
ITS	Sistema Inteligente de Transporte
NFO/TCDF	Núcleo de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia do Tribunal de Contas do Distrito Federal
LMS	Sigla utilizada para designar o sistema do BID utilizado no gerenciamento de empréstimos (Loan Management System)
NE	Nota de Empenho
NL	Nota de Lançamento
NOVACAP	Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (coexecutor)
OB	Ordem Bancária
PDTU	Plano Diretor de Transporte Urbano
PGDF	Procuradoria-Geral do Distrito Federal
PROCAD/PGDF	Procuradoria Administrativa da Procuradoria-Geral do Distrito Federal
PTU	Programa de Transporte Urbano
QNR	Quadra Norte R - bairro da região administrativa de Ceilândia, no Distrito Federal.
RFFSA	Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima
SAG	Sistema de Acompanhamento Governamental
SBA	Sistema de Bilhetagem Automática
SD	Solicitação de Desembolso
SEFAZ/DF	Secretaria de Fazenda do Distrito Federal
SEMAG	Secretaria de Macroavaliação Governamental
SIG	Sistema de Informações Gerenciais
SIGGO	Sistema Integrado de Gestão Governamental do Distrito Federal
SINAPI	Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil
STC	Secretaria de Transparência e Controle
SUAG/ST	Subsecretaria de Administração Geral da Secretaria de Transportes do DF
TCDF	Tribunal de Contas do Distrito Federal
TI	Tecnologia da Informação
UGL	Unidade de Gestão Local (são as unidades coexecutoras do Programa)
UAG	Unidade de Administração Geral
UEGP	Unidade Especial de Gerenciamento do Programa (unidade responsável pela gestão e gerenciamento da aplicação dos recursos do Contrato de Empréstimo, bem como pela comprovação da aplicação dos recursos ao BID)
UGL	Unidade Gerenciadora Local
VOLARE	Programa de orçamento, planejamento e controle de obras desenvolvido pela PINI Sistemas



SUMÁRIO

<i>RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS BÁSICAS DO PROGRAMA PTU/DF</i>	<i>7</i>
<i>RELATÓRIO SOBRE O CUMPRIMENTO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS .</i>	<i>10</i>
<i>RELATÓRIO SOBRE PROCEDIMENTOS DE AQUISIÇÕES DE BENS, OBRAS E SERVIÇOS.....</i>	<i>12</i>
<i>RELATÓRIO DE AUDITORIA E DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO</i>	<i>14</i>
I. INTRODUÇÃO	14
II. ANÁLISE DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO	22
III. ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRA BÁSICAS.....	33
IV. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS	36
V. ANÁLISE DOS PROCEDIMENTOS DE AQUISIÇÕES E OBRAS.....	44
A. Procedimentos de Aquisições	44
B. Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia	47
VI. ANÁLISE DOS PROCEDIMENTOS RELATIVOS A REGISTRO, CONTROLE, MANUTENÇÃO E EFETIVA UTILIZAÇÃO DOS BENS ADQUIRIDOS COM RECURSO DO PROGRAMA.....	50
VII. ANÁLISE DO GRAU DE ATINGIMENTO DE METAS DOS OBJETIVOS DO PROGRAMA.....	52
VIII. ANÁLISE DO SANEAMENTO DE PENDÊNCIAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	58
A. Demonstrações Financeiras Básicas	58
B. Cumprimento de Cláusulas Contratuais	62
C. Procedimentos de Aquisições e Obras	67
D. Sistema de Controle Interno	75
IX. ANÁLISE DA MANIFESTAÇÃO DO GESTOR.....	76
X. CONCLUSÃO.....	82

ANEXO A – Demonstrações Financeiras do Exercício de 2014

ANEXO B – Relatório de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia

ANEXO C – Justificativas e Providências do Mutuário



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS BÁSICAS DO PROGRAMA PTU/DF

Ao Coordenador Executivo da Unidade Especial de Gerenciamento do Programa de Transporte Urbano do Distrito Federal – UEGP/PTU

Examinamos as Demonstrações Financeiras Básicas do Programa PTU, compreendendo a Demonstração de Fluxos de Caixa para o período findo em 31 de dezembro de 2014, a Demonstração de Investimento Acumulados em 31 de dezembro de 2014, expressos em dólares estadunidenses, assim como o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas às demonstrações financeiras do Programa, elaboradas pela Unidade Especial de Gerenciamento do Programa da Secretaria de Estado de Mobilidade do Distrito Federal (SEMOB/DF) e financiados com recursos do Contrato de Empréstimo nº 1957/OC-BR do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e com aportes da Contrapartida local do Governo do Distrito Federal.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações ou financeiras

2. A administração do Programa é responsável pela elaboração e apresentação confiável dessas demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais sobre Relatório Financeiro do *International Public Sector Accounting Standards Board* – IPSASB e com as cláusulas do contrato de empréstimo, bem como pelos controles internos que considerou como necessários para que essas demonstrações estejam livres de distorção relevante, causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

3. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas Demonstrações Financeiras com base em nossa auditoria. Realizamos nossa auditoria de acordo com o Manual de Auditoria do Tribunal de Contas do Distrito Federal, que adota normas compatíveis com as normas e procedimentos de auditoria governamental emitidas pela Organização Internacional das Entidades Superiores de Fiscalização – INTOSAI, e requerimentos específicos do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as Demonstrações Financeiras estejam livres de distorção relevante.

4. Esta auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores e divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas Demonstrações Financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos adotados pela Entidade relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras e para planejar procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não com o propósito de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Esta auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das Demonstrações Financeiras tomadas em conjunto.



5. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria **com ressalva**.

Base para Opinião com ressalva

6. Verificou-se que algumas situações ressaltadas e enfatizadas na auditoria anterior, ainda não haviam sido solucionadas pelo Mutuário, no exercício findo em 2014, nem foram devidamente informadas nas Notas Explicativas dos Demonstrativos Financeiros sob exame. Dessa forma, ressaltamos, nos termos da ISSAI 1710, emitida pela INTOSAI, os seguintes fatos:

- a) divergência no montante de US\$ 2.945,65 referente a equívoco no valor da taxa de câmbio utilizada para conversão em dólares do montante da NF nº 89 – Consórcio Mendes Júnior/Serveng/CR Almeida (Solicitação de Desembolso nº 16), conforme parágrafos 222 a 227, do Relatório de Auditoria e do Sistema de Controle Interno;
- b) ausência de apresentação das conciliações bancárias completas, contendo os registros individualizados de cada fato contábil, de forma analítica, conforme parágrafo 234 a 239, do Relatório de Auditoria e do Sistema de Controle Interno;
- c) ausência de registro nos demonstrativos de despesas realizadas na execução da ciclovia de Recanto das Emas, construída pela NOVACAP, com recursos de contrapartida local, conforme parágrafos 249 a 260, do Relatório de Auditoria e do Sistema de Controle Interno;
- d) irregularidades na contratação, execução e pagamento de obras e serviços de adequação viária na EPTG verificadas nas auditorias anteriores, envolvendo recursos do BID e de contrapartida local, cuja estimativa do impacto financeiro nos demonstrativos é incerta, conforme descrito no parágrafo 91, itens “a”, “c” e “d” do Relatório de Auditoria e do Sistema de Controle Interno;
- e) execução de obras de ciclovias com indícios de superfaturamento e erros de medição verificada na auditoria de 2013, envolvendo recursos de contrapartida local, cuja estimativa do impacto financeiro nos demonstrativos é incerta, conforme descrito no parágrafo 91, item “b” do Relatório de Auditoria e do Sistema de Controle Interno.

7. Ressaltamos, ainda, com base em nossos trabalhos de auditoria relativos ao exercício de 2014, nos termos da ISSAI 1705, emitida pela INTOSAI, as seguintes ocorrências:

- a) ausência de apresentação das conciliações bancárias completas, contendo os registros individualizados de cada fato contábil, de forma analítica, conforme parágrafos 95 a 100 do Relatório de Auditoria e do Sistema de Controle Interno;
- b) falhas e irregularidades detectadas nos procedimentos de aquisições e execução de obras e serviços de engenharia relativos



a implantação dos terminais de ônibus de Recanto das Emas I e II, Riacho Fundo II, QNR-Ceilândia, Gama Leste, Sobradinho II e Samambaia Norte e Sul, envolvendo recursos do BID e de contrapartida local, cuja estimativa do impacto financeiro nos demonstrativos é incerta, conforme parágrafo 91, item “e”, do Relatório de Auditoria e do Sistema de Controle Interno.

- c) ausência de comprovação de que os pagamentos ocorridos de 01/01/2014 a 31/12/2014 à consultoria do Programa de Comunicação Social e Ambiental do PTU/DF tenham sido realizados a preço de mercado, conforme parágrafos 278 a 290, do Relatório de Auditoria e do Sistema de Controle Interno;

Opinião com ressalva

8. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos no parágrafo anterior, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam razoavelmente, em todos os aspectos relevantes, os fluxos de caixa para o período findo em 31 de dezembro de 2014 e os investimentos acumulados, em 31 de dezembro de 2014, do Programa PTU/DF, de acordo com a base contábil de recebimentos e pagamentos descrita no Item 2 da Nota Explicativa às demonstrações financeiras.

Parágrafo de Ênfase

9. Chamamos a atenção para a o Item 11 da Nota Explicativa que reconhece divergência de valores entre os Demonstrativos de Fluxo de Caixa e de Investimentos Acumulados, nos recursos de contrapartida local. As divergências ocorrem em relação aos saldos iniciais de 2014 e aos valores realizados no exercício de 2014: os “recursos efetuados” (desembolsos efetuados) do Demonstrativo de Fluxo de Caixa e os “investimentos acumulados” do Demonstrativos Acumulados de ambas as rubricas não coincidem, devido ao efeito do registro de despesas de exercício anteriores que ocorre com metodologia diversa em cada demonstrativo. Esse assunto foi tratado no Relatório de Auditoria e do Sistema de Controle Interno, parágrafos 80 a 88. No entanto, nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Brasília, 22 de abril de 2014.

Fabício Bianco Abreu
ACE/TCDF Mat. 449-9

José Higino de Souza
ACE/TCDF Mat. 662-9

Marcelo Magalhães Silva de Sousa
ACE/TCDF Mat. 1420-2



RELATÓRIO SOBRE O CUMPRIMENTO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS

10. Este relatório é complementar ao nosso parecer sobre as Demonstrações Financeiras.

11. Examinamos o cumprimento das cláusulas (Cláusulas nºs 1.01, 1.02 e 1.04, 2.02(b), 2.05, 3.01(b), 3.02, 3.03, 3.05, 4.01 a 4.07) e dos artigos contratuais (Artigos nºs 3.06(b), 4.01, 6.01, 6.03, 6.04(b), Artigo 7.01, 8.01 e 8.02) de caráter contábil e financeiro estabelecidos, respectivamente, nas Disposições Especiais e nas Normas Gerais do Contrato de Empréstimo nº 1957/OC-BR.

12. Realizamos nossa auditoria de acordo com o Manual de Auditoria do Tribunal de Contas do Distrito Federal, que adota normas compatíveis com as normas e procedimentos de auditoria governamental emitidas pela Organização Internacional das Entidades Superiores de Fiscalização – INTOSAI, e requerimentos específicos do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Essas normas requerem que planejem e executemos a auditoria para obter uma certeza razoável de que a Secretaria de Estado de Mobilidade do Distrito Federal cumpriu as cláusulas pertinentes do contrato de empréstimo, as leis e os regulamentos aplicáveis, bem como as disposições contidas nas diversas normas operacionais do Programa. A auditoria incluiu também o exame, em base de testes, da evidência apropriada.

13. Com base em nosso trabalho (ver Capítulos V e VI do Relatório de Auditoria e do Sistema de Controle Interno, parágrafos 141 a 165 e 166 a 177, respectivamente), não se observaram nem chegaram ao nosso conhecimento fatos ou eventos que caracterizem o descumprimento ou a violação, por parte do executor do contrato de empréstimo, das cláusulas contratuais e de suas disposições de caráter contábil e financeiro, relativos ao exercício financeiro findo em 31.12.2014, exceto quanto ao descumprimento dos seguintes artigos e cláusulas contratuais:

- a) Artigo 3.06(b) das Normas Gerais, devido à utilização de taxa de câmbio diversa daquela do dia do efetivo pagamento, conforme parágrafos 104 a 110 do Relatório de Auditoria e do Sistema de Controle Interno;
- b) Cláusula 4.02 das Disposições Especiais, tendo em vista a ausência de ações planejadas e periódicas de manutenção e conservação, conforme parágrafos 111 a 118 do Relatório supramencionado;
- c) Cláusula 4.04 das Disposições Especiais, em virtude da ausência de comprovação de que a contratação e os pagamentos dos serviços de consultoria do Programa de Comunicação Social e Ambiental do PTU/DF tenham sido realizados a preço de mercado, conforme parágrafos 119 a 121 do Relatório supramencionado;
- d) Cláusula 4.01 das Disposições Especiais e do Artigo 6.01 das Normas Gerais, por não proceder à aquisição e principalmente ao recebimento de medições parciais de obras de acordo com as especificações técnicas dos projetos básicos e executivos, especialmente das obras dos terminais de passageiros de Recanto das Emas I e II, Riacho Fundo II, QNR-Ceilândia, Gama Leste,



Tribunal de Contas do Distrito Federal

Sobradinho II, Samambaia Norte e Sul, conforme parágrafos 125 a 127 do Relatório supramencionado;

e) Artigo 6.03 das Normas Gerais, em virtude da utilização parcial de equipamentos de monitoramento e poluição de ar adquiridos com recursos do BID, conforme parágrafos 128 a 130 e Capítulo VI do Relatório de Auditoria e do Sistema de Controle Interno;

f) Artigo 7.01 e 7.02 das Normas Gerais, em virtude de fragilidades verificadas no Sistema de Controle Interno, conforme parágrafos 131 a 133 do Relatório supramencionado; e

g) Artigo 6.01 das Normas Gerais, em virtude do atraso em iniciar a reforma dos terminais do Núcleo Bandeirante, do Guará II, do Paranoá e de Taguatinga – Setor M Norte, conforme parágrafos 134 a 140 do Relatório de Auditoria e do Sistema de Controle Interno.

Brasília, 22 de abril de 2014.

Fabício Bianco Abreu
ACE/TCDF Mat. 449-9

José Higino de Souza
ACE/TCDF Mat. 662-9

Marcelo Magalhães Silva de Sousa
ACE/TCDF Mat. 1420-2



RELATÓRIO SOBRE PROCEDIMENTOS DE AQUISIÇÕES DE BENS, OBRAS E SERVIÇOS

14. Este relatório é complementar ao nosso parecer sobre as Demonstrações Financeiras.

15. Examinamos as Solicitações de Desembolso nºs 55 a 64 e os processos de aquisições de bens, contratação de obras e serviços de consultoria, efetuadas pelo Executor durante o período findo em 31.12.2014 e aqueles com pendências de exercícios anteriores. O exame incluiu a verificação da razoabilidade desses processos e da validade e da elegibilidade das despesas submetidas por meio de justificativas de desembolso do referido período.

16. A auditoria realizada incluiu o exame, baseado em provas seletivas da evidência que respalda os processos de seleção e contratação de bens, obras e serviços, dos valores e das informações referentes às solicitações de desembolso apresentadas, que fazem parte da demonstração de recursos recebidos e desembolsos efetuados, bem como de investimentos acumulados referentes ao período examinado.

17. Com base em nosso trabalho (ver Relatório de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia — Anexo B e Capítulo V do Relatório de Auditoria e do Sistema de Controle Interno, parágrafos 141 a 164), não se observaram nem chegaram ao nosso conhecimento fatos ou eventos que caracterizem o descumprimento ou a violação, por parte do executor do contrato de empréstimo, das normas relativas aos procedimentos de desembolso e de normas de aquisição, relativos ao exercício financeiro findo em 31.12.2014, exceto quanto ao seguinte:

- a) inconsistência entre os dados declarados nas Solicitações de Desembolso enviadas ao BID e os comprovantes encontrados nos processos de aquisição e de pagamento, conforme parágrafos 142 a 151 do Relatório de Auditoria e do Sistema de Controle Interno;
- b) pagamentos realizados em 2014 sem a devida comprovação de que serviços de consultoria do Programa de Comunicação Social e Ambiental do PTU/DF tenham sido realizados a preço de mercado, conforme parágrafos 152 a 154 do Relatório de Auditoria e do Sistema de Controle Interno;
- c) ausência de projetos e outros elementos fundamentais (memoriais e especificações), relativos à execução das obras dos terminais de passageiros de Recanto das Emas I e II, Riacho Fundo II, QNR-Ceilândia, Gama Leste, Sobradinho II, Samambaia Norte e Sul, conforme parágrafo 157 do Relatório de Auditoria e do Sistema de Controle Interno;
- d) ausência de estudo de alternativas para terraplenagem do Terminal QNR Ceilândia, conforme parágrafo 158 do Relatório de Auditoria e do Sistema de Controle Interno;
- e) fragilidades e inconsistências nos registros das medições da execução obras e serviços de engenharia, possibilitando antecipação de pagamentos das obras do terminal de passageiros



de Samambaia Sul, conforme parágrafo 159 do Relatório de Auditoria e do Sistema de Controle Interno;

- f) inconsistências na determinação dos quantitativos aditados, no terminal de passageiros de Sobradinho II, conforme parágrafo 160 do Relatório de Auditoria e do Sistema de Controle Interno;
- g) desconformidade entre os serviços contratados e os efetivamente executados, nos terminais de passageiros de Riacho Fundo II e QNR-Ceilândia, conforme parágrafo 161 do Relatório de Auditoria e do Sistema de Controle Interno
- h) execução de serviços com alterações de serviços previstos nos projetos sem formalização de termo aditivo na execução dos terminais de passageiros do Riacho Fundo II e Gama Leste, conforme parágrafo 162 do Relatório de Auditoria e do Sistema de Controle Interno;
- i) deficiências da execução dos serviços, execução incompleta ou deficiente, bem como itens danificados, que podem comprometer a qualidade final e a vida útil dos terminais de passageiros de Recanto das Emas I e II, Riacho Fundo II, QNR-Ceilândia, Gama Leste, Sobradinho II, Samambaia Norte e Sul, conforme parágrafo 163 do Relatório de Auditoria e do Sistema de Controle Interno;
- j) não atendimento de critérios de acessibilidade nos terminais de passageiros do Recanto das Emas I e II, Riacho Fundo II, QNR-Ceilândia, Gama Leste, Sobradinho II, Samambaia Sul e Norte, conforme parágrafo 164 do Relatório de Auditoria e do Sistema de Controle Interno;

Brasília, 22 de abril de 2014.

Fabício Bianco Abreu
ACE/TCDF Mat. 449-9

José Higino de Souza
ACE/TCDF Mat. 662-9

Marcelo Magalhães Silva de Sousa
ACE/TCDF Mat. 1420-2



RELATÓRIO DE AUDITORIA E DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

I. INTRODUÇÃO

Apresentação

18. Este relatório refere-se à auditoria de recursos externos prevista na Cláusula 5.02 das Disposições Especiais do Contrato de Empréstimo nº 1957/OC-BR, relativa às demonstrações financeiras de 2014. O planejamento desta auditoria seguiu as mesmas orientações gerais aplicadas nas auditorias dos exercícios anteriores no referido contrato.

19. Os procedimentos estão em consonância com o Manual de Auditoria – Parte Geral – TCDF, que possui normas e diretrizes equivalentes à estratégia global e ao plano de auditoria previstos nas normas internacionais, conforme ISSAIs 1210, 1220, 1240, 1260, 1300, 1315, 1330, 1450 e 1580 da INTOSAI.

Elegibilidade do TCDF como Auditor Independente do BID

20. Esta auditoria foi motivada pelo Documento de Elegibilidade nº CBR-3530/20091, no qual o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID autoriza o Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF a atuar como auditor independente nos contratos de recursos externos daquele banco celebrados com o Distrito Federal, incluindo o Contrato de Empréstimo nº 1957/OC-BR. Em 2011, por intermédio da CBR-772/2012, de 13/03/2012, o BID ratificou plenamente os termos do acordo de elegibilidade do TCDF, como Auditor Independente.

Requisitos de independência

21. Nos termos da ISSAI 1260, todos os auditores envolvidos neste trabalho devem assinar a Declaração de Independência prevista naquelas normas internacionais de auditoria, documento equivalente ao Termo de Não-Impedimento exigido nas normas internas deste Tribunal, conforme preconizado no item 3, título I, do Manual de Auditoria – Parte Geral. Os textos dos dois documentos foram consolidados e adaptados à realidade deste auditor independente, estando devidamente assinados pelos auditores e anexados aos autos do Processo TCDF nº 28563/2014-e.

¹ O citado Termo de Elegibilidade assinado pelo TCDF e o BID está anexado ao sistema processual do TCDF, nos papéis de trabalho dos autos do primeiro processo de auditoria do contrato de empréstimo (Processo Administrativo nº 37553/2009).



Requisitos de capacitação da Equipe de Auditoria

22. As normas de auditoria bem como o termo de elegibilidade assinado pelo BID e o TCDF preveem a necessidade de treinamento e capacitação periódica dos Auditores de Controle Externo - ACEs responsáveis pela auditoria do contrato de empréstimo, como condição à manutenção da elegibilidade do auditor independente. Assim, em cumprimento ao acordo firmado, houve a realização de cursos de capacitação no exercício de 2014.

Requisitos de estruturas aceitáveis de relatórios financeiros

23. De acordo com a ISSAI 1210 da INTOSAI, exige-se como condição prévia para realização da auditoria de demonstrações financeiras que o auditor independente deve determinar se a estrutura de relatório financeiro a ser aplicada na elaboração das demonstrações contábeis é aceitável.

24. Quanto à citada exigência, foram considerados como base para a auditoria os relatórios financeiros intermediários (mensais e semestrais), no formato acordado entre o Mutuário e o Banco, principalmente o de encerramento do exercício, relativo ao mês de dezembro/2014. Como Demonstrativos Financeiros oficiais do Programa foram considerados aqueles apresentados em atendimento à Nota de Auditoria nº 09/2014 – Proc. Nº 28563/2014-e, que integram este relatório, conforme normas e diretrizes do BID.

Carta Compromisso do Auditor Independente e da Administração do Programa concordando com os termos de referência da auditoria

25. De acordo com a retrocitada ISSAI 1210, para determinar se existem condições prévias para realização da auditoria, o auditor independente deve ainda:

“obter a concordância da administração de que ela reconhece e entende sua responsabilidade:

- a) pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável, incluindo, quando relevante, sua adequada apresentação*
- b) pelo controle interno que a administração determinou como necessário para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorções relevantes, independentemente se causadas por fraude ou erro); e*
- c) fornecer ao auditor:*
 - (i) acesso a todas as informações relevantes de que a administração tem conhecimento para a elaboração das demonstrações contábeis, como registros, documentação e outros assuntos;*
 - (ii) informações adicionais que o auditor pode solicitar da administração para fins da auditoria; e*
 - (iii) acesso irrestrito a pessoas da entidade que o auditor determina ser necessário para obter evidência de auditoria.”*

26. Essa concordância e reconhecimento da administração, quanto à sua responsabilidade no processo de auditoria, foi solicitada por meio da Nota de Auditoria nº 08 – 28563/2014-e, por intermédio de apresentação de carta ao auditor por parte do Coordenador Executivo da Unidade Especial de Gerenciamento do Programa - UEGP/ST.



27. De acordo com a norma ISSAI 1210, cabe ao Auditor encaminhar a Carta Compromisso para a Administração do ente auditado, onde constam suas responsabilidades como auditor e também as da Administração.

28. Nesse documento, os auditores devem concordar e apresentar os termos do trabalho de Auditoria.

29. Desta forma, em cumprimento à referida exigência, foi elaborada a Carta Compromisso do Auditor Independente e da Administração do Programa, a qual foi devidamente assinada pelo Coordenador-Executivo da UEGP/ST, representante do Mutuário perante o Banco, e também pelos responsáveis pela realização desta auditoria.

Controle de Qualidade da Auditoria de Demonstrações Contábeis

30. A norma ISSAI 1220 da INTOSAI e normas do BID recomendam ao Auditor Independente realizar os procedimentos exigidos para controle de qualidade da auditoria de demonstrações contábeis, que sejam aplicáveis à auditoria de projetos.

31. Para cumprimento dessa norma é necessária, dentre outras exigências, a definição de responsabilidades pela execução, revisão e supervisão do processo de auditoria. Neste trabalho, ficou definido que, em cada tarefa e atividade, um dos Auditores executa, os outros Auditores revisam e o chefe da divisão e o Secretário de Controle Externo fazem a supervisão.

32. Além do cumprimento dessas exigências, foram elaborados *checklists* de procedimentos de auditoria de recursos externos, com vistas a adequar as práticas deste Tribunal às normas internacionais de auditoria e aos normativos do BID, bem como permitir a revisão dos procedimentos aplicados.

Termo de referência da auditoria

33. Quando o contrato de empréstimo e o termo de elegibilidade do TCDF foram assinados, não foi definido e aprovado termo de referência específico para a auditoria deste contrato de empréstimo.

34. As principais áreas e pontos potencialmente significantes, para o exercício 2014, foram definidos de acordo com as normas expedidas pelo BID, em especial aquelas previstas nas Guias de Relatórios Financeiros e Auditoria Externa de Operações Financiadas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Organização administrativa - Executores e coexecutores do Programa

35. O Mutuário responsável pela aplicação dos recursos do Contrato de Empréstimo perante o BID é o Distrito Federal, representado pela Secretaria de Estado de Mobilidade, anteriormente denominada Secretaria de Estado de Transporte, que conta com a UEGP/SEMOB (anteriormente denominada UEGP/ST) responsável pela gestão orçamentária, financeira, gerencial e operacional do Contrato. O Contrato também prevê mais três unidades coexecutoras do Programa: Transporte Urbano do Distrito Federal - DFTRANS, Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal – DER/DF e Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP.

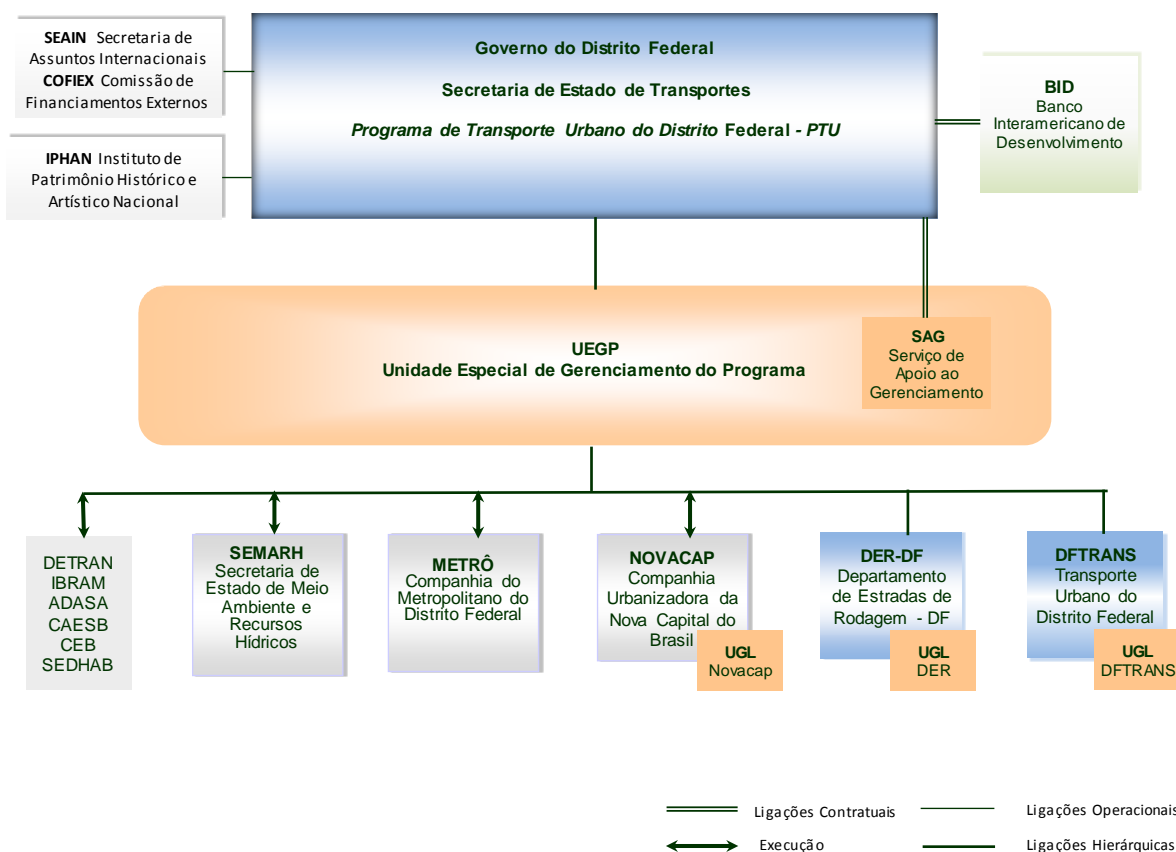


36. A estrutura de gestão e execução do programa é prevista na Cláusula 3.02 das Disposições Especiais do Contrato de Empréstimo nº 1957/OC-BR, conforme transcrição a seguir:

“CLÁUSULA 3.02. Condições especiais prévias ao primeiro desembolso. O primeiro desembolso do Financiamento está condicionado a que se cumpram, de forma que o Banco considere satisfatório, além das condições prévias estipuladas no Artigo 4.01 das Normas Gerais, os seguintes requisitos:

- (a) A celebração e a entrada em vigência de convênios de co-execução nos termos previamente acordados com o Banco, entre o Órgão Executor e cada uma das entidades co-executoras do Programa, quais sejam:
 - (i) DFTRANS – Transporte Urbano do Distrito Federal;
 - (ii) Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal – DER/DF; e
 - (iii) Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP.
- (b) A apresentação dos termos de referência para contratação de serviço de apoio ao gerenciamento do Programa previamente acordados com o Banco.
- (c) A constituição da Unidade de Gerenciamento do Programa (UEGP) e a nomeação de pessoal técnico chave (Coordenador-Executivo e Assessor).

Diagrama Funcional do Programa



Fonte: Relatório Semestral do Programa elaborado pela UEGP/SEMOB.



Unidade Especial de Gerenciamento do Programa

37. A missão institucional da UEGP/SEMOB é manter um sistema de gestão e monitoramento, contando com sistema computadorizado de gestão de projetos, em conformidade com os termos de referência previamente acordados com o banco.

38. A UEGP/SEMOB tem ainda como missão gerenciar o programa com base em indicadores relacionados à programação de atividades específicas; ao acompanhamento do avanço físico e financeiro dos componentes e ao monitoramento e controle periódico dos resultados intermediários da operação. Também tem a incumbência de compilar, arquivar e manter atualizadas a documentação e as informações de suporte ao Programa.

39. O custo da empresa que presta o serviço de apoio técnico e administrativo ao gerenciamento do programa é aceito como despesa para financiamento do BID.

Instrumentos de gestão administrativos, orçamentários, contábeis e financeiros

40. O principal sistema adotado é o Sistema Integrado de Gestão Governamental - SIGGO, onde as operações são processadas e posteriormente extraídas para tratamento em planilhas eletrônicas. Para os desembolsos, a UEGP/SEMOB solicita o desembolso ao BID via e-mail e este informa a transferência dos recursos. A UEGP/SEMOB recebe o comunicado e informa à Secretaria de Fazenda do DF, que providencia a internalização dos recursos.

41. Estes recursos ingressam em conta específica cuja movimentação é controlada pelo SIGGO. Há controles contábeis e financeiros no Sistema de Informações Gerenciais - SIG e no SIGGO, o primeiro para elaboração de demonstrações financeiras ao BID e o outro para prestação de contas ao TCDF.

42. O Mutuário responsável pela aplicação dos recursos do Contrato de Empréstimo perante o BID é o Distrito Federal, representado pela Secretaria de Estado de Mobilidade, que conta com a UEGP/SEMOB, responsável pela gestão orçamentária, financeira, gerencial e operacional do Contrato.

Objetivos do Programa de Transporte Urbano do Distrito Federal

43. O Programa de Transporte Urbano do Distrito Federal tem como objetivo melhorar as condições de mobilidade e de acessibilidade da população, principalmente aquelas com menores recursos, aumentando a integração entre os núcleos urbanos.

44. O Programa propõe-se a financiar um sistema moderno de transporte público coletivo por ônibus, contribuindo para a melhoria da circulação e da segurança do transporte motorizado e para o fortalecimento das iniciativas e capacidades de gestão do Distrito Federal. Uma síntese das categorias de investimento, após a revisão do Programa, está registrada na página seguinte:



QUADRO 1 – Investimentos do Programa

Valores em US\$ (x 1000)

Categoria de Investimento	INVESTIMENTOS VIGENTES Contrato assinado em 30/01/08			INVESTIMENTOS ACUMULADOS até 30/09/2014			REALIZADO NO 2º Semestre			INVESTIMENTOS ACUMULADOS até 31/12/2014			INVESTIMENTOS A REALIZAR até o Final do Programa		
	Total	BID	Local	Total	BID	Local	Total	BID	Local	Total	BID	Local	Total	BID	Local
1 Engenharia e Administração	24.000	15.200	8.800	19.345	11.547	7.798	959	925	34	20.304	12.472	7.832	3.696	2.728	968
1.1 Estudos e Projetos	9.200	1.880	7.320	6.984	680	6.304				6.984	680	6.304	2.216	1.200	1.016
1.2 Administração do Programa	14.800	13.320	1.480	12.361	10.867	1.494	959	925	34	13.320	11.792	1.528	1.480	1.528	-48
2 Custos Diretos	237.185	154.375	82.810	220.535	125.733	94.802	7.135	6.855	280	227.670	132.588	95.082	9.515	21.787	-12.272
2.1 Melhoria e Integração do Transporte Público Coletivo	215.185	139.435	75.750	199.532	121.811	77.721	6.508	6.253	255	206.040	128.064	77.976	9.145	11.371	-2.226
2.2 Melhoria da Segurança Viária para o Transp Motoriz. e Não Motoriz.	11.400	7.300	4.100	16.644		16.644				16.644		16.644	-5.244	7.300	-12.544
2.3 Centro de Controle e Sistema de Semáforos	2.000	1.000	1.000										2.000	1.000	1.000
2.4 Sistema de Gestão e Operação do Transporte Público Coletivo	3.000	1.600	1.400										3.000	1.600	1.400
2.5 Supervisão de Obras	5.600	5.040	560	4.359	3.922	437	627	602	25	4.986	4.524	462	614	516	98
3 Fortalecimento Institucional	8.000	7.200	800	327	245	82				327	245	82	7.673	6.955	718
3.1 Secretaria de Transportes	3.200	2.880	320										3.200	2.880	320
3.2 DFTrans	3.200	2.880	320										3.200	2.880	320
3.3 Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos	1.600	1.440	160	327	245	82				327	245	82	1.273	1.195	78
4 Custos Concorrentes	700		700										700		700
4.1 Desapropriações															
4.2 Reassentamentos															
4.3 Compensação Sócio-Ambiental (Execução do Programa)	700		700										700		700
5 Custos Financeiros															
5.1 Inspeção e supervisão															
Total por Fonte em US\$ (x1.000)	269.885	176.775	93.110	240.207	137.525	102.682	8.094	7.780	314	248.301	145.305	102.996	21.584	31.470	-9.886
Percentual por Fonte (%)	100,0	65,5	34,5	100,0	57,3	42,7	100,0	96,1	3,9	100,0	58,5	41,5	100,0	145,8	-45,8
Percentual sobre Investimento Vigente (%)				89,0	77,8	110,3	3,0	4,4	0,3	92,0	82,2	110,6	8,0	17,8	-10,6

Fonte: Ofício nº 007/2015-UEGP/SEMOB



Recursos envolvidos no Programa

45. O custo total do Programa foi fixado em U\$ 269.885.000,00 (duzentos e sessenta e nove milhões, oitocentos e oitenta e cinco mil dólares dos Estados Unidos da América). O BID financiará U\$ 176.775.000,00 (cento e setenta e seis milhões, setecentos e setenta e cinco mil dólares dos Estados Unidos da América).

46. A contrapartida do Mutuário, Distrito Federal, foi fixada em valores equivalentes a U\$ 93.110.000,00 (noventa e três milhões, cento e dez mil dólares dos Estados Unidos da América).

47. Os recursos do Programa devem ser registrados no SIGGO, tanto em relação ao orçamento quanto à execução financeira.

48. Até o final do exercício de 2014, foram relatados investimentos de U\$ 248 milhões de dólares, sendo U\$ 145 milhões do BID e U\$ 103 milhões de dólares de contrapartida do Distrito Federal. Com o aumento de custos do programa decorrente de variação cambial do real e erros de projetos de engenharia, os componentes a serem financiados foram alterados pela Missão Administrativa do BID, passando a ser chamado de PTU I.

49. Os investimentos do PTU I permaneceram em US\$ 269 milhões de dólares, conforme previsto no contrato original, contudo, foram excluídas e/ou reduzidas algumas ações previstas para serem implementadas.

Metodologia da auditoria

50. Para a execução da auditoria, foram definidas as questões cujas respostas eram necessárias para a elaboração dos relatórios e pareceres exigidos pelo BID, a partir das quais foram construídos *checklists* para aplicação das técnicas e procedimentos definidos para cada situação. Esse planejamento culminou na elaboração do Relatório de Levantamento Preliminar/Plano de Auditoria.

51. Na execução da auditoria, foram aplicados os testes previstos nesses retrocitados instrumentos de planejamento da auditoria, bem como aplicados os procedimentos previstos nos respectivos *checklists* e outros testes considerados necessários para complementar as verificações, tendo sido examinados processos de aquisições nos diversos coexecutores do Programa, analisados relatórios e informações produzidas pelo Programa, além de serem visitadas as obras financiadas pelo Programa. Também foram feitas atualizações da avaliação dos sistemas de controle interno.

Objetivo Geral da Auditoria

52. O objetivo geral desta auditoria foi emitir Relatório do Auditor Independente sobre: as informações financeiras e operacionais exigidas pelo BID, os registros contábeis, a documentação de apoio relacionada a gastos, o exame dos processos de aquisições de bens, obras e serviços, a avaliação do sistema de controle interno e a utilização dos recursos do projeto, em conformidade com os termos e condições do Contrato de Empréstimo 1957/OC-BR.



Objetivos Específicos da Auditoria (Questões de Auditoria)

53. O trabalho de auditoria foi dividido em oito questões de auditoria:
54. **Primeira Questão:** As demonstrações financeiras do Contrato nº 1957/OC-BR refletem, razoavelmente, a situação financeira do projeto e foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pela Comissão de Normas Internacionais de Contabilidade, com os requisitos de auditoria externa do BID e com os respectivos termos de referência?
55. **Segunda Questão:** O executor/mutuário cumpriu as condições do contrato, as normas do BID, as cláusulas de caráter contábil-financeiro e as leis e demais regulamentos aplicáveis ao Contrato nº 1957/OC-BR?
56. **Terceira Questão:** O executor/mutuário dispõe de documentação comprobatória válida para as despesas apresentadas ao BID e cumpriu as normas e os procedimentos de aquisição e desembolsos relativos à seleção, à adjudicação, à contratação, aos recebimentos e pagamentos de bens, obras e serviços de consultoria, bem como observou a qualificação exigida no contrato de empréstimo para as despesas financiadas com recursos do BID e da contrapartida local?
57. **Quarta Questão:** As obras financiadas com recursos do Contrato nº 1957/OC-BR estão sendo executadas a um custo razoável e de acordo com os planos e as especificações aprovadas nos respectivos contratos?
58. **Quinta Questão:** O mutuário adotou providências para saneamento das falhas, irregularidades e/ou recomendações de exercícios anteriores da Auditoria, do BID ou de outros órgãos?
59. **Sexta Questão:** Qual o grau de aderência do sistema de controle interno do organismo do executor e/ou coexecutores do Contrato nº 1957/OC-BR a cada um dos cinco componentes do modelo *Committee of Sponsoring Organizations* - COSO?
60. **Sétima Questão:** Os procedimentos para registro, controle e manutenção dos bens adquiridos com recursos do Programa estão em consonância com as normas previstas no Contrato de Empréstimo nº 1957/OC-BR?
61. **Oitava Questão:** Qual o grau de atingimento das metas e objetivos do Programa de Transporte Urbano do Distrito Federal?



II. ANÁLISE DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

62. A Secretaria de Estado de Mobilidade do Distrito Federal é responsável por estabelecer e manter um sistema de controle interno suficiente para mitigar os riscos de distorção das informações financeiras e proteger os ativos sob a custódia do projeto, incluindo as obras construídas e outros bens adquiridos. O cumprimento dessa responsabilidade requer juízos e estimativas da administração para avaliar os benefícios esperados e os custos relativos às políticas e procedimentos do sistema de controle interno. Os objetivos de um sistema de controle interno são fornecer à administração uma certeza razoável, embora não absoluta, de que os ativos estão protegidos contra perdas decorrentes de usos ou disposições não autorizados, de que as transações são realizadas de acordo com as autorizações da administração e os termos do contrato e estão adequadamente registradas para permitir a elaboração de Demonstrações Financeiras confiáveis. Devido às limitações inerentes a qualquer sistema de controle interno, podem ocorrer erros ou irregularidades que não sejam detectados. Além disso, as projeções de qualquer avaliação da estrutura de períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os procedimentos possam mostrar-se inadequados devido a mudanças nas condições, ou que a eficácia da formulação e operação das políticas e dos procedimentos possa se deteriorar.

63. Ao planejar e desenvolver nossa auditoria das Demonstrações Financeiras do Programa referentes ao exercício financeiro findo em 31 de dezembro de 2014, obtivemos um entendimento do sistema de controle interno vigente.

64. No que se refere a esse sistema, analisamos o desenho das políticas de controle e os procedimentos relevantes, bem como se os mesmos haviam sido implementados, e avaliamos o risco de controle para determinar nossos procedimentos de auditoria com o propósito de emitir uma opinião sobre as demonstrações financeiras do projeto, e não para proporcionar segurança sobre o sistema de controle interno, motivo pelo qual não expressamos nossa opinião nesse sentido.

65. Observamos certos aspectos que são descritos no presente relatório em conexão com o sistema de controle interno e sua operação, os quais consideramos condições que merecem ser informadas, em conformidade com as normas internacionais de auditoria. Essas condições incluem assuntos que chamaram nossa atenção no que se refere a deficiências importantes na concepção ou operação do sistema de controle interno, que em nossa opinião poderiam afetar adversamente a capacidade do Programa de Transporte Urbano do Distrito Federal para registrar, processar, resumir e apresentar informações financeiras de forma coerente com as afirmações da administração nas demonstrações de fundos recebidos e de desembolsos efetuados, bem como de investimentos acumulados.

66. Uma deficiência significativa é uma condição que merece ser informada, em que a concepção ou a operação de um ou mais elementos do sistema de controle interno não reduz a um nível relativamente baixo o risco de que possam ocorrer erros ou irregularidades em valores que poderiam ser significativos em relação às Demonstrações Financeiras do Programa e que poderiam não ser detectados oportunamente pelos empregados no desempenho normal das funções para as quais foram designados.



Tribunal de Contas do Distrito Federal

67. O objetivo da auditoria foi opinar sobre o grau de aderência do sistema de controle interno do executor e/ou coexecutores do Contrato nº 1957/OC-BR a cada um dos cinco componentes do modelo COSO (*Committee of Sponsoring Organizations*).

68. Para tanto, a auditoria analisou as providências adotadas pelo Mutuário em relação às ressalvas ao sistema de controle interno do Programa registradas no exercício anterior e concluiu que os sistemas de controle interno do executor do Contrato nº 1957/OC-BR estão razoavelmente aderentes a cada um dos cinco componentes do modelo COSO (*Committee of Sponsoring Organizations*), apresentando, todavia, graves fragilidades que necessitam de providências para mitigar ou reduzir os riscos existentes, conforme evidenciam as falhas apontadas neste Relatório e nos de exercícios anteriores.

69. As providências informadas em relação às fragilidades relevantes do Sistema de Controle Interno, mediante o Ofício nº 262/2014 - UEGP/ST, foram as mesmas apresentadas ao Tribunal quando da informação nº 8/2014-DIAUP/SEMAG no âmbito do Processo 18054/2012-TCDF. Na época, tais informações foram assim analisadas:

“

... Quanto às fragilidades do controle orçamentário e financeiro das ações previstas no Programa (C24 e C72); e no cumprimento de prazos para atesto, pagamento e lançamento dos registros contábeis, orçamentários e financeiros (C95 e C96)

C24 - Fragilidade das políticas e procedimentos operacionais do processo de investimento e alocação de recursos do Programa;

C72 - Falta de controle adequado sobre o comprometimento do orçamento com os processos de aquisição já iniciados, de forma a evitar o estouro do orçamento e falta de recursos, como o ocorrido em obras financiadas pelo Programa;

C95 - Descumprimento do prazo de 30 dias, a contar do atesto pelo responsável pelo recebimento do material ou medição do serviço, para contabilização das liquidações de despesas no sistema contábil, financeiro e orçamentário;

C96 - Ausência de baixa automática dos saldos de empenhos e respectivos saldos contábeis, orçamentários e financeiros logo após o registro das notas fiscais atestadas pelo responsável pelo recebimento do material ou medição do serviço, devido à inobservância do prazo de 30 dias a contar do recebimento do bem ou serviço;

17. Providências da ST: A ST comprovou ter adotado todas as providências de sua alçada para incluir a previsão orçamentária no orçamento do Distrito Federal, e informou que a inclusão definitiva no orçamento extrapola suas competências. Quanto ao terminal de passageiros de Santa Maria – Quadra 401, a ST informou que o contrato foi cancelado e o projeto está sendo revisto e, oportunamente, será feita nova licitação.

18. Quanto ao cumprimento de prazos para atesto, pagamento e lançamento dos registros contábeis, orçamentários e financeiros, a ST informou que os fluxos de aquisições do programa contemplam todas as fases do processo, bem como de recursos financeiros do contrato de empréstimo. Informou ainda estar em andamento elaboração de



Tribunal de Contas do Distrito Federal

procedimentos de contabilização e gestão financeira do programa, para complementar os existentes.

19. **Análise das providências:** Este Tribunal já constatou e concluiu pela falta de tempestividade na liquidação das despesas em vários órgãos e entidades do DF, em diversos Processos TCDF, tais como: nº 3301/2010 - exercício de 2009; nº 35944/2010 - exercício de 2010 e nº 35329/2011 - exercício 2011.

20. Dessa forma, algumas providências necessárias para o saneamento dessas fragilidades de controle interno demandariam também ações corretivas da Secretaria de Fazenda e de Planejamento, o que já tratado nos retrocitados processos deste Tribunal.

21. Ressalte-se ainda que a Secretaria de Transportes demonstrou, no âmbito de sua alçada, a adoção das providências cabíveis para saneamento das fragilidades do controle orçamentário, financeiro e de cumprimento dos prazos de lançamento da liquidação, de pagamento e da baixa automática dos limites orçamentários e financeiros, contudo a avaliação da eficácia das medidas adotadas demandam novos exames de auditoria.

22. Desta forma, considerando que a Secretaria já noticiou as providências de sua alçada e as demais providências extrapolam suas competências, sugere-se autorizar a próxima auditoria a realizar os testes e exames necessários à avaliar a eficácia das medidas adotadas para corrigir as fragilidades do controle orçamentário e financeiro das ações previstas no Programa (C24 e C72) e no cumprimento de prazos para atesto, pagamento e lançamento dos registros contábeis, orçamentários e financeiros (C95 e C96).

23. Os exames deverão ser efetuados na próxima auditoria autorizada por intermédio do Processo TCDF nº 28563/2014-e.

24. Ausência de conciliação bancária e de bloqueio de pagamentos em duplicidade (C49 e C78)

C49 - Falta de realização de conciliação bancária dos recursos internalizados no Brasil pela ST/DF devido à ausência de acesso à movimentação da conta pela UEGP/ST, provocando a existência de saldos que não se conciliam com os movimentos ocorridos no exercício, comprometendo a fidedignidade dos demonstrativos financeiros do Programa;

C78 - O Sistema que faz os pagamentos do programa (SIGGO) não possui mecanismos adequados de bloqueio automático da inclusão de notas fiscais em duplicidade;

25. **Providências da ST:** A ST sugeriu, por intermédio do Ofício nº 1052/2013-GAB/ST, de 6.9.2013, que o TCDF determinasse à Secretaria de Fazenda disponibilizar a conciliação bancária mensalmente à Secretaria e Transportes, para que possa atender a recomendação deste Tribunal, uma vez que aquela Secretaria não possui acesso tempestivo à movimentação das contas do Programa.

26. **Análise das providências:** As providências cabíveis à ST foram tomadas, restanto, porém, que a Secretaria de Fazenda forneça os dados requeridos tempestivamente.

27. Assim sendo, quanto à falta de conciliação bancária, devido à inexistência de acesso da ST à movimentação diária da conta corrente dos recursos do empréstimo e da contrapartida, sugere-se a este Tribunal determinar à Secretaria de Fazenda disponibilizar à Secretaria de



Tribunal de Contas do Distrito Federal

Transporte - ST a conciliação bancária mensal da movimentação dos recursos do Contrato de Empréstimo e da contrapartida e respectivas fontes de recursos aprovadas e efetivadas ou disponibilizar os meios necessários para que a ST possa realizar essas atividades, haja vista a obrigação contratual assumida pelo Distrito Federal no contrato de empréstimo, relativa a elaboração mensal, semestral e anual das demonstrações financeiras, as quais devem ser acompanhadas da devida conciliação bancária do Fundo Rotativo e das demais contas movimentadas.

28. Quanto à possibilidade de pagamento em duplicidade no Siggo, tal situação decorre da fragilidade no sistema, o qual é gerido pela Secretaria de Fazenda.

29. Logo, sugere-se determinar à Secretaria de Fazenda identificar as eventuais vulnerabilidades do Siggo, quanto à possibilidade de pagamento em duplicidade de notas fiscais e faturas de bens e serviços, bem como adotar as providências cabíveis no sentido de impedir esse tipo de ocorrência.

30. Fragilidades nos controles de execução de obras e serviços de engenharia (C10, C13, C22, C25, C27, C32 C43, C92, C97)

C10 – insuficiência dos mecanismos de monitoramento da segurança e qualidade das instalações físicas e de execução de obras;

C13 – descumprimento de normas legais e operacionais relativas à execução e fiscalização de obras e serviços de engenharia;

C22 - Insuficiente estrutura ou equipe de Controle Interno ou Compliance do Programa; que permita corrigir tempestivamente eventuais desvios, principalmente em relação à aderência de produtos que necessitam da execução de obras e serviços de engenharia;

C25, ineficazes procedimentos operacionais do acompanhamento físico e financeiro das obras e de aprovação da medição de serviços de engenharia;

C27 e C32 - deficiente política de segregação de funções do Programa, principalmente na fiscalização e recebimento de obras e serviços de engenharia e nos processos de revisão de cálculos, concentrando diversas atividades num único responsável;

C43 – deficiente processo de verificação da aderência dos produtos do Programa aos objetivos propostos, principalmente no recebimento de obras rodoviárias e de terminais de passageiros;

C92/97 - controles inadequados sobre o recebimento tanto em qualidade quanto em quantidade dos serviços de execução de obras previstas e contratadas.

31. **Providências da ST:** Apresentou providências corretivas das fragilidades de controle do recebimento e fiscalização de obras e serviços de engenharia nos itens C22, C25, C27, C32, C92, informou ter elaborado documento “Procedimentos de supervisão – execução e recebimento de obras, bens e serviços” que atende as normas internas dos órgãos coexecutores, e estão em elaboração procedimentos de contabilização e de gestão financeira de obras, que deverão ser utilizados nas próximas obras. Quanto às fragilidades na segregações de funções, informou que as situações que pudessem comprometer esse princípio estão sendo corrigidas com a interveniência da UAG/ST. Relatou ainda o fortalecimento da estrutura da UEGP/ST conforme Decreto nº 33.420/2011. Quanto às falhas específicas nas obras do terminal de ônibus de Ceilândia – Setor O, encaminhou cópia dos termos de recebimento provisório e definitivo.



Tribunal de Contas do Distrito Federal

32. Quanto à insuficiência de mecanismos de monitoramento da segurança, da qualidade das instalações e da execução física do programa (C10), a ST informou que, após a instalação de equipamentos de fiscalização eletrônica pelo DER/DF e a adoção de outras medidas de segurança, houve redução do número de acidentes, de acordo com relatórios estatísticos elaborados pelo DETRAN/DF. Informou ainda que a UEGP/ST aguarda o envio dos projetos pelo DER/DF, relativo ao alargamento das duas pontes e de um viaduto, para licitar ainda em 2013. Sugeriu ainda que o Tribunal diligenciasse diretamente os órgãos responsáveis pela solução das fragilidades de segurança, no caso DER/DF e DETRAN/DF.

33. Quanto à deficiente estrutura, o documento elaborado pela ST apresentou informações sobre a correção dessa falha, mediante a reestruturação da UEGP/ST. Essa Unidade informou ainda que os coexecutores estão adotando mudanças nos manuais de procedimentos.

34. **Análise das providências:** Conforme relato na auditoria realizada nas demonstrações de 2012, o exame das obras e serviços de engenharia apontou a insuficiência da estrutura de Controle Interno do Programa. Da mesma forma, na última auditoria concluída em abril/2014, foram constatadas novas falhas de controle interno do Programa, em parte decorrente da fragilidade dessa estrutura.

35. Nessa última auditoria, também se apontaram fragilidades no recebimento de obras que atendam aos objetivos esperados, tanto de vias rodoviárias como de terminais, principalmente em relação a qualidade dessas obras e a quantidade dos serviços previstos e executados em relação aos projetos básicos e aos executivos.

36. As auditorias realizadas também apontaram fragilidade na política de segregação de funções do Programa, principalmente na fiscalização e recebimento de obras e serviços de engenharia e nos processos de revisão de cálculos. A segregação de funções consiste na separação de atribuições ou responsabilidades entre diferentes pessoas, especialmente as funções ou atividades-chave de autorização, execução, atesto/aprovação, registro e revisão ou fiscalização.

37. No caso do Programa, as obras têm, geralmente, um fiscal que realiza as atribuições de autorização de serviços extras (apesar de ultrapassar suas competências), acompanha a execução de obras e serviços, atesta a fatura de pagamento dos serviços executados, registra e fiscaliza os serviços executados, situação que, em nosso entendimento, viola esse princípio.

38. Além da falta de segregação dessas atividades em responsáveis diferentes, também não é constatada, em geral, a existência da figura de revisor técnico e de supervisor que verifiquem a adequação e correção das atividades dos fiscais ora relatados, conforme recomendam as melhores práticas de controle interno e de governança.

39. Quanto à insuficiência de mecanismos de monitoramento da segurança das instalações e da execução física do programa (C10), o resultado da última auditoria realizada pelo NFO/TCDF, nas obras do PTU (Demonstrações financeiras de 2013 - Proc. 36111/2013), evidenciou que a instalação das defensas metálicas foi deficiente e também falta execução de itens constantes nas especificações anexas ao Contrato nº 10/2012- DER/DF, na DF-085 (EPTG), além de instalação de defensas metálicas em



Tribunal de Contas do Distrito Federal

locais desnecessários (tem 2.6.2. do Relatório - Anexo B do Processo 36111/13).

40. Além disso, de acordo com afirmações da UEGP/ST, algumas medidas foram tomadas, mas ainda faltam concluir diversas ações, entre as quais o alargamento da ponte e a instalação das defensas metálicas. Desta forma, em que pese o esforço da UEGP/SEMOB, conclui-se que as providências adotadas e os mecanismos de monitoramento e de correção de falhas ainda foram insuficientes para promover a segurança dos motoristas e pedestres que utilizam as vias financiadas pelo PTU.

41. Todavia, devido ao fato de o Processo TCDF nº 9905/14 (NFO) abordar o assunto, entendemos não ser necessário outras providências desta Corte nestes autos.

42. Ressalte-se, ainda, a confirmação das providências noticiadas pela ST, bem como a eficácia dessas ações demandam novos testes e exames in loco, o que deve ocorrer no âmbito do Processo TCDF nº 28563/2014-e.

43. Fragilidades na definição dos objetivos, estratégias e diretrizes de atuação e do respectivo monitoramento e correção dos desvios (C11)

C11 – baixa qualidade do monitoramento, pois a quase totalidade das obras concluídas ou em andamento apresentaram falhas e irregularidades que podem comprometer os serviços a serem disponibilizados aos usuários;

44. **Providências da ST:** O Programa/Projeto deve definir clara e formalmente sua missão, seus objetivos, suas estratégias e diretrizes de atuação, bem como monitorá-los para corrigir eventuais desvios e garantir o atingimento dos objetivos, estratégias e diretrizes de atuação. Como ocorreram várias mudanças nas ações do programa, os indicadores de eficácia e efetividade previstos inicialmente no contrato de empréstimo haviam ficado parcialmente comprometidos, sem que houvesse definição clara das metas e objetivos a serem atingidos. Contudo, a ajuda memória da missão administrativa realizada com o BID, redefiniu as atividades do programa e os resultados e o desempenho do programa são monitorados por meio de marco lógico e de relatórios mensais ao BID.

45. **Análise das providências:** Com a última Missão do BID, foram readequados os investimentos do Programa, redefinindo de forma clara os objetivos. Assim, no tocante a essa redefinição, consideram-se suficientes as medidas adotadas.

46. Todavia, no tocante à necessidade de monitoramento adequado que permita corrigir tempestivamente eventuais falhas relacionadas a obras e serviços de engenharia, entende-se que os controles ainda são inadequados. A quase totalidade das obras concluídas ou em andamento apresentaram falhas e irregularidades que não foram detectadas pelo monitoramento do Programa.

47. Entretanto, entendemos não serem necessárias outras providências desta Corte neste momento, haja vista haver processo específico tratando do assunto no NFO (Processo TCDF nº 9905/14).

48. Além disso, a confirmação das providências noticiadas pela ST, bem como a eficácia dessas ações, também podem ser melhor avaliadas na próxima auditoria autorizada no âmbito do Processo TCDF nº 28563/2014-e.



Tribunal de Contas do Distrito Federal

49. Ausência de providências efetivas do Programa/projeto para saneamento de eventuais falhas apontadas nas auditorias anteriores e/ou pelo BID (C9)

50. **Providências da ST:** Sobre essa fragilidade identificada ao longo dos últimos três exercícios auditados pelo TCDF, as informações apresentadas pela ST trataram de medidas corretivas relativas a controle de processos (C13), recebimento de obras e serviços de engenharia (C22, C26, C27, C32, C92 e C97), monitoramento de riscos de segurança (C10), monitoramento do atingimento de metas e objetivos do programa (C11 E C43), cumprimento de cláusulas contratuais (C24), controles da movimentação financeira do programa (C49), controles orçamentários das obras do programa (C72) e fragilidades nos controles de pagamento de despesas em duplicidade (C78) e atrasos na contabilização (C95 e C96).

51. **Análise das providências:** Conforme comentário registrado no Relatório do Auditor Independente, parágrafos 221, alínea a) e parágrafos 229 a 232, relativo ao último exercício (demonstrações de 2013, Processo TCDF nº 36111/13), constatou-se que, em abril de 2014, apesar das providências noticiadas pela Secretaria de Transportes, ainda permaneciam numerosas pendências de exercícios anteriores na gestão do programa, relativas a execução de obras, demonstrações contábeis e aquisições. Tal situação denota que os mecanismos implementados da Secretaria de Transportes, para monitoramento e tratamento de falhas e pendências do PTU, ainda são insuficientes para corrigir de forma tempestiva e eficaz as falhas identificadas e as irregularidades ocorridas na execução do Programa.

52. Quanto à análise das providências da ST especificamente em relação às falhas e irregularidades em obras e serviços de engenharia, o Processo TCDF nº 9905/14 aborda o assunto, razão pela qual entendemos não serem necessárias outras providências nestes autos.

53. No tocante à análise das providências da ST em relação às demais falhas de aquisições, demonstrações financeiras, cumprimento de cláusulas contratuais e cumprimento das recomendações de exercícios anteriores, é preciso ressaltar que a Secretaria de Transportes ainda não se manifestou sobre o último relatório encaminhado ao BID.

54. Desta forma, sugere-se autorizar que a verificação das providências noticiadas pela Secretaria de Transportes ocorra na próxima auditoria de recursos externos do Programa de Transporte Urbano do Distrito Federal – Demonstrações Financeiras de 2014, autorizada no âmbito do Processo TCDF nº 28563/2014-e, haja vista a necessidade de testes e exames in loco.

70. Em 2014, quanto à segregação de funções apontadas nos controles C27 e C32, a mudança em relação ao exercício anterior deu-se pela contratação de empresa supervisora das obras de engenharia, o consórcio ECOPLAN/SKILL (Contrato nº 19/2013) em acréscimo ao fiscal designado para acompanhamento da execução da obra. Isso deveria configurar adequada segregação de funções e controles duplos no recebimento de cada medição das empresas contratadas para a construção de diversos terminais de ônibus (ENGEMIL e SHOX).

71. No entanto, a solução adotada pelo gestor, de contratar uma empresa para reforçar esse controle, não foi capaz de dar eficácia aos controles C27 e C32 no exercício sob exame. Da mesma forma, as medidas já implantadas também não foram

**Tribunal de Contas do Distrito Federal**

suficientes para corrigir as fragilidades dos controles C10, C13, C22, C25, C43, C92, C97. Isso porque constatou-se, em 2014, novamente, a ocorrência de irregularidades em obras e serviços de engenharia, principalmente quanto a construção de terminais de ônibus, apontadas nos parágrafos 157 a 164, falhas essas da mesma modalidade das que já haviam ocorrido diversas vezes em exercícios anteriores. Isso evidencia que os controles citados continuam com graves fragilidades.

72. Destaque-se, ainda, as falhas encontradas nos processos de aquisição, conforme citado nos parágrafos 142 a 151, demonstrando fragilidades nos registros contábeis, orçamentários e financeiros (controles C95 e C96).

73. Quanto às fragilidades do controle orçamentário e financeiro das ações previstas no Programa (C24 e C72), a SEMOB comprovou ter adotado todas as providências de sua alçada para incluir a previsão orçamentária no orçamento do Distrito Federal. Entretanto, no contrato 1957/OC-BR, o Mutuário é o Distrito Federal. Em 2014 não se verificou estouro do orçamento e falta de recursos para conclusão de obras do Programa (C72). Contudo verificou-se que na preparação da Lei Orçamentária de 2015 o DF, originalmente, não inclui recursos do BID para a continuidade de obras iniciadas (C24)

74. Em relação às fragilidades de conciliação bancária e de bloqueio de pagamentos em duplicidade (controles C49 e C78), verificou-se que não houve mudança quanto ao cenário dos exercícios anteriores, vez que não foi apresentada conciliação bancária nas demonstrações financeiras de 2014, nem foi reportada qualquer alteração no SIGGO que evitasse o bloqueio de pagamentos em duplicidade.

75. A respeito do saneamento de eventuais falhas apontadas nas auditorias anteriores e/ou pelo BID (controle C9), verificou-se que, em 2014, inúmeras pendências permaneciam sem solução efetiva.

76. A tabela a seguir sumariza os controles considerados frágeis no projeto ainda nas demonstrações financeiras do exercício de 2014:

Controle	Descrição
C9	O Programa deve adotar providências efetivas para saneamento de eventuais falhas apontadas na auditoria anterior e/ou pelo BID
C10	Existência de mecanismos de monitoramento da segurança e qualidade das instalações e da execução física do Programa
C11	O Programa/Projeto deve definir clara e formalmente sua missão, seus objetivos, suas estratégias e diretrizes de atuação, bem como monitorá-los para corrigir eventuais desvios e garantir o atingimento dos objetivos, estratégias e diretrizes de atuação
C13	O Programa deve possuir Processos Administrativos formalizados e suportados por normas
C22	O Programa deve possuir estrutura ou equipe de Controle Interno ou <i>Compliance</i>



Tribunal de Contas do Distrito Federal

C24	O Programa deve definir políticas e procedimentos operacionais que englobem o processo de planejamento da matriz de investimento, contendo a avaliação de projetos, processos licitatórios e fornecedores habilitados
C25	O Programa deve definir políticas e procedimentos operacionais que englobem o processo de Desembolso: Acompanhamento físico/financeiro da obra, recebimento de notas fiscais e aprovação da medição de serviços. Utilização e controle de modalidades de pagamento, qualidade da documentação de suporte
C27	O programa deve definir organograma formal da estrutura organizacional, contemplando definições sobre nível de hierarquia, delegação de autoridade e de responsabilidades, observando o princípio da segregação de funções.
C32	O Programa deve dispor de instrumentos de revisão e/ou supervisão periódica (no mínimo mensal), abrangente e independente das principais transações, assegurando o monitoramento tempestivo sobre a funcionalidade da estrutura de controles em operação a fim de evitar transações irregulares ou fraudulentas
C43	O Programa deve possuir processo de verificação da aderência das decisões, procedimentos e produtos às suas políticas e diretrizes
C49	O Programa deve realizar conciliação das contas bancárias mensalmente, realizada por pessoa que não tenha participação no processo de desembolso, conferindo os valores aprovados para desembolso e os efetivamente debitados em conta, considerando ainda as devidas fontes de recursos aprovadas e efetivadas
C78	O Programa deve possuir sistema que bloqueie automaticamente a inclusão de notas fiscais em duplicidade e assegure o preenchimento corretos de todos os campos com dados críticos das propostas de pagamento (exemplos: data de vencimento, valor, número, fornecedor)
C92	O Programa deve possuir Controles adequados sobre o recebimento de materiais e/ou serviços
C95	As liquidações de despesas devem ser registradas no sistema contábil, financeiro e orçamentário no prazo de 30 dias, a contar do atesto pelo responsável pelo recebimento do material ou medição do serviço
C96	Baixa automática de empenhos e respectivos saldos contábeis, orçamentários e financeiros logo após o registro das notas fiscais atestadas pelo responsável pelo recebimento do material ou medição do serviço, no prazo de 30 dias do recebimento do bem ou serviço



Tribunal de Contas do Distrito Federal

C97	Os bens e serviços adquiridos/recebidos devem ser conferidos no momento do recebimento por responsável técnico com capacidade de avaliação tanto da quantidade quanto da qualidade
-----	--

77. Diante do exposto, reitera-se à Secretaria de Transportes, NOVACAP e DER/DF a adoção de medidas adicionais que sejam capazes de tornar eficazes os controles internos descritos nas fragilidades C9, C10, C11, C13, C22, C24, C25, C27, C32, C43, C49, C78, C92, C95, C96 e C97 pelo atendimento das seguintes recomendações:

- a) à UEGP/PTU implementar mecanismos eficazes de tratamento e monitoramento de falhas e pendências apontadas pelo BID e por órgãos externos e internos de controle e de auditoria.
- b) à UEGP/PTU aperfeiçoar os mecanismos de monitoramento dos riscos de segurança e de qualidade das instalações e obras viárias, bem como adotar providências urgentes para correção das falhas apontadas pela auditoria.
- c) à UEGP/PTU aperfeiçoar os mecanismos de monitoramento do cumprimento dos objetivos do Programa, considerando as mudanças ocorridas no escopo do programa, em especial das ações e resultados relativos ao fortalecimento institucional dos órgãos gestores do transporte público, e efetivo aumento da mobilidade dos usuários do transporte urbano, em conformidade com o objetivo geral do Programa.
- d) à SEMOB, DETRAN/DF e NOVACAP implementar medidas para normatização do controle e arquivamento dos processos de comprovação de despesas do Programa, bem como revisar as normas sobre recebimento de bens e serviços de engenharia e de consultoria de forma a assegurar a quantidade e a qualidade das aquisições adquiridas e recebidas pelo Programa (vide C22).
- e) à SEMOB, UEGP/SEMOB e UGLs executoras do Programa fortalecer os mecanismos de *compliance*, principalmente de controle de qualidade dos projetos de engenharia e de recebimento de obras e de serviços de engenharia, implementando controles duplos sobre o recebimento de obras e serviços de engenharia, tanto em medições parciais como recebimento provisório e final das obras, respeitando ainda o princípio da segregação de funções, de forma a assegurar-se da quantidade e da qualidade das obras e serviços, conforme almejado pelos objetivos do Programas.
- f) à Secretaria de Fazenda encaminhar mensalmente à UEGP/PTU cópia dos extratos da conta bancária e da conciliação bancária da conta 100-0166799, com o objetivo de viabilizar a gestão financeira do fluxo de caixa do Programa, bem como a elaboração dos demonstrativos financeiros contratuais por parte da UEGP/PTU;
- g) à UEGP/PTU realizar a conciliação das contas bancárias em reais, conferindo os valores aprovados para desembolso e os efetivamente debitados em conta.



Tribunal de Contas do Distrito Federal

h) à Secretaria de Fazenda identificar as eventuais vulnerabilidades do Siggo quanto à possibilidade de ocorrência de pagamento em duplicidade de notas fiscais e faturas de bens e serviços e adotar as providências cabíveis no sentido de impedir esse tipo de ocorrência, por intermédio dos devidos bloqueios no sistema.

i) à Secretaria de Mobilidade adotar providências para apuração das responsabilidades pelas falhas e irregularidades no âmbito de sua alçada e comunicar as irregularidades à Corregedoria Geral da Secretaria de Transparência e Controle para adoção das providências cabíveis junto aos demais órgãos do Distrito Federal.

78. Entretanto, cumpre informar que, em relação às recomendações “f”, “g” e “h”, retro, o TCDF prolatou a Decisão nº 1271/2015, de 07/04/2015, onde determinou à Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal – SEF/DF que:

a) identifique eventuais vulnerabilidades do SIGGO quanto à possibilidade de pagamento em duplicidade de notas fiscais e de faturas de bens e serviços, bem como adote as providências cabíveis no sentido de impedir tal impropriedade; e

b) disponibilize mensalmente à Secretaria de Estado de Mobilidade do Distrito Federal – SEMOB/DF a conciliação bancária da movimentação dos recursos do empréstimo e da contrapartida (Contrato de Empréstimo BID 1957/OC-BR), bem como das respectivas fontes de recursos aprovadas e efetivadas, ou os meios necessários para que a SEMOB/DF possa realizar essas atividades, haja vista a obrigação contratual assumida pelo Distrito Federal, relativa à elaboração mensal, semestral e anual das demonstrações financeiras



III. ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRA BÁSICAS

79. A análise das Demonstrações Financeiras Básicas compreendem as seguintes dimensões de escopo: Demonstrativo de Fluxo de Caixa e de Investimentos Acumulados, Notas Explicativas e Registros de Movimentação do Fundo Rotativo.

80. **Achado III.1: Registros equivocados de despesas de exercícios anteriores oriundas de recursos de contrapartida local lançadas no Demonstrativo de Investimentos Acumulados.**

81. **Critério.** O Demonstrativo de Investimentos Acumulados devem refletir a situação financeira do projeto e observar as normas e orientações do BID.

82. **Análise e Evidência.** Foram contabilizadas despesas pagas, com recursos de contrapartida local, em exercícios anteriores (2012 e 2013) no valor total de R\$ 386.497,17 (US\$ 186.922,31). Apesar de esse tipo de despesa não estar em consonância com os princípios contábeis atinentes ao regime de caixa, houve acordo entre o mutuário e o BID, reconhecendo a elegibilidade de despesas de exercícios anteriores quando oriundas de recursos de contrapartida local previstas no Plano de Aquisições. Nesses casos, a despesa deve ser registrada no exercício da Demonstração Financeira em que for encaminhada a justificativa de gastos, para a qual deve constar respectiva não objeção do BID.

83. No entanto, a UEGP/SEMOB utilizou essa orientação para elaborar o Demonstrativo de Fluxo de Caixa, mas não para elaborar o Demonstrativo de Investimentos Acumulados, gerando divergência entre os dois demonstrativos. Assim, esse último apresenta inconsistências das despesas de contrapartida local registradas nas categorias 2, 2.1, 2.2, assim como seus totais, nas colunas “Acumulado no Início do Exercício” e “Movimento no Exercício de 2014”. Como exemplo da divergência entre os demonstrativos citados, o Demonstrativo de Investimentos Acumulados apresenta saldo acumulado no início do exercício e movimento no exercício, respectivamente, de US\$ 102.078.267,80 e US\$ 916.067,94, enquanto o Demonstrativo de Fluxo de Caixa apresenta, respectivamente, os valores de US\$ 101.891.345,49 e US\$ 1.102.990,25

84. Em nota explicativa (item 7.1.4 e 11) a UEGP/SEMOB reconhece as divergências dos valores e as atribui a erros no Sistema de Informações Gerenciais (SIG).

85. **Causa:** Aponta-se como causa desse achado a inércia da UEGP/SEMOB em exigir o aprimoramento e compatibilização do sistema SIG à realidade fática do programa e às exigências do BID.

86. De fato, as normas e orientações emanadas pelo BID e o Artigo 7.01 do Contrato de Empréstimo estipulam:

“O sistema contábil deverá estar organizado de modo a prover a documentação necessária para verificar as transações e a facilitar a oportuna preparação das demonstrações financeiras e dos relatórios”.

87. **Efeito:** Alteração do Demonstrativo de Investimentos Acumulados toda vez que for lançada uma despesa de exercício anterior oriunda de recurso de contrapartida, comprometendo a fidedignidade dos demonstrativos apresentados, uma vez que o procedimento resulta em divergência de valores entre eles.



Tribunal de Contas do Distrito Federal

88. **Recomendação:** À UEGP/SEMOB que exija da empresa gerenciadora o aprimoramento do SIG e a correção das falhas apontadas, de forma a observar o regime de caixa e a orientação do BID de que as despesas de exercício anteriores devem ser lançadas no exercício em que forem aprovadas pelo BID.

89. **Achado III.2: O mutuário não informou, nas Notas Explicativas, as situações que trazem incertezas às demonstrações financeiras de 2014.**

90. **Critério.** A NBC TA 706 do Conselho Federal de Contabilidade determina que as situações que trazem incerteza às demonstrações financeiras devem ser informadas nas Notas Explicativas.

91. **Análise e Evidência.** Nas demonstrações financeiras de 2014 foram constatadas diversas situações que trazem incertezas aos valores registados nos demonstrativos de Fluxo de Caixa e Investimentos Acumulados, mas que deixaram de figurar nas Notas Explicativas, conforme listado a seguir:

- a) irregularidades na contratação, execução e pagamento de obras e serviços da Linha Verde – Adequação Viária da EPTG (lotes 1 e 2) executados e pagos nos exercícios financeiros de 2009 e 2010, conforme parágrafo 173 do Relatório de Auditoria de 2013;
- b) execução de obras de ciclovias com indícios de superfaturamento e erros de medição (Contrato nºs 605/2011, 608/2011, 610/2011, 611/2011), conforme parágrafo 225 do Relatório de Auditoria de 2013;
- c) ausência de comprovação adequada dos pagamentos, falha na execução dos serviços e antecipação indevida de pagamento na execução de passeios em concreto e suavização de taludes na EPTG, Contrato nº 22/2011-DER/DF, conforme parágrafo 226 do Relatório de Auditoria de 2013;
- d) deficiente execução de serviços e inexecução parcial do Contrato nº 10/2012-DER/DF referente à instalação de defensas metálicas na EPTG, conforme parágrafo 228 do Relatório de Auditoria de 2013; e
- e) falhas e irregularidades detectadas nos procedimentos de aquisições e execução de obras e serviços de engenharia relativos a implantação dos terminais de ônibus de Recanto das Emas I (Contrato n.º 04/2014 - ST), Recanto das Emas II (Contrato n.º 05/2014 - ST), Riacho Fundo II (Contrato n.º 18/2013 - ST), QNR-Ceilândia (Contrato n.º 15/2013 - ST), Gama Leste (Contrato n.º 16/2013 - ST), Sobradinho II (Contrato n.º 17/2013 - ST), Samambaia Norte (Contrato n.º 02/2014 - ST) e Samambaia Sul (Contrato n.º 03/2014 - ST), conforme parágrafos 142 a 164 deste Relatório.

92. **Causa:** Inércia da UEGP em reportar as situações de incertezas em Notas Explicativas.

93. **Efeito:** Compromete a consistência, a transparência e a fidedignidade da demonstração financeira aos usuários da informação.

94. **Recomendação:** À UEGP/SEMOB que registre nas Notas Explicativas as situações que podem trazer incertezas aos valores declarados nas demonstrações financeiras, conforme exige a ISSAI 1706 da INTOSAI.



95. **Achado III.3: O mutuário não apresentou Conciliação Bancária junto às Demonstrações Financeiras em 2014.**

96. **Critério:** A Conciliação Bancária deve acompanhar as Demonstrações Financeiras e observar as normas e orientações do BID, conforme artigo 7.03 das Normas Gerais do Contrato 1957 OC-BR.

97. **Análise e Evidência.** O gestor informa em documento de nome “Notas de Elaboração das Demonstrações Financeiras”, como parte integrante do Ofício nº 344/2015-GAB/SEMOB, de 13/03/2015, que “não foi possível comparar os dados finais da conta corrente, bem como anexar a Conciliação Bancária ao presente relatório por não termos recebido a mesma em tempo hábil, necessário para atender o prazo final, previsto em contrato, para apresentação das Demonstrações Financeiras aos Auditores credenciados pelo BID (artigo 7.03 das Normas Gerais do Contrato 1957 OC-BR)”.

98. **Causa:** a UEGP/SEMOB depende de pessoal especializado de outros órgãos do GDF para realizar a conciliação bancária, tendo dificuldades na requisição dos trabalhos, devido a problemas de articulações internos do Mutuário.

99. **Efeito:** a ausência ou a conciliação bancária realizada sem a documentação analítica suficiente pode trazer incertezas em relação aos pagamentos realizados que integram as demonstrações financeiras.

100. **Recomendação:** À UEGP/SEMOB solicitar à SEFAZ/DF o cumprimento do inteiro teor do item III da Decisão TCDF nº 1271/2015, que trata do assunto em tela.



IV. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS

101. A equipe de auditoria procedeu a análise do cumprimento de cláusulas contratuais de caráter contábil e financeiro do Contrato de Empréstimo nº 1957/OC-BR.

102. A análise considerou precipuamente as seguintes cláusulas e artigos. As Disposições Especiais descritas no Capítulo I, Cláusulas nºs 1.01, 1.02 e 1.04, Capítulo II, Cláusulas 2.02(b) e 2.05, Capítulo III, Cláusulas 3.01(b), 3.02, 3.03 e 3.05, Capítulo IV, Cláusulas 4.01 a 4.07, e os artigos das Normas Gerais descritas no Capítulo III, Artigo nº 3.06(b), Capítulo IV, Artigo nº 4.01, Capítulo VI, Artigos 6.01, 6.03 e 6.04(b), Capítulo 7, Artigo 7.01, Capítulo 8, Artigos 8.01 e 8.02. O quadro a seguir sintetiza essa análise.

I. Disposições Especiais:

Cláusula	Descrição	Forma de Cumprimento
1.01	Custo do Programa	O Programa não sofreu alteração oficial no valor do financiamento do BID, permanecendo os valores originais. Da parte da UEGP/SEMOB, foi apresentada ao BID a revisão 9 do Plano de Aquisições, de agosto/2014 (não objeção pela CBR 2795/2014), ajustando o Programa às necessidades atuais do Sistema de Transporte Público do Distrito Federal, aos prazos concedidos e, também, ao definido na Missão Administrativa do BID, objetivando viabilizar a conclusão do Programa. Também houve prorrogação do último desembolso para 30 de julho de 2015 (não objeção pela CBR 110/2014).
1.02	Valor do Financiamento	Não houve alteração no montante do Programa a ser financiado pelo BID US\$176.775.000,00 .
1.04	Recursos Adicionais	O montante contratado a título de contrapartida, equivalente a US\$ 93.110.000,00 , não sofreu alteração, após as mudanças ocorridas conforme relatado na cláusula 1.01.
2.01	Amortização	As amortizações da dívida foram pagas em conformidade com a Cláusula 2.01 das Disposições Especiais, conforme informações relativas às Ordens Bancárias abaixo relacionadas: <ul style="list-style-type: none"> • 2014OB19372, de 08.04.2014, no valor de R\$7.882.410,30, para o pagamento equivalente a U\$ 3.550.760 dólares (taxa de conversão de 2,22) a título de amortização da dívida, com vencimento em 10.04.2014; • 2014OB59336, de 08.10.2014, no valor de R\$8.699.056,41, para o pagamento equivalente a U\$ 3.550.760 dólares (taxa de conversão de 2,45) a título de amortização da dívida, com vencimento em 10.10.2014.
2.02 (b)	Juros	Os juros foram pagos em conformidade com a Cláusula 2.02(b) das Disposições Especiais, juntamente com a Comissão de Crédito, conforme informações relativas às Ordens Bancárias abaixo relacionadas: <ul style="list-style-type: none"> • 2014OB19371, de 08.04.2014, no valor total de R\$1.778.820,20, sendo R\$1.671.906,18 equivalente a U\$753.110,89 dólares (taxa de conversão de 2,22) a título de juros, com vencimento em 10.04.2014, e R\$ 106.914,02 equivalente a U\$48.159,47 dólares (taxa de conversão de 2,22) a título de comissão de crédito, além desses valores, destaca-se ainda a 2014OB19637, no valor de R\$ 455,00, de taxas cobradas pelo Banco. • 2014OB59355, de 8.04.2014, no valor total de R\$1.952.600,49, sendo R\$1.844.352,50 equivalente a U\$752.796,94 dólares (taxa de conversão de 2,45) a título de juros, com vencimento em 10.10.2014, e R\$ 107.792,99



Tribunal de Contas do Distrito Federal

		equivalente a U\$43.997,14 dólares (taxa de conversão de 2,45) a título de comissão de crédito, acrescido ainda do valor de R\$ 455,00 de taxas cobradas pelo Banco.
2.05	Comissão de Crédito	Os pagamentos a título de Comissão de Crédito foram efetuados em conformidade com a Cláusula 2.05 das Disposições Especiais, juntamente com o pagamento de juros, conforme datas das Ordens Bancárias retro mencionadas.
3.01 (b)	Utilização dos Recursos do Financiamento	As obras e serviços realizados no âmbito do Programa foram contratados junto a fornecedores brasileiros, obedecendo, até o momento, a Cláusula 3.01(b) das Disposições Especiais.
3.03	Reembolso de Despesas a Débito do Financiamento	Até 31.12.2014, não foram solicitados reembolsos de despesas a débito do financiamento, nos termos da Cláusula 3.03.
3.05	Fundo Rotativo	O saldo do Fundo Rotativo tem sido mantido abaixo do valor estipulado (10% do valor total do Financiamento, isto é, US\$17.677.500,00). Em 31.12.2014, a conta do Fundo Rotativo apresentava saldo de US\$ 3.840.378,24.
4.01	Aquisição de bens e contratação de obras	<p>A 9ª Revisão do Plano de Aquisições foi encaminhada em conformidade com a Cláusula 4.01(d)(i), tendo recebido não objeção por meio da CBR – 2795, de 08/08/2014.</p> <p>As aquisições e contratações de obras, no âmbito do Programa, respeitaram os Planos de Aquisições apresentados ao Banco, conforme estipula a Cláusula 4.01(d)(i), exceto quanto aos fatos registrados neste Relatório: No tocante à Cláusula 4.01, alínea (b), das disposições especiais do Contrato de Empréstimo, e Artigo 6.01 das Normas Gerais do Contrato, verificou-se o seu descumprimento, por proceder à aquisição e principalmente ao pagamento de medições parciais na execução de obras em desacordo com as especificações técnicas dos projetos básicos e executivos, especialmente das obras dos terminais de passageiros de Recanto das Emas I (Contrato n.º 04/2014 - ST), Recanto das Emas II (Contrato n.º 05/2014 - ST), Riacho Fundo II (Contrato n.º 18/2013 - ST), QNR-Ceilândia (Contrato n.º 15/2013 - ST), Gama Leste (Contrato n.º 16/2013 - ST), Sobradinho II (Contrato n.º 17/2013 - ST), Samambaia Norte (Contrato n.º 02/2014 - ST) e Samambaia Sul (Contrato n.º 03/2014 - ST), haja vista que a qualidade e quantidade dos serviços de obras encontram-se abaixo dos níveis adequados (parágrafos 157 a 164). ACHADO V.4 (parágrafos 125 a 127).</p>
4.02	Manutenção e Conservação	<p>O Relatório de Manutenção e Conservação de Obras e Equipamentos–2013, onde estão contidas as informações administrativas, técnicas e financeiras referentes às atividades de manutenção e obras realizadas durante o ano de 2013 e a serem realizadas durante o ano de 2014 no sistema rodoviário do Distrito Federal, foi entregue consoante a Cláusula 4.02(b); o Banco oficializou o cumprimento da referida Cláusula pela CBR-1645/2014.</p> <p>Consta do Relatório que, no tocante aos projetos executados no âmbito do DER/DF, “as metas anuais são normalmente elaboradas segundo a disponibilidade de recursos, dificultando o planejamento de longo prazo das necessidades reais das atividades meio e fim”. E que “existe o propósito de manutenção”. De acordo com o documento, foram concluídas as obras do complexo de viadutos Israel Pinheiro e a DF-085 (EPTG). No entanto, não apresenta nenhum plano de manutenção e conversação a respeito dessas obras. Do conjugado de informações apresentadas, em que na sua maioria nada tinham a ver com as obras financiadas com recursos do BID, extraíram-se apenas algumas operações pontuais de tapa buraco realizadas na DF-085 (EPTG), ação que apenas tangencia o que se entende por manutenção e conservação.</p>



Tribunal de Contas do Distrito Federal

		<p>Quanto à NOVACAP e a Secretaria de Mobilidade, a documentação apresentada trata apenas de um apanhado de manuais, normativos e relatórios de atividades, sem nenhuma vinculação direta com as obras financiadas com recursos do BID, além de não trazerem nenhuma ação efetiva de manutenção e conservação relativa a essas obras realizadas com esses recursos.</p> <p>Por fim, a UEGP/SEMOB elaborou um anexo fotográfico das obras concluídas, demonstrando a necessidade de melhorias. O Relatório foi encaminhado ao DER, DFTRANS, NOVACAP e à Coordenação de Terminais, da então Secretaria de Transportes, para tomarem as devidas providências quanto à manutenção e conservação. Entretanto, o Relatório não demonstra nenhuma ação concreta desses órgãos quanto aos problemas encaminhados.</p> <p>Apesar de o relatório de manutenção ter sido elaborado, considera-se descumprida esta cláusula (ACHADO V.2, parágrafos 111 a 118), tendo em vista que não constam ações planejadas e executadas de manutenção e conservação. Os efeitos da inércia do mutuário estão demonstrados no anexo fotográfico do Relatório.</p>
4.04	Contratação e seleção de consultores	As aquisições e contratações de consultorias, no âmbito do Programa, respeitaram os Planos de Aquisições apresentados ao Banco, conforme estipula a Cláusula 4.01(d)(i), à exceção da contratação e pagamento de consultoria do Programa de Comunicação Social e Ambiental do PTU/DF, para a qual não foi comprovado, nos respectivos autos, que os serviços tenham ocorrido a preços de mercado. ACHADO V.3 (parágrafos 119 a 121)
4.06	Acompanhamento Avaliação e Relatórios	<p>Relatórios Semestrais de Progresso: Os Relatórios Semestrais foram entregues em conformidade com a Cláusula 4.06(i) das Disposições Especiais e do Art. 7.03(a)(i) das Normas Gerais do Contrato.</p> <p>2013/2ºSem: Relatório Semestral nº 58-encaminhado pelo Ofício nº 13A/2014-UEGP/ST, datado de 31.01.2014 e analisado pelo Banco conforme CBR 382/2014; 2014/1ºSem: Relatório Semestral nº 63-encaminhado pelo Ofício 134/2014-UEGP/ST, datado de 17.07.2014 e analisado pelo Banco conforme CBR 2886/2014;</p> <p>O relatório de avaliação final, previsto no item (iii) da cláusula 4.06 deverá ser apresentado pelo Mutuário dentro dos 90 dias seguintes ao desembolso de 90% dos recursos do Financiamento. No exercício findo de 2014, o desembolso ainda estava próximo de 83% do financiamento; portanto, a apresentação do relatório de avaliação final somente será verificada na próxima auditoria financeira.</p>
4.07 (b)	Condições especiais de execução	De acordo com o 2º Relatório Semestral de 2014, 100% da renovação da frota de ônibus foi concluída em outubro de 2014, totalizando 2.620 veículos em operação.

II. Normas Gerais:

Artigo	Descrição	Forma de Cumprimento
3.06 (b)	Taxa de Câmbio	A taxa de câmbio utilizada para a conversão do valor das despesas em moeda local para dólares americanos é a estipulada nas Normas Gerais do Contrato de Empréstimo, ou seja, o câmbio de compra da data do pagamento, isto é, da Ordem Bancária (OB), e, em se tratando de impostos, da Nota de Lançamento (NL). Contudo, constatou-se a existência de



Tribunal de Contas do Distrito Federal

		pagamentos declarados nas solicitações de desembolso cuja data não coincidia com o dia do efetivo pagamento lançado na OB ou NL. As datas lançadas de maneira equivocada impactam a taxa de câmbio considerada, levando a distorção da conversão dos valores em dólares e inconsistências dos valores. ACHADO IV.1 (parágrafos 104 a 110).
6.01	Disposições relativas à execução do Projeto	Com a alteração promovida pela 9ª atualização do Plano de Aquisições do Programa, algumas ações custeadas com recursos de contrapartida passaram a ter acompanhamento <i>ex-post</i> por parte do BID. A auditoria não identificou alterações feitas no Plano pelo Mutuário, após aprovação pelo Banco. Contudo, no que tange à aquisição de bens e contratação de obras, conforme consta dos comentários à Cláusula 4.01 das Disposições Especiais, verificou-se o seu descumprimento, por não proceder à aquisição e principalmente o recebimento de medições parciais na execução de obras em desacordo com as especificações técnicas dos projetos básicos e executivos, especialmente das obras dos terminais de passageiros de Recanto das Emas I (Contrato n.º 04/2014 - ST), Recanto das Emas II (Contrato n.º 05/2014 - ST), Riacho Fundo II (Contrato n.º 18/2013 - ST), QNR-Ceilândia (Contrato n.º 15/2013 - ST), Gama Leste (Contrato n.º 16/2013 - ST), Sobradinho II (Contrato n.º 17/2013 - ST), Samambaia Norte (Contrato n.º 02/2014 - ST) e Samambaia Sul (Contrato n.º 03/2014 - ST), nas quais a qualidade e quantidade dos serviços encontram-se abaixo dos níveis adequados (parágrafos 157 a 164). ACHADO IV.4 (parágrafos 125 a 127). Em 2014 verificou-se, ainda, atraso no início de obras de reforma dos terminais do Núcleo Bandeirante, Guara II, Paranoá e Taguatinga – setor M Norte. ACHADO IV.7 (parágrafos 134 a 140)
6.03	Utilização de Bens	Em inspeção realizada pela equipe de auditoria, verificou-se que a maioria dos equipamentos de monitoramento de poluição de ar e sonora não estão em efetiva utilização (12 equipamentos encontram-se guardados no almoxarifado do IBRAM e 3 Kits Analisadores de Pressão Sonora foram devolvidos ao fornecedor para manutenção), de acordo com os objetivos e finalidades do Contrato de Empréstimo (ver parágrafos 166 a 177). ACHADO IV.5 (parágrafos 128 a 130).
6.04	Recursos Adicionais	Pelo Ofício nº 60/2014-UEGP/ST, de 31.03.2014, o Mutuário apresentou ao Banco os valores referentes à contrapartida local para o exercício de 2014 (previsão orçamentária, constante da Lei nº 5.289, de 30.12.2013). O Banco deu não-objeção ao encaminhamento do ofício pela CBR 1641/2014, de 13/05/2014.
7.01 e 7.02	Controle Interno e Registros	Tanto a UEGP/SEMOB quanto as UGLs apresentam estrutura de controle interno razoável para a gestão e implementação do Programa. Entretanto, possuem várias graves fragilidades. Dentre as fragilidades, destacam-se: <ul style="list-style-type: none"> • Gestão financeira e orçamentária; • Gestão dos riscos e dos controles; • Acompanhamento, fiscalização e monitoramento de obras e serviços de engenharia; • Segregação de funções; • Revisão de informações e documentos do Programa. ACHADO IV.6 (parágrafos 131 a 133)
7.03 (iii)	Estados Financeiros do Programa	Por intermédio do Ofício nº 386/2014-UEGP/ST, foram encaminhadas ao Banco as Demonstrações Financeiras do exercício findo de 2013, com o Relatório da Auditoria (e seus anexos) do Tribunal de Contas do Distrito Federal, na qualidade de Auditor Independente. Por meio da CBR 3763/14, de 29/11/2014, o BID considerou por cumprida a apresentação do Relatório de Auditoria referente ao exercício de 2013. No entanto, elencou providências para fornecer esclarecimentos em relação aos parágrafos 41, 43, 172, 173, 221, alíneas “a” a “l”, 222, alíneas “c” a “e”, 223, alíneas “a” a



Tribunal de Contas do Distrito Federal

		“b” e 224 a 232 do referido relatório de auditoria. Essas providências foram analisadas no capítulo de pendências do presente relatório.
8.01	Compromisso relativos a gravames	Não foi informado à equipe de auditoria, nem foi encontrado nos trabalhos de auditoria, qualquer tipo de gravame estabelecido no âmbito do contrato.
8.02	Isenção de impostos (parte final do parágrafo)	Foram localizados pagamentos de impostos, em 2014, com recursos do BID (fonte 136). O BID, por intermédio da CBR 3888/13, devido a mudanças internas nas políticas do Banco, flexibilizou o cumprimento da cláusula contratual ao permitir ao Mutuário que, nos pagamentos efetuados a partir de 01 de outubro de 2013, considerasse 100% de recursos BID (inclusive impostos) e 0% de Aporte Local, ou seja, as faturas poderiam ser pagas integralmente na Fonte 136 (BID).

103. Ante o exame analítico das cláusulas contratuais, constatarem-se os seguintes achados.

104. **Achado IV.1: Descumprimento do Artigo 3.06(b) das Normas Gerais, em virtude da utilização de taxa de câmbio diversa daquela do dia do efetivo pagamento.**

105. **Critério:** Artigo 3.06(b) das Normas Gerais do Contrato de Empréstimo.

106. **Análises e Evidências:** Constatou-se a existência de pagamentos declarados nas solicitações de desembolso cuja data não coincidia com o dia do efetivo pagamento lançado na ordem bancária (OB) ou nota de lançamento (NL). A tabela abaixo demonstra os itens das solicitações de desembolso (SD) que apresentaram divergências cambiais.

Item	SD	Cat.	Nº do Contrato	Descrição	Data de Pgto. Relatada	Taxa de Câmbio Relatada	Fonte	Data da OB/NL	Nº da OB/NL	Taxa de Câmbio Correta
23	56	1.2	025/2008	Pag. Ref. IRRF da 62ª MED	03/04/2014	2,2805	LOCAL	04/04/2014	2014OB18964	2,2414
35	56	2.2	605/2011	Reaj. Ref. 10ª MED	25/02/2014	2,3361	LOCAL	20/03/2014	2014NL01512	2,3414
36	56	2.2	605/2011	Pag. Ref. Reaj. da 10ª MED	25/02/2014	2,3361	LOCAL	20/03/2014	2014OB00957	2,3414
37	56	2.2	605/2011	Pag Ref. Med. de Jul/13	25/02/2014	2,3361	LOCAL	20/03/2014	2014NL01508	2,3414
38	56	2.2	605/2011	Pag. Ref. Med. de Jul/13	25/02/2014	2,3361	LOCAL	20/03/2014	2014OB00958	2,3414
39	56	2.2	610/2011	Pag. Ref. produto da 7ª MED	25/02/2014	2,3361	LOCAL	25/03/2014	2014OB01035	2,3118
40	56	2.2	610/2011	Pag. Ref. Impostos da 7ª MED	25/02/2014	2,3361	LOCAL	25/03/2014	2014NL01665	2,3118
34	57	1.2	025/2008	Pag Reaj. dos Serv. da 65ª MED	21/07/2014	2,2232	BID	22/07/2014	2014OB41804	2,2123
124	57	2.1	018/2013	Pgto. INSS	06/06/2014	2,2439	LOCAL	09/06/2014	2014OB33184	2,2330
24	58	2.1	005/2014	Pag. Ref. IRRF 2ª MED	28/08/2014	2,2493	LOCAL	29/08/2014	2014OB51437	2,2390
16	60	2.1	003/2014	Pgto. Ref. INSS da 1ª MED.	16/10/2014	2,4763	LOCAL	17/10/2014	2014OB61497	2,4470
5	62	2.1	003/2014	Pag. Ref. Serv. 2ª MED	14/11/2014	2,6129	BID	17/11/2014	2014OB67333	2,6029
109	64	2.1	018/2013	Pag. Ref. Compl. Serv. 9ª MED	29/12/2014	2,6777	BID	30/12/2014	2014OB77872	2,6556

107. **Causas:** Falha na emissão, revisão e supervisão das datas de pagamentos das Solicitações de Desembolsos.



Tribunal de Contas do Distrito Federal

108. **Efeitos:** As datas lançadas de maneira equivocada impactam a taxa de câmbio considerada no dia do pagamento, levando a distorção da conversão dos valores em dólares nos demonstrativos.
109. **Proposições:** À UEGP/SEMOB que aprimore a revisão do dia em que as despesas foram efetivamente pagas, atentando para as datas das OBs ou NLs que dão amparo aos pagamentos, principalmente, quando há eventual cancelamento e pagamento posterior, em outra OB ou NL.
110. **Benefícios Esperados:** Conversão e lançamento dos valores em dólares de maneira correta e fidedigna nos demonstrativos financeiros.
111. **Achado IV.2: Descumprimento da Cláusula 4.02 das Disposições Especiais, tendo em vista a ausência de ações planejadas e periódicas de manutenção e conservação.**
112. **Critério:** Cláusula 4.02 das Disposições Especiais do Contrato de Empréstimo.
113. **Análises e Evidências:** Embora o mutuário tenha apresentado o Relatório de Manutenção e Conservação de Obras e Equipamentos (2013) com muitas informações (mais de 500 páginas), muito pouco foi executado em relação a conservação e manutenção das obras financiadas com recursos do BID. Apenas o DER/DF reportou realizar operações pontuais de tapa buraco na DF-085 (EPTG). DFTRANS, NOVACAP e SEMOB não apresentaram nenhuma medida concreta de conservação e manutenção das obras realizadas com recursos do BID.
114. De positivo destaca-se o anexo registro fotográfico realizado pela UEGP/SEMOB, que demonstra problemas de conservação e manutenção das obras. Esse anexo foi encaminhado ao DER/DF, DFTRANS, NOVACAP e à Coordenação de Terminais da SEMOB, mas não foram reportadas ações desses órgãos para sanar os problemas reportados.
115. **Causas:** Inércia do mutuário em adotar plano de manutenção e conservação para as obras custeados com recursos do BID, em atendimento às cláusulas contratuais.
116. **Efeitos:** Deterioração das obras do Programa, prejudicando a utilização pelos usuários, descumprindo ainda compromisso contratual junto ao agente financiador.
117. **Proposições:** Ao DER/DF, DFTRANS, NOVACAP e SEMOB que elaborem um plano de conservação e manutenção das obras do PTU.
118. **Benefícios Esperados:** Melhoria da qualidade e da vida útil dos produtos oferecidos à população.
119. **Achado IV.3: Descumprimento da Cláusula 4.04 das Disposições Especiais, em virtude da ausência de comprovação de que a contratação e o pagamento de consultoria do Programa de Comunicação Social e Ambiental do PTU/DF foi realizada a preço de mercado.**
120. **Critério:** Cláusula 4.04 das Disposições Especiais do Contrato de Empréstimo.
121. **Análises e Evidências:** O desdobramento desse achado foi detalhado nos parágrafos 152 a 154.



Tribunal de Contas do Distrito Federal

122. **Achado V.2: Não comprovação nos autos que os serviços relativos ao primeiro termo aditivo do Contrato nº 009/2010, de 04/02/2013, assinado entre o Distrito Federal e a empresa GRECCO Consultoria Atitude & Pensamento Estratégico para desenvolver os “Serviços de Comunicação Social e Ambiental do Programa de Transporte Urbano do Distrito Federal”, tenham sido contratados a preços de mercado.**
123. **Critério:** Cláusula 4.01 das Disposições Especiais e do Artigo 6.01 das Normas Gerais
124. **Análises e Evidências:** O desdobramento desse achado foi detalhado nos parágrafos 152 a 154.
125. **Achado IV.5: Descumprimento da Cláusula 4.01 das Disposições Especiais e do Artigo 6.01 das Normas Gerais, em virtude de proceder à aquisição e principalmente ao pagamento medições parciais de execução de obras em desacordo com as especificações técnicas dos projetos básicos e executivos, especialmente das obras dos terminais de passageiros de Recanto das Emas I (Contrato n.º 04/2014 - ST), Recanto das Emas II (Contrato n.º 05/2014 - ST), Riacho Fundo II (Contrato n.º 18/2013 - ST), QNR-Ceilândia (Contrato n.º 15/2013 - ST), Gama Leste (Contrato n.º 16/2013 - ST), Sobradinho II (Contrato n.º 17/2013 - ST), Samambaia Norte (Contrato n.º 02/2014 - ST) e Samambaia Sul (Contrato n.º 03/2014 - ST).**
126. **Critério:** Cláusula 4.01 das Disposições Especiais e do Artigo 6.01 das Normas Gerais
127. **Análises e Evidências:** O desdobramento desse achado foi detalhado nos parágrafos 157 a 164.
128. **Achado IV.6: Descumprimento do Artigo 6.03 das Normas Gerais, em virtude da utilização parcial de equipamentos de monitoramento e poluição de ar adquiridos com recursos do BID.**
129. **Critério:** Artigo 6.03 das Normas Gerais do Contrato de Empréstimo.
130. **Análises e Evidências:** Essa falha encontra-se melhor detalhada nos parágrafos 166 a 177.
131. **Achado IV.7: Descumprimento do Artigo 7.01 e 7.02 das Normas Gerais, em virtude de fragilidades verificadas no Sistema de Controle Interno.**
132. **Critério:** Artigo 7.01 e 7.02 das Normas Gerais do Contrato de Empréstimo.
133. **Análises e Evidências:** O desdobramento desse achado foi detalhado no capítulo II - ANÁLISE DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO deste Relatório.
134. **Achado IV.8: Descumprimento do Artigo 6.01 das Normas Gerais, em virtude da não disponibilização oportuna de recursos humanos para a diligente execução do Projeto.**
135. **Critério:** Artigo 6.01 das Normas Gerais do Contrato de Empréstimo.



Tribunal de Contas do Distrito Federal

136. **Análises e Evidências:** Em 2014, não se encontrou qualquer pagamento para contratos de reforma de terminais, embora tenham sido assinados em meados do exercício 2014. A tabela a seguir sumariza essas situações:

Contrato	Empresa	Data da assinatura	Objeto
09/2014	CONTARPP	15/07/2014	Reforma de terminal no Núcleo Bandeirante
11/2014	ENGEMIL	15/07/2014	Reforma do terminal do Guará II
12/2014	ENGEMIL	15/07/2014	Reforma do terminal do Paranoá
13/2014	ENGEMIL	15/07/2014	Reforma do terminal de Taguatinga – Setor M Norte

137. Tais obras fazem parte do Plano de Aquisições em vigor e tiveram sequer a 1ª Medição paga em 2014.

138. **Causas:** Planejamento inadequado da alocação de recursos ao Programa. De fato, a UEGP/SEMOB informou, mediante o Ofício nº 115/2015 – UEGP/SEMOB, que “um evento que atrasou o início das obras foi a emissão das Ordens de Serviços, que depende da designação dos auditores dos contratos, e ocorreu em 24/09/2014 para o contrato 09/2014 e em 14/10/2014 para os contratos 11/2014, 12/2014 e 13/2014.

139. **Efeitos:** Atraso no início das obras de reforma de terminais, prejudicando o ininterrupto andamento do Programa.

140. **Proposições:** à SEMOB/DF que planeje adequada e antecipadamente a alocação de recursos humanos suficientes para evitar atrasos e interrupções no Programa, de modo a cumprir os compromissos contratuais assumidos pelo Distrito Federal.



V. ANÁLISE DOS PROCEDIMENTOS DE AQUISIÇÕES E OBRAS

141. Nesta sessão analisa-se os procedimentos adotados pelo Mutuário para realizar aquisições e obras no exercício de 2014.

A. Procedimentos de Aquisições

142. **Achado V.1:** A documentação comprobatória das despesas registradas nas Demonstrações Financeiras encerradas em 31.12.2014 apresenta inconsistência entre os dados declarados nas Solicitações de Desembolso enviadas ao BID e os comprovantes encontrados nos processos de aquisição e de pagamento das despesas do Contrato de Empréstimo.

143. **Critério:** Os documentos acostados aos processos devem refletir adequadamente os fatos ocorridos e inseridos nas Solicitações de Desembolso enviadas ao BID e nas demonstrações financeiras do Contrato de Empréstimo.

144. **Análise e Evidência:** A tabela a seguir resume as situações onde não se localizaram nos processos de pagamento documentos que comprovassem o pagamento das despesas apresentadas ao BID para desembolso:

Contrato	Objeto	Processo	Empresa	Documentação não comprovada	Solicitação de Desembolso
15/2013	Construção Terminal de QNR-Ceilândia	090.000.755 /2014	SHOX	Pagamentos relativos à 9ª Medição e aos reajustes da 6ª, 7ª, 8ª e 9ª Medições	64, itens 28 a 52
16/2013	Construção terminal Gama Leste	090.000.757 /2014	SHOX	Pagamentos relativos à 8ª e 9ª Medições, e dos reajustes da 6ª, 7ª, 8ª e 9ª Medições	63, itens 15 a 18 e 64, itens 53 a 72
17/2013	Construção terminal Sobradinho II	090.000.756 /2014	SHOX	Pagamentos relativos à 2ª Medição (principal, ISS e IRRF) e ao reajuste da 8ª Medição (principal)	57, itens 99 a 101 e 64, item 74
18/2013	Construção terminal Riacho Fundo II	090.000.424 /2014	SHOX	Pagamento do reajuste da 6ª Medição, e Complemento da 9ª Medição	64, itens 98 e 109
02/2014	Supervisão de obras em construção	090.003.197 /2014	Consórcio Ecoplan / Skill	Pagamentos relativos às 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª e 9ª Medições SKILL e 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª e 9ª Medições ECOPLAN	63, itens 23 a 58



Tribunal de Contas do Distrito Federal

03/2014	Construção do terminal Samambaia Sul	090.001.393 /2014	SHOX	Pagamentos relativos à 3ª Medição	63, itens 11 a 14
04/2014	Construção terminal Recanto das Emas 1	090.001.394 /2014	ENGEMIL	Pagamentos relativo à 5ª Medição	64, itens 7 a 10

145. Foram identificadas outras situações onde a data de pagamento reportada pela UEGP/SEMOB não reflete adequadamente a data do efetivo pagamento da despesa. Exemplifica-se na tabela seguinte algumas dessas situações:

Contrato	Objeto	Processo	Empresa	Despesa	Data de pagamento reportada pela UEGP	Data do efetivo pagamento da despesa
05/2014	Construção terminal Recanto das Emas 2	090.001.395 /2014	ENGEMIL	Pagamento referente ao IRRF da 2ª Medição	28/08/2014	29/08/2014
25/2008	Gerenciado ra do projeto	090.000.033 /2014	Arcadis / Logos	Pagamento referente ao IRRF da 62ª medição	03/04/2014	04/04/2014

146. Foram identificadas outras situações onde a data de liquidação da despesa é anterior à emissão da nota fiscal a ser liquidada, evidenciando falha no cumprimento do art. 61 do Decreto nº 32.598, de 15 de dezembro 2010, conforme:

“A liquidação de despesa por fornecimento de material ou prestação de serviços terá por base as condições estabelecidas na licitação ou ato de sua dispensa, em cláusulas contratuais, ajustes ou acordos respectivos, e nos comprovantes da efetiva entrega e recebimento de material, ou de prestação do serviço ou execução da obra.

Parágrafo único. Para a liquidação da despesa, é indispensável constar do processo:

I – ...;

II – atestado de recebimento do material, de prestação do serviço ou de execução da obra, emitido por agente credenciado, na primeira via do documento fiscal, salvo nos casos previstos no §1º do artigo 64;

147. Exemplifica-se na tabela seguinte algumas dessas situações:



Tribunal de Contas do Distrito Federal

Contrato	Objeto	Processo	Empresa	Nº da Nota Fiscal	Data da Nota Fiscal	Data da liquidação
15/2013	Construção Terminal de QNR-Ceilândia	090.000.755 /2014	SHOX	1078	25/03/2014	28/04/2013
				1094	13/05/2014	27/05/2013

148. Outro problema identificado na liquidação de despesa foi a remissão equivocada da identificação da nota fiscal liquidada.

Contrato	Objeto	Processo	Empresa	Despesa	Nº da Nota Fiscal Liquidada	Nº da Nota fiscal referente ao serviço prestado
18/2013	Construção terminal Riacho Fundo II	090.000.424 /2014	SHOX	Pagamento relativo à 2º Medição	1076	1093
17/2013	Construção terminal Sobradinho II	090.000.756 /2014	SHOX	Reajuste da 8ª Medição	1121	1218
17/2013	Construção terminal Sobradinho II	090.000.756 /2014	SHOX	Reajuste da 9ª Medição	1121	1246

149. Outra modalidade de erro encontrada na liquidação da despesa foi na indicação da medição do serviço que estava sendo atestada.

Contrato	Objeto	Processo	Empresa	Despesa ocorrida	Despesa Liquidada
02/2014	Supervisão de obras em construção	090.003.197 /2014	Consórcio Ecoplan / Skill	IRRF da 2ª Medição	IRRF da 3ª Medição

150. Em outras situações, a ordem bancária que constava no processo de pagamento não era a ordem bancária efetivamente utilizada no pagamento da despesa. Listam-se a seguir alguns exemplos:

Contrato	Objeto	Processo	Empresa	Despesa	OB constante no processo	OB utilizada para pagamento da despesa
18/2013	Construção terminal Riacho Fundo II	090.000.424 /2014	SHOX	Pagamento relativo à 2º Medição	2014OB 32935	2014OB 33184



Tribunal de Contas do Distrito Federal

25/2008	Gerenciado ra do projeto	090.000.033 /2014	Arcadis / Logos	Pagamento relativo ao reajustes da 65ª medição	2014OB 41768	2014OB 41804
25/2008	Gerenciado ra do projeto	090.000.033 /2014	Arcadis / Logos	Pagamento relativo à 62ª medição	2014OB 18807	2014OB 18964

151. Também foram encontradas ordens bancárias que referenciavam notas fiscais que não correspondiam à despesa paga. Lista-se abaixo um exemplo:

Contrato	Objeto	Processo	Empresa	Despesa	Nº da Nota Fiscal apontada na Ordem Bancária	Nº da Nota fiscal referente ao serviço prestado
17/2013	Construção terminal Sobradinho II	090.000.756 /2014	SHOX	Reajuste da 9ª Medição	1248	1246

152. **Achado V.2: Não comprovação nos autos que os serviços relativos ao primeiro termo aditivo do Contrato nº 009/2010, de 04/02/2013, assinado entre o Distrito Federal e a empresa GRECCO Consultoria Atitude & Pensamento Estratégico para desenvolver os “Serviços de Comunicação Social e Ambiental do Programa de Transporte Urbano do Distrito Federal”, tenham sido contratados a preços de mercado.**

153. **Critério:** Comprovação que os serviços relativos ao primeiro termo aditivo do Contrato nº 009/2010 foram prestados a preço de mercado.

154. **Análise e Evidência:** o detalhamento das evidências desse achado encontra-se descrito nos parágrafos 278 a 289.

B. Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia

155. O resultado analítico da fiscalização do NFO/TCDF foi submetida à manifestação do gestor por meio da Nota de Auditoria nº 18.

156. As principais falhas e irregularidades constatadas na execução de obras e serviços de engenharia foram, em síntese, as seguintes.

157. **Achado V.3 – Ausência de projetos e outros elementos fundamentais (memoriais e especificações), relativos a execução das obras dos terminais de passageiros do Recanto das Emas I (Contrato n.º 04/2014 - ST), Recanto das Emas II (Contrato n.º 05/2014 - ST), Riacho Fundo II (Contrato n.º 18/2013 - ST), QNR-Ceilândia (Contrato n.º 15/2013 - ST), Gama Leste (Contrato n.º 16/2013 - ST), Sobradinho II (Contrato n.º 17/2013 - ST), Samambaia Norte (Contrato n.º 02/2014 - ST) e Samambaia Sul (Contrato n.º 03/2014 - ST), em desacordo com inciso IX do art.**



Tribunal de Contas do Distrito Federal

6º e art. 7º da Lei 8.666/1993; OT – IBR 001/2006 do IBRAOP, conforme parágrafos 82 a 109 do anexo B.

158. **Achado V.4** – Ausência de estudo de alternativas para terraplenagem do Terminal QNR Ceilândia – Contrato n.º 15/2013 – ST, em desacordo com os requisitos do art. 12 da Lei n.º 8.666/1993 e com os princípios da economicidade, da eficiência e da razoabilidade, bem como com as boas práticas da engenharia, conforme parágrafos 110 a 124 do anexo B.

159. **Achado V.5** – Fragilidades e inconsistências nos registros das medições, possibilitando antecipação de pagamentos, relativas ao Contrato n.º 03/2014 – ST - Terminal Samambaia Sul, em desacordo com o art. 64 do Decreto distrital n.º 32.598/2010; inciso IX do art. 6º e arts. 60 e 113 da Lei n.º 8.666/1993; bem como os princípios da transparência, economicidade, eficiência e razoabilidade, conforme parágrafos 125 a 146 do anexo B.

160. **Achado V.6** – Inconsistências na determinação dos quantitativos aditados, relativos ao Contrato n.º 17/2013 – ST- Terminal Sobradinho II, em desacordo com o disposto no art. 41 do Decreto distrital n.º 32.598/2010 e com o princípio da economicidade, conforme parágrafos 147 a 162 do anexo B.

161. **Achado V.7** – Desconformidade entre serviços contratados e os efetivamente executados, em desacordo com os incisos IX e X do art. 6º e art. 113 da Lei n.º 8.666/93; princípio da economicidade; art. 41 do Decreto distrital n.º 32.598/2010; Condições Gerais dos Contratos n.º 18/2013 – ST- Terminal Riacho Fundo II e Contrato n.º 15/2013 – ST- Terminal QNR Ceilândia, conforme parágrafos 163 a 188 do anexo B.

162. **Achado V.8** – Execução de serviços com alterações de itens do projeto sem formalização de termo aditivo, acarretando prejuízo ao erário na execução do Terminal Riacho Fundo II e na execução do Terminal Gama Leste, dentre outras irregularidades, em desacordo com arts. 60, 65 e 113 da Lei n.º 8.666/1993; art. 41 do Decreto n.º 32.598/2010; Decisão n.º 820/1997 - TCU e Acórdãos n.ºs 1257/2004, 1321/2004, 195/2005, todos do Plenário; Projeto executivo de pavimento em concreto; item 60 das Condições Gerais dos Contratos n.º 16/2013 e n.º 18/2013, conforme parágrafos 189 a 243 do anexo B.

163. **Achado V.9** – Deficiências da execução dos serviços, relativas a serviços executados de forma incompleta ou deficiente, bem como itens danificados, que podem comprometer a qualidade final dos Terminais de ônibus e as respectivas vidas úteis, em desacordo com os incisos I e II do art. 78 e art. 69 da Lei n.º 8.666/1993; Norma DNIT n.º 061/2004-TER/Pavimento Rígido – Defeitos – Terminologia; boas práticas de engenharia; projetos de engenharia, conforme parágrafos 269 a 279 do anexo B.

164. **Achado V.10** – Não atendimento de critérios de acessibilidade nos terminais de passageiros do Recanto das Emas I e II, Riacho Fundo II, QNR-Ceilândia, Gama Leste, Sobradinho II, Samambaia Sul e Norte, tais como ausência de piso tátil direcional²; ausência de piso tátil de alerta nos rebaixamentos (calçadas

2 O piso tátil direcional é responsável por indicar o caminho a ser percorrido em espaços amplos. Nos terminais visitados, somente foi observado piso tátil de alerta nas laterais da plataforma.



Tribunal de Contas do Distrito Federal

e rampa de acesso à estação); ausência de rota acessível ligando o estacionamento de veículos e o terminal de ônibus; tampa de caixa desnivelada com o piso, podendo representar um obstáculo; ausência de entrada independente para os sanitários acessíveis; sanitários acessíveis localizados dentro dos banheiros de uso coletivo, cujas portas de acesso têm sentido de abertura para “dentro”; e acionamento da descarga localizado em altura superior a 1,00m do piso acabado, em desacordo com a Norma ABNT NBR 9050, Leis nº 10.048/00 e nº 10.098/00; arts. 66, 67 e 69 da Lei nº 8.666/1993; Decreto nº 5.296/04; Decreto Legislativo nº 186/08; Lei Distrital nº 2105/98; Decreto Distrital nº 199145/98; Decisão TCDF nº 6307/2012; princípios da igualdade, da dignidade da pessoa humana e da liberdade, conforme parágrafos 281 a 291 do anexo B.

165. Os desdobramentos desses achados constam do anexo à Nota de Auditoria nº 18, sobre a qual o gestor já apresentou manifestação, conforme Ofício nº 110/2015 UEGP/SEMOB e Ofício nº 115/2015 UEGP/SEMOB. A análise da manifestação do gestor quanto aos achados V.3 a V.10 encontra-se no Anexo B – Relatório de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia.



VI. ANÁLISE DOS PROCEDIMENTOS RELATIVOS A REGISTRO, CONTROLE, MANUTENÇÃO E EFETIVA UTILIZAÇÃO DOS BENS ADQUIRIDOS COM RECURSO DO PROGRAMA

166. Ao final do exercício de 2013 foram adquiridos 23 equipamentos de monitoramento de poluição de ar e sonora, com recursos do contrato de empréstimo (Componente 3 - Fortalecimento Institucional, item 3.3 - Apoio à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente).

167. Os bens adquiridos foram os seguintes: 1 equipamento para medição ambiental (modelo Vantage PRO2), 2 kits amostradores de alto volume de partículas, de 100VAC (modelo TE-6070), 2 kits analisadores de gás H₂S/SO₂/NO₂ (modelo Multirae Lite), 2 kits analisadores de gás (modelo E5500-5), 2 monitores de partículas (modelo DUSTTRAK) e 14 Kits Analisadores de Pressão Sonora (modelo SVAN955).

168. Em 2014, os bens foram registrados (inventariados) pela SEMOB, com os respectivos números de tombamento, e depois foram cedidos ao Instituto Brasília Ambiental - IBRAM.

169. Em inspeção realizada pela equipe de auditoria, constatou-se que, dentre esses equipamentos, 11 Kits Analisadores de Pressão Sonora (modelo SVAN955) estão sob responsabilidade da Gerência de Fiscalização de Controle da Poluição Sonora e Atmosférica, enquanto o restante está sob responsabilidade da Gerência de Monitoramento da Qualidade Ambiental e Gestão dos Recursos Hídricos.

170. A inspeção não verificou problemas de registro, controle ou manutenção dos bens.

171. **Achado VI.1 – Equipamentos de monitoramento de poluição de ar e sonora não estão sendo utilizados de acordo com as finalidades do Programa.**

172. **Critério:** Os equipamentos adquiridos com recursos do Programa devem ser utilizados de acordo com as finalidades acordadas no Contrato de Empréstimo nº 1957 OC/BR.

173. **Análise e Evidência:** Quanto à utilização dos bens de acordo com as finalidades do Programa, verificou-se que apenas os 8 Kits Analisadores de Pressão Sonora alocados na Gerência de Fiscalização de Controle da Poluição Sonora e Atmosférica estão em efetiva utilização. Três Kits Analisadores de Pressão Sonora apresentaram mal funcionamento e estão na assistência técnica.

174. No entanto, vários equipamentos colocados à disposição da Gerência de Monitoramento da Qualidade Ambiental e Gestão dos Recursos Hídricos encontram-se armazenados em almoxarifado próprio, a saber:

- a) 1 equipamento para medição ambiental (modelo Vantage PRO2),
- b) 2 kits amostradores de alto volume de partículas, de 100VAC (modelo TE-6070),
- c) 2 kits analisadores de gás H₂S/SO₂/NO₂ (modelo Multirae Lite),
- d) 2 kits analisadores de gás (modelo E5500-5),



Tribunal de Contas do Distrito Federal

- e) 2 monitores de partículas (modelo DUSTTRAK) e
- f) 3 Kits Analisadores de Pressão Sonora (modelo SVAN955).

175. **Causa:** inação do IBRAM em colocar em operação efetiva os equipamentos colocados à disposição da Gerência de Monitoramento da Qualidade Ambiental e Gestão dos Recursos Hídricos.

176. **Efeito:** impacto negativo no atingimento dos resultados pretendidos pelo Programa e possibilidade de glosa pela não utilização de equipamentos adquiridos no âmbito do Programa, caso esses bens não sejam colocados em efetiva operação até o final do Programa.

177. **Recomendação:** recomendar ao IBRAM adotar as medidas necessária para colocar em efetiva operação os bens adquiridos no âmbito do Programa antes do seu término.



VII. ANÁLISE DO GRAU DE ATINGIMENTO DE METAS DOS OBJETIVOS DO PROGRAMA

178. O Programa de Transporte Urbano do Distrito Federal – PTU/DF tem como objetivo final melhorar as condições de mobilidade e acessibilidade da população do Distrito Federal, principalmente das pessoas com poucos recursos, aumentando a integração entre os núcleos urbanos locais.

179. As ações do Programa focam a implantação de uma nova operação do sistema de transporte público coletivo, fundamentada na integração dos núcleos urbanos de forma a melhorar as condições de equidade e qualidade de vida da população. Dentre essas ações previstas pelo Programa, estão:

- a) criar vias exclusivas para ônibus e melhorar o acesso dos usuários nos veículos, nas paradas e nos terminais;
- b) construir ou reformar pontos de parada e terminais de ônibus;
- c) melhorar as ações do Governo com relação aos transportes, como a fiscalização dos serviços e o atendimento aos usuários, mediante o fortalecimento institucional da Secretaria de Transportes (atual Secretaria de Mobilidade) e da DFTRANS;
- d) melhorar a segurança de trânsito para os pedestres, os ciclistas e os veículos;
- e) implementar o sistema de bilhetagem automática;
- f) implantar a Câmara de Compensação de Receitas e Créditos.

180. A auditoria buscou avaliar o atual estágio de atingimento das metas e objetivos do Programa de Transporte Urbano do Distrito Federal.

181. Inicialmente, releva lembrar que o primeiro desembolso de recursos do BID ocorreu em 02/04/09 e a implantação do Programa foi iniciada pelas obras de Adequação Viária da EPTG (DF-085).

182. No transcurso da execução do Programa, algumas alterações foram sendo implementadas. No período de 28 de junho a 02 de julho de 2010, foi realizada uma primeira Missão de Administração do Programa.

183. Na Missão de 2013, ocorrida de 8 a 10 de maio, os objetivos foram:

- i) avaliar o processo de execução;
- ii) verificar os principais sucessos e problemas presentes; e
- iii) estudar a redução de metas do Programa para ajustar seus componentes aos recursos disponíveis de forma a atingir os objetivos inicialmente almejados.

184. Dentre os temas abordados, citem-se:

- revisão da execução de cada componente e subcomponente do Programa;
- revisão dos custos previstos;
- revisão do Marco Lógico;
- revisão do cronograma de implementação; e
- solicitação, por parte do GDF, de uma segunda etapa do Programa.



Tribunal de Contas do Distrito Federal

185. Os objetivos específicos e metas que visam atender ao objetivo geral do Programa são, portanto, os elencados a seguir, para os quais a auditoria fez as análises correspondentes, conforme ajustes após a Missão do BID realizada, em 2013, e a 9ª Revisão do Plano de Aquisições.

A. Criação de vias exclusivas para ônibus e melhoria do acesso dos usuários nos veículos, nas paradas e nos terminais

186. A infraestrutura viária (corredores) ainda está em andamento. Conforme foi ressaltado na auditoria anterior, as principais ações empreendidas foram na EPTG (DF-085), a denominada Linha Verde, com a construção de viadutos, obras de adequação viária, construção de corredores exclusivos para ônibus, construção de paradas de ônibus e de passarelas.

187. O mutuário considerou concluídas as seguintes ações: a) Construção Viadutos EPTG – EPVP; b) Melhoria da Interseção EPTG – EPVP; c) Adequação Viária – EPTG; d) EPTG - Obras complementares I (grama, sinalização, defensas, drenagem).

188. No entanto, auditorias anteriores apontaram falhas na adequação viária da EPTG (parágrafo 173 do Relatório de Auditoria do Exercício de 2013), viadutos e obras de arte que comprometem o produto entregue à população.

189. Ao que se refere às Obras Complementares I, análise da auditoria do exercício de 2013 verificou que as obras de instalação de defensas metálicas na EPTG não foram concluídas, devido ao abandono da empresa executora e a falha na fiscalização e supervisão da obra (parágrafo 228 do Relatório de Auditoria do Exercício de 2013). Dessa forma, conclui-se que essa obra não cumpre com os objetivos do programa.

190. Além disso, outras obras complementares (EPTG - Obras complementares II) foram incluídas na Missão 2013. As ações de complementação de plantio de grama, taludes e drenagem, bem como a implantação de passarela (nº 16 – SAI) previstas nessa missão foram posteriormente excluídas na 9ª Revisão do Plano de Aquisições, restando a título de Obras Complementares II o alargamento de pontes (Samambaia, Vicente Pires e RFFSA) e adequação das estações de transferência, obras ainda não iniciadas.

191. Ante o exposto, até o momento, tem-se por parcialmente atingidas as metas relativas a esse objetivo específico do Programa e, por conseguinte, parcialmente atingido o referido objetivo.

B. Construção ou reforma de pontos de parada e de terminais de ônibus

a. IMPLANTAÇÃO DE TERMINAIS DE ÔNIBUS

- i. Terminal Veredas – Brazlândia
- ii. Terminal Riacho Fundo I
- iii. Terminal São Sebastião
- iv. Terminal Gama Leste
- v. Terminal QNR – Ceilândia
- vi. Terminal Samambaia Sul
- vii. Terminal Samambaia Norte
- viii. Terminal Recanto das Emas I
- ix. Terminal Sobradinho II



Tribunal de Contas do Distrito Federal

- x. Terminal Riacho Fundo II
- xi. Terminal Recanto das Emas II

192. Preliminarmente, ressalta-se que os terminais de ônibus de Santa Maria foram excluídos do Programa. O Terminal “Santa Maria 119” foi excluído após a Missão do Banco de 2013 e o Terminal “Santa Maria 401” após a 9ª Revisão do Plano de Aquisições.

193. Dos terminais citados acima, apenas três foram concluídos: a) Terminal Veredas – Brazlândia, b) Terminal Riacho Fundo I; e c) Terminal São Sebastião. Entretanto, conforme relatado nas auditorias anteriores, inúmeras falhas comprometem a qualidade dos serviços oferecidos à população (parágrafo 173 do Relatório de Auditoria do Exercício de 2013).

194. As obras de implantação dos demais terminais foram iniciadas e encontram-se em andamento.

b. REFORMA DE TERMINAIS DE ÔNIBUS

- i. Reforma - Terminal Setor O - Ceilândia
- ii. Reforma - Terminal Setor P Sul - Ceilândia
- iii. Reforma - Terminal Setor M Norte - Taguatinga
- iv. Reforma - Terminal Taguatinga Sul
- v. Reforma - Terminal Guará I
- vi. Reforma - Terminal Guará II
- vii. Reforma - Terminal Núcleo Bandeirante
- viii. Reforma - Terminal Paranoá
- ix. Reforma - Terminal Planaltina
- x. Reforma - Terminal Cruzeiro Novo
- xi. Reforma - Gama Setor Central
- xii. Reforma - Sobradinho (Quadra Central)
- xiii. Reforma – Brazlândia Centro

195. A única reforma de terminal de ônibus concluída foi a reforma do Terminal Setor O – Ceilândia, que também, conforme auditorias anteriores, apresentou falhas que comprometem a qualidade da obra (parágrafo 173 do Relatório de Auditoria do Exercício de 2013). A UEGP/SEMOB informou que os contratos para início das obras de reforma dos terminais de Ceilândia (Setor P Sul), Taguatinga (Setor M Norte e Sul), Guará I e II, Núcleo Bandeirante, Paranoá, Planaltina e Cruzeiro Novo foram assinados e já estavam em andamento até o final do exercício de 2014. Contudo, a auditoria constatou que apenas as obras de reforma dos terminais do Guará I e do Setor P Sul de Taguatinga tiveram reflexos financeiros (pagamentos) para o Programa, no exercício de 2014.

196. Ainda de acordo com a UEGP/SEMOB, a reforma dos terminais do setor central do Gama, Sobradinho e Brazlândia ainda estavam em licitação no final do exercício de 2014.

c. PARADAS DE ÔNIBUS

197. A UEGP/SEMOB informa que foram construídos 450 novos abrigos (paradas de ônibus), o que representa melhoria no quantitativo de paradas oferecidas à população. Contudo, auditorias anteriores constataram que as estações e paradas de ônibus estavam sem acabamento, sem acomodações mínimas para o período de



Tribunal de Contas do Distrito Federal

espera, sem adequações de acessibilidade, bem como piso e paredes sem qualquer revestimento (parágrafo 173 do Relatório de Auditoria do Exercício de 2013).

198. Nenhuma providência foi informada pela UEGP/SEMOB sobre eventual regularização das impropriedades apontadas, motivo pelo qual essa auditoria conclui que permanecem as mesmas deficiências apontadas.

199. Pelo exposto, conclui-se que esse objetivo específico está parcialmente atingido, bem como é parcial o atingimento das metas nele contidas.

C. Fortalecimento Institucional da Secretaria de Mobilidade, DFTRANS e IBRAM

200. Na Secretaria de Mobilidade, concluíram-se o projeto de revisão e a consolidação do modelo de transportes. Em processo de licitação encontram-se a aquisição de equipamentos para a modernização do Parque Tecnológico (unidade móvel de fiscalização), fortalecimento da gestão da tecnologia de informação - TI, com a elaboração do Plano Estratégico de TI e assessoramento para implantação do Sistema Inteligente de Transporte - ITS.

201. As ações de Mapeamento da Mobilidade Urbana, Sistema Integrado de Transporte Urbano, Sistema de Auditoria Operacional, Implantação da Estratégia de Comunicação e Revisão do Sistema de Gestão de Pessoas e Capacitação de Equipes foram todas excluídas na 9ª Revisão do Plano de Aquisições.

202. O fortalecimento da gestão de transportes junto à DFTrans e o programa de fortalecimento da gestão ambiental e de educação sócio-ambiental para o IBRAM aguardavam processo licitatório.

203. A equipe de auditoria inspecionou a aquisição de equipamentos de monitoramento da qualidade do ar e sonora cedidos ao IBRAM e constatou que apenas uma parcela reduzida desses equipamentos estavam sendo efetivamente utilizados no cumprimento dos objetivos do Programa (ver parágrafos 166 a 177).

204. Em relação a esse tema, verifica-se que muitas ações ainda não foram iniciadas e que apenas parte dos equipamentos de monitoramento da qualidade do ar e sonora vêm sendo utilizados, razão pela qual conclui-se pelo cumprimento apenas parcial do atingimento dessas metas.

D. Melhoria da segurança de trânsito para os pedestres, os ciclistas e os veículos.

205. As ações voltadas para esse objetivo sofreram forte redução com a Missão de 2013 e a 9ª Revisão do Plano de Aquisições, restando como escopo apenas a construção de ciclovias do Plano Piloto, Ceilândia, Santa Maria, Guará, Recanto das Emas, tratamento de locais críticos e construção de passarelas.

206. No final de 2014, estavam concluídas as ciclovias de Ceilândia, Santa Maria e Recanto das Emas, enquanto que as do Guará e Plano Piloto ainda estavam em andamento. Outras ciclovias que figuravam no programa foram excluídas com a Missão de 2013 e a 9ª Revisão do Plano de Aquisições.

207. Quanto ao tratamento de locais críticos, foram concluídos dois pontos: a) Rua 07, Quadras 2 e Central – Sobradinho; e b) Via Central I - Guará I. Também foi concluída a passarela para pedestres e ciclistas na Rodovia DF-001 (EPCT) - trecho entre DF-075 (EPNB) e BR-060.



Tribunal de Contas do Distrito Federal

208. Considerando que algumas obras ainda estão em curso, tem-se por parcialmente atingido esse objetivo específico, assim como apenas parcialmente atingidas as correspondentes metas.

E. Implementação do sistema de bilhetagem automática

209. Nas auditorias anteriores, foi destacado que, não obstante a publicação do Decreto 31.311, de 9.2.2010, que regula a bilhetagem eletrônica, esse objetivo específico não havia sido atingido pelo Programa.

210. Em auditoria operacional realizada pela Divisão de Auditoria de Programas e Recursos Externos do Tribunal de Contas do Distrito Federal para subsidiar a apreciação das Contas do Governo do exercício de 2013 (Processo TCDF nº 31.896/13), analisou-se a gestão do sistema de transporte público coletivo do Distrito Federal. Os trabalhos concluíram que os registros do Sistema de Bilhetagem Automática - SBA ainda não são confiáveis e que há falta de efetivo domínio sobre os dados operacionais produzidos no âmbito do SBA. Tais fragilidades expõem o sistema à possibilidade de ocorrência de fraudes e de pagamentos indevidos aos operadores, bem como dificultam as ações de gestão, controle e fiscalização.

211. Essas fragilidades já haviam sido apontadas no Relatório de Auditoria do exercício de 2013. Entretanto, nenhuma providência foi tomada pelo mutuário para aprimorar o sistema, que continua considerando a sua implementação como meta cumprida.

212. Conclui-se, portanto, que a implantação do sistema de bilhetagem automática, da forma em que se encontra, contribui parcialmente para o atingimento do objetivo do Programa.

F. Implantação da Câmara de Compensação de Receitas e Créditos

213. A partir da Missão realizada pelo BID em 2013 e consoante o novo modelo de gestão de transporte adotado, a Câmara de Compensação de Receitas e Créditos - CCRC foi excluída do Programa, por não mais atender a nova realidade.

214. Portanto, em virtude desse fato, esta auditoria deixa de se pronunciar quanto ao atingimento de metas do objetivo específico Implantação da Câmara de Compensação de Receitas e Créditos.

G. Renovação da Frota de Ônibus Coletivos

215. De acordo com o 2º Relatório Semestral de 2014, 100% da renovação da frota de ônibus foi concluída em outubro de 2014, totalizando 2.620 veículos em operação.

216. No entanto, não houve tempo hábil para a auditoria confirmar tal informação, o que deverá ocorrer na auditoria de encerramento do Programa.

H. Considerações Finais quanto ao Cumprimento das Metas Previstas no Programa

217. Ante ao exposto, conclui-se que ainda não foram atingidas integralmente as metas e objetivos a que o Programa se propunha, uma vez que, não obstante a proximidade do final do programa, diversas obras encontram-se em andamento enquanto outras ainda não foram sequer iniciadas.



Tribunal de Contas do Distrito Federal

218. Além disso, muitas das ações concluídas não ofereceram o benefício esperado aos passageiros, ou seja, parte dos recursos desembolsados e investidos no Programa não se converteu, diretamente, em utilidade ao cidadão beneficiário do sistema de mobilidade urbana do DF, o que resulta em um baixo nível de satisfação do usuário, conforme aponta o 2º Relatório Semestral de 2014.

219. Como possíveis causas para o problema aponta-se a permanente situação de fragilidade institucional do órgão gestor e fiscalizador do sistema de transporte urbano do Distrito Federal, cujas ações para fortalecimento desses órgãos, apesar de previstas no Programa, ainda carecem de efetiva implementação. A essas fragilidades somam-se, ainda, a inércia e a falta de articulação entre os diversos órgãos e instâncias executoras e coexecutoras do mutuário para solucionar problemas e pendências apontadas, bem como atender às recomendações expressas nos relatórios de auditoria, pois muitas delas foram apontadas desde o início do Programa e ainda continuam sem solução.



VIII. ANÁLISE DO SANEAMENTO DE PENDÊNCIAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

220. Com relação à correção das falhas e implementação das recomendações apontadas em exercícios anteriores, A UEGP/SEMOB foi instada a se manifestar por intermédio da Nota de Auditoria nº 1. Abaixo segue a análise da justificativa apresentada pela UEGP/SEMOB, conforme a divisão temática das questões de auditoria.

A. Demonstrações Financeiras Básicas

221. Esse capítulo refere-se à análise das ressalvas contidas no parágrafo 221 do Relatório de Auditoria das Demonstrações Financeiras do Exercício de 2013. Os itens I e II da alínea “a” são pendências anteriores ao exercício de 2013, enquanto que as das alíneas “b” a “I” referem-se a falhas reportadas naquele exercício.

222. **Pendência “a.I”: divergência no montante de US\$ 2.945,65 referente a equívoco no valor da taxa de câmbio utilizada para conversão em dólares do montante da NF nº 89 – Consórcio Mendes Júnior/Serveng/CR Almeida (Solicitação de Desembolso nº 16), que resultará na diminuição dos recursos aplicados;**

223. **Justificativa da UEGP/SEMOB:** informa que os valores não foram corrigidos nas Solicitações de Desembolsos nº 30 e 31 para não resultar em valor negativo da fonte BID, uma vez que valores negativos não são permitidos quando os recursos são oriundos de fonte BID. Além disso, assevera que para solucionar a questão seria necessário um novo pagamento ao Consórcio.

224. **Análise da justificativa:** a alegação não merece prosperar porque se trata apenas de erro de contabilização, sem necessidade de ajustes de pagamentos com o fornecedor, pois esse recebeu em moeda local, sem nenhuma influência de variação cambial. Ademais, cabe observar que a pendência se arrasta desde o Relatório das Demonstrações Financeiras de 2010.

225. **Causa:** Falha na emissão, revisão e supervisão dos Detalhes de Pagamentos constantes das Solicitações de Desembolsos.

226. **Efeito:** A situação encontrada impacta o acumulado de valores apresentados como desembolsos justificados ao BID tanto na Demonstração de Fluxo de Caixa como na de Investimentos Acumulados, bem como na apuração da variação cambial.

227. **Recomendação:** A UEGP/SEMOB deverá proceder à correção contábil via Solicitação de Desembolso, conforme orientação do BID (CBR-796/2010, de 04/03/2010).

228. **Pendência “a.II”: incorreção no Atestado de Execução de nº 26/2010 – UEGP, que se refere à 13ª medição Lt 2 e não à de nº 12 – Lt 2 do Consórcio Mendes JR/Serveng/CR Almeida – Processo nº 90.000.068/10;**

229. **Justificativa da UEGP/SEMOB:** alega que os processos nº 041-003.339/2008 e nº 90.000068/10 tiveram o atestado de execução retificado, conforme anexo XV às Notas Explicativas.



Tribunal de Contas do Distrito Federal

230. **Análise da Justificativa:** da análise da documentação comprobatória (anexo XV às Notas Explicativas), considera-se a pendência sanada.
231. **Pendência “b”:** não apresentação de memória de cálculo com as informações analíticas em relação às perdas cambiais informadas de US\$ - 196.742,99, que afetam os valores de contrapartida;
232. **Justificativa da UEGP/SEMOB:** informa que a demonstração das perdas cambiais, com a respectiva memória de cálculo, consta do Relatório Semestral do Segundo Semestre de 2013, encaminhado pelo Ofício nº 47/2014 UEGP/ST.
233. **Análise da justificativa:** a documentação citada traz informações analíticas das perdas cambiais. Considera-se a pendência sanada.
234. **Pendência “c”:** não apresentação de memória de cálculo com as informações analíticas e as conciliações bancárias que respaldem os valores informados das receitas de juros, no valor total de US\$ 98.958,88, informado nas notas explicativas, valor também divergente dos valores apresentados na Demonstração de Fluxo de Caixa de 2013, onde apresenta juros recebidos no montante de US\$ 906.246,17 com ajuste de US\$ -989.042,04;
235. **Justificativa da UEGP/SEMOB:** alega que a conciliação bancária de 2013 foi apresentada apenas em 03/11/2014 (Memo nº 090/2014-COAFOR/SUAG/ST), reconhece equívoco em relação ao valor de juros informados e explica o procedimento do lançamento de juros na Demonstração de Fluxo de Caixa, onde o montante acumulado de juros é convertido ao dólar do fechamento do final do exercício em que a demonstração é apresentada, ajustado pelo valor total lançado, em dólares, no exercício anterior.
236. **Análise da justificativa:** a conciliação bancária apresentada não contempla os registros individualizados de cada fato contábil com informações analíticas que permitam confrontar as conclusões dos saldos finais apresentadas. Já a contabilização dos juros foi retificada nos demonstrativos de 2014. Além disso, apresentaram-se explicações em relação aos ajustes realizados. Considera-se a pendência sanada em relação ao juros. Contudo, a pendência persiste em relação à conciliação bancária.
237. **Causa:** a UEGP/SEMOB depende de pessoal especializado de outros órgãos do GDF para realizar a conciliação bancária, tendo dificuldades na requisição dos trabalhos, devido a problemas de articulações internos do Mutuário.
238. **Efeito:** a ausência ou a conciliação bancária realizada sem a documentação analítica suficiente pode trazer incertezas em relação aos pagamentos realizados que integram as demonstrações financeiras.
239. **Recomendação:** À UEGP/SEMOB que empreenda as ações necessárias para dotar seu quadro com pessoal capacitado para realizar a conciliação bancária, evitando a dependência de pessoal de outros órgãos.
240. **Pendência “d”:** divergências nos valores registrados no Demonstrativo de Investimentos Acumulados em relação à Demonstração de Fluxo de Caixa e às Notas Explicativas. De acordo com o Demonstrativo de Investimentos Acumulados, o valor dos investimentos a título de contrapartida, em 2013, foi de US\$ 3.756.626,46, o acumulado no início do exercício foi de US\$ 100.959.514,27, e no fim do exercício foi de US\$ 104.716.140,73. Já a



Demonstração de Fluxo de Caixa e as Notas Explicativas apontam, respectivamente, para essas rubricas os seguintes valores: US\$ 3.518.544,55, US\$ 98.372.800,94 e US\$ 101.891.345,49.

241. **Justificativa da UEGP/SEMOB:** as correções serão realizadas nas demonstrações financeiras de 2014.

242. **Análise da justificativa:** a equipe de auditoria reanalisou a Demonstração de Fluxo de Caixa, Demonstrativo de Investimentos Acumulados e Notas Explicativas no exercício de 2014. Assim, considera-se que essa pendência perdeu seu objeto.

243. **Pendência “e”:** foram contabilizadas despesas no valor total de R\$ 30.159.173,84 (US\$ 16.006.420,99), pagas em exercícios anteriores (2010, 2011 e 2012). Dessas, o valor de R\$ 294.810,15 (US\$ 144.777,36) relativo à SD nº 55 foi apresentado na demonstração financeira de 2013 como “Pagamentos por Bens e Serviços não remetido ao BID até 31/12/2013”. O saldo restante de R\$ 29.864.363,69 (US\$ 15.861.643,63) relativos às SD nº 49, 50 e 53 que já haviam sido apresentadas ao BID não figuraram no demonstrativo financeiro do exercício de 2013, constando apenas como ajuste da demonstração de 2012. Entretanto, considerando que essas despesas foram apresentadas e aprovadas pelo BID, em 2013, e que os demonstrativos de exercícios anteriores não podem ser alterados, essas despesas deveriam fazer parte da demonstração contábil desse exercício, já que não foram oportunamente registradas nos demonstrativos de exercícios anteriores.

244. **Justificativa da UEGP/SEMOB:** a correção do procedimento de lançamento de despesas de exercícios anteriores com recursos de contrapartida será implementada a partir das demonstrações financeiras de 2014.

245. **Análise da justificativa:** a UEGP/SEMOB passou a lançar, em 2014, os registros de despesas de exercício anteriores com recursos de contrapartida na Demonstração de Fluxo de Caixa no exercício em que foram aprovadas pelo BID. Assim, considera-se que essa pendência perdeu seu objeto para efeitos da demonstração financeira relativa ao exercício de 2014.

246. **Pendência “f”:** registro indevido de despesas com a SAG no valor total de R\$ 365.340,00, não elegível por falta de cobertura contratual desse valor excedente, relativo à prestação de serviço em desacordo com as normas pactuadas no Contrato nº 25/2008-ST, onde houve excesso de horas de Engenheiro de Projetos – item 1.4, Engenheiro de Obras 3 – item 1.7, Engenheiro de Planejamento – item 1.8, e Especialista em Licitações – item 1.10, em relação ao estipulado no contrato, considerando os aditivos vigentes em 2013.

247. **Justificativa da UEGP/SEMOB:** esclarece que os quantitativos indicados são estimativos, podendo ser alterados por demanda da UEGP/SEMOB, com a anuência da SAG, de acordo com o que se depreende do item 4.2, da Cláusula 4 das Condições Gerais do Contrato de Empréstimo. Acrescenta ainda que o Ofício nº 155/2013 – UEGP/ST, de 03/09/2013, e a carta CT-AL-PTU/044/2013 atendem aos procedimentos e requisitos necessários para alterar as estimativas e que 3º aditivo contratual foi formalizado em 03/01/2014.

248. **Análise da justificativa:** Ressalta-se que o 3º aditivo não tem o condão de retificar a situação constatada, em 2013, uma vez que o referido aditivo foi



celebrado apenas em 2014. Entretanto, como não houve, em 2013, pagamentos superiores ao valor total do contrato, considerando os aditivos vigentes em 2013, entende-se que merecem prosperar as alegações do gestor. Assim, considera-se justificada a pendência em tela.

249. **Pendência “g”:** Contrato 554/2009. Coexecutor: NOVACAP. Fornecedor EBO. O pagamento de R\$ 62.863,99 ao fornecedor, em 1.11.2013, deixou de ser contabilizado nos demonstrativos financeiros de 2013, relativo ao pagamento do reajuste da 5ª medição, conforme Ordem Bancária nº 2013OB04569 e comprovantes de despesas e de pagamento no Processo nº 0112.00058-2011, às fls. 1 a 148. Tal omissão viola o regime de caixa, que determina a contabilização no ato do ingresso e saída de recursos. Despesa não incluída nas Solicitações de Desembolso.

250. **Pendência “h”:** Contrato 554/2009. Coexecutor: NOVACAP. Fornecedor EBO. O pagamento de R\$ 634,99 a título de ISS da 5ª medição, em 1.11.2013, deixou de ser contabilizado nos demonstrativos financeiros de 2013, conforme Ordem Bancária nº 2013OB04570 e comprovantes de despesas e de pagamento no Processo nº 0112.00058-2011, às fls. 1 a 148. Tal omissão viola o regime de caixa, que determina a contabilização no ato do ingresso e saída de recursos. Despesa não incluída nas Solicitações de Desembolso.

251. **Pendência “i”:** Contrato 554/2009. Coexecutor: NOVACAP. Fornecedor EBO. O pagamento de R\$ 38.563,39 ao fornecedor, em 1.11.2013, deixou de ser contabilizado nos demonstrativos financeiros de 2013, relativo ao pagamento do reajuste da 5ª medição, conforme Ordem Bancária nº 2013OB04571 e comprovantes de despesas e de pagamento no Processo nº 0112.001.821-2013, fls. 1 a 99. Tal omissão viola o regime de caixa, que determina a contabilização no ato do ingresso e saída de recursos. Despesa não incluída nas Solicitações de Desembolso.

252. **Pendência “j”:** Contrato 554/2009. Coexecutor: NOVACAP. Fornecedor EBO. O pagamento de R\$ 389,53 a título de ISS da 4ª medição, em 1.11.2013, deixou de ser contabilizado nos demonstrativos financeiros de 2013, conforme Ordem Bancária nº 2013OB04572 e comprovantes de despesas e de pagamento no Processo nº 0112.001.821-2013, fls. 1 a 99. Tal omissão viola o regime de caixa, que determina a contabilização no ato do ingresso e saída de recursos. Despesa não incluída nas Solicitações de Desembolso.

253. **Pendência “k”:** Contrato 010/2012-DER. Coexecutor: DER/DF. Fornecedor SINARODO. O pagamento de R\$ 293.778,313, ao fornecedor, em 11.10.2012, deixou de ser contabilizado nos demonstrativos financeiros de 2012, nem foi corrigido nas demonstrações financeiras do exercício 2013, relativo ao pagamento da Nota Fiscal nº 794, conforme comprovantes de despesas e de pagamento no Processo nº 00113.008062-2013, fls. 1 a 117. Tal omissão viola o regime de caixa, que determina a contabilização no ato do ingresso e saída de recursos. Despesa não incluída nas Solicitações de Desembolso.

254. **Pendência “l”:** Contrato 010/2012-DER. Coexecutor: DER/DF. Fornecedor SINARODO. O pagamento de R\$ R\$ 1.031,84 de ISS, em 11.10.2012, deixou de ser contabilizado nos demonstrativos financeiros de 2012, nem foi corrigido nas demonstrações financeiras do exercício ora examinado, relativo ao pagamento da Nota Fiscal nº 794, conforme comprovantes de despesas e de



Tribunal de Contas do Distrito Federal

pagamento no Processo nº 00113.008062-2013, fls. 1 a 117. Tal omissão viola o regime de caixa, que determina a contabilização no ato do ingresso e saída de recursos. Despesa não incluída nas Solicitações de Desembolso.

255. **Justificativa da UEGP/SEMOB:** em relação às pendências “g” a “j”, o gestor alega que os valores são referentes a reajustes concedidos após a apresentação da Solicitação de Desembolso nº 50, em 14/08/2013, e que não haviam sido disponibilizados pela NOVACAP à UEGP/SEMOB. Por fim, compromete-se a reavaliar os contratos de ciclovias apresentadas como contrapartida ao Programa, seguindo orientações do BID.

256. Quanto às pendências “k” e “l”, o gestor alega que os valores foram devidamente lançados na Solicitação de Desembolso nº 55.

257. **Análise da justificativa:** preliminarmente, cabe acrescentar que as pendências “g” a “l” referem-se a recursos de contrapartida local. Além disso, retificou-se o valor da Pendência “j” e “l” da auditoria anterior para os valores de R\$ 389,53 e R\$ 1.031,84, respectivamente. Em relação às pendências “g” a “j”, o fato dos pagamentos referirem-se a reajustes não os isenta da devida prestação de contas, uma vez que fazem parte do contrato. Como há intenção do gestor em lançar as referidas despesas, a análise quanto ao seu lançamento adequado será novamente efetuada na auditoria de encerramento do Programa. Já as pendências “k” e “l” referem-se ao pagamento da 2ª medição da Nota Fiscal nº 794 e foram devidamente registradas no item 48 e 49, respectivamente, da Solicitação de Desembolso nº 55, conforme alegou o gestor. Assim, consideram-se as pendências “k” e “l” extintas. As demais (“g” a “j”) permanecem.

258. **Causa:** falhas na comunicação entre a UEGP/SEMOB e os coexecutores quanto aos pagamentos realizados no objeto de contratos aprovados pelo BID e financiados com recursos de contrapartida.

259. **Efeito:** a ausência ou seleção de prestação de contas de determinadas despesas relacionadas a contratos aprovados pelo BID pode comprometer o monitoramento, controle e auditoria do contrato de forma sistêmica e completa, bem como prejudicar a análise do atingimento dos resultados da prestação do serviço ou obra objeto do contrato no PTU.

260. **Recomendação:** À UEGP/SEMOB prestar contas por meio de declarações de gastos de todas as despesas oriundas dos contratos aprovados pelo BID que figuram no Plano de Aquisições, mesmo quando os recursos forem exclusivamente oriundos de contrapartida local, conforme compromisso contratual.

B. Cumprimento de Cláusulas Contratuais

261. Esse capítulo refere-se à análise das ressalvas do parágrafo 222 do Relatório de Auditoria das Demonstrações Financeiras do Exercício de 2013.

262. **Pendência “a”: Cláusula 1.04 das Disposições Especiais combinada com o artigo 6.04 das Normas Gerais, por não aportar recursos de contrapartida ao Terminal Santa Maria 401.**

263. **Justificativa da UEGP/SEMOB:** o Terminal de Santa Maria não faz mais parte do Programa.



Tribunal de Contas do Distrito Federal

264. **Análise da justificativa:** Na auditoria anterior, referente às Demonstrações do Exercício de 2013, constatou-se que o Mutuário estava com as obras relativa ao Terminal de Santa Maria licitadas e contratadas mas não iniciadas por falta de recursos orçamentários e financeiros do Mutuário. No entanto, a questão perdeu o objeto, uma vez que o Terminal Santa Maria 401 foi excluído do Programa pela Revisão nº 9 do Plano de Aquisições.

265. **Pendência “b”: Cláusula 3.05 das Disposições Especiais e artigo 3.06(b) das Normas Gerais, em virtude da utilização de distintas taxas de câmbio no Relatório Semestral sobre o Fundo Rotativo de 31.12.13 e nas Demonstrações Financeiras.**

266. **Justificativa da UEGP/SEMOB:** as correções serão realizadas nas demonstrações financeiras do exercício de 2014.

267. **Análise da justificativa:** Nas demonstrações financeiras de 2014, o mutuário realizou os devidos ajustes contábeis em relação às consequências desse erro, lançando mão a ajustes na variação cambial (Item 7 das Notas Explicativas). Além disso, o fundo rotativo é novamente calculado a cada exercício financeiro, motivo pelo qual não faz sentido que a ressalva permaneça no presente relatório.

268. **Pendência “c”: Cláusula 4.01 das disposições especiais do Contrato de Empréstimo e Artigo 6.01 das Normas Gerais do Contrato, por não proceder à aquisição e principalmente ao recebimento de obras de acordo com as especificações técnicas dos projetos básicos e executivos, especialmente das obras do terminal de passageiros Ceilândia, obras de pavimentação, adequação viária e instalação de passarela.**

269. **Justificativa da UEGP/SEMOB:** o gestor informa que enviou o Memorando nº 46/2014-UEGP/ST pedindo esclarecimentos em relação a esse assunto, e enviou, ainda, o Ofício nº 34/2015-UEGP/ST, de 04/03/2015, mediante o qual encaminha cópia do Memo. 116/2015-GAB/SEMOB, e material anexo, com respostas da NOVACAP (Ofício 225/2015 – GAB/PRES-NOVACAP) acerca dos referidos contratos.”

270. **Análise da justificativa:** Entretanto, não houve tempo hábil para analisar o cumprimento dessa pendência. Assim, tendo em conta que só faltam três meses para o término do Programa, propõe-se que a pendência em tela seja analisada na auditoria de encerramento do Programa.

271. **Pendência “d”: Cláusula 4.02 das Disposições Especiais do Contrato de Empréstimo, por não conservar adequadamente as obras compreendidas no Programa, de acordo com normas técnicas geralmente aceitas, especialmente dos terminais de passageiros de Brazlândia, Riacho Fundo, São Sebastião, obras de pavimentação, de adequação viária e de obras complementares da EPTG; haja vista que a qualidade da manutenção efetuada encontra-se abaixo dos níveis adequados, conforme parágrafos 111 a 118 deste Relatório e Relatório de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia elaborado pelo NFO/TCDF, Anexo B deste Relatório;**

272. **Justificativa da UEGP/SEMOB:** O Ofício nº 1.101/2014-DG encaminhado pelo gestor dá conta que a UEGP/ST encaminhou o Memo nº 002/2014-UEGP/ST à Coordenação de Terminais Rodoviários – Coter/ST solicitando



Tribunal de Contas do Distrito Federal

esclarecimentos com relação à manutenção dos terminais de ônibus, o qual não foi respondido pela Coter/ST.

273. Informa, ainda, que encaminhou Relatório de Manutenção e Conservação das obras concluídas do Programa à mesma Coter/ST, solicitando medidas para sanear os itens apontados, sem mencionar se houve alguma resposta daquela unidade.

274. Quanto à manutenção e conservação da DF-085 (EPTG), o DER/DF tem expressado seu entendimento de que os serviços foram executados dentro dos padrões daquele órgão, não restando pendências a serem atendidas, conforme Relatório Anual de Atividades do DER/DF.

275. **Análise da justificativa:** Quanto à manutenção de terminais, resta claro que a UEGP/ST desenvolveu esforço para sanear as pendências. Entretanto, também ficou demonstrado que a pendência não foi atendida, haja visto não haver resposta da unidade própria (Coter/ST) detalhando as medidas empreendidas. De toda forma, cabe ao Mutuário demonstrar a realização de tais atividades, o que nesse caso, não ocorreu.

276. Quanto à manutenção e conservação da DF-085 (EPTG), não restou demonstrado ter sido a pendência atendida. O DER/DF simplesmente discorda do achado de auditoria, dando a entender que os padrões daquele órgão não se comparam ao padrão empregado pelos auditores.

277. Pelo exposto, entende-se que não prosperam os argumentos do gestor e que a pendência em tela não foi sanada.

278. **Pendência “e”: Cláusula 4.04 das Disposições Especiais, por ter havido subcontratação de consultorias por intermédio da SAG (Arcadis-Logos) para dar apoio à licitação para renovação da frota de ônibus e em virtude da contratação de consultoria do Programa de Comunicação Social e Ambiental do PTU/DF para as ciclovias sem comprovação nos respectivos autos que os serviços tenham ocorrido a preços de mercado.**

279. **Justificativa da UEGP/SEMOB:** Em relação a essa pendência, o gestor prestou esclarecimentos no “Anexo A” – no qual procurou contestar a primeira parte do achado e “Anexo B” – onde a segunda parte do achado é contestada – do Ofício nº 261/2014 – UEGP/ST.

280. **Análise da justificativa:** Quanto à subcontratação de consultoria por intermédio da SAG (Arcadis-Logos) para dar apoio à licitação, para renovação da frota de ônibus, constatou-se, pela análise dos documentos (“Anexo A”), que a Arcadis-Logos tem competência para contratar subconsultores, conforme consta na cláusula 3.7 (b) do contrato 25/2008.

281. Constatou-se, ainda, que a contratação dos consultores especiais da empresa Guilherme Gonçalves & Sacha foi feita, não pela Secretaria de Transportes, mas pela própria Arcadis-Logos, empresa gerenciadora do projeto.

282. Entende-se que a forma escolhida para a contratação não parece ser a mais adequada. Entretanto, sugere-se relevar tal falha, tendo em vista que a contratação visou desenvolver ações que, embora não presentes no Plano de Aquisições, fazem parte das competências regimentais da UEGP/ST e tenderam a viabilizar a conclusão da Licitação de Serviços de Transportes Coletivos, cuja



Tribunal de Contas do Distrito Federal

renovação da frota é parte dos objetivos do programa, bem como é um dos compromissos assumidos pelo Distrito Federal (Mutuário) perante o Banco.

283. Quanto a contratação de consultoria do Programa de Comunicação Social e Ambiental do PTU/DF, trata-se da falta de comprovação, nos respectivos autos, que os serviços tenham ocorrido a preços de mercado. Trata-se de pendência contida no Relatório de Auditoria de 2013 (parágrafo 173), oriunda do exercício de 2012. No Relatório de Auditoria de 2012 consta o seguinte achado:

PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E AMBIENTAL DO PTU/DF

Achado: Solicitação de Desembolso nº 41, 42, 43, 44, 46, 47. Não foi comprovado nos autos que os serviços contratados de consultoria tenham ocorrido a preços de mercado, relativo ao processo de aquisição nº 0410002314/2009 - SBQC (GN 2350, Seção II) – contratado Grecco Consultorias - Atitude e Pensamento Estratégico. Valor R\$ 1.828.734,89. Objeto: Execução do Programa de Comunicação Social e Ambiental do PTU/DF. Contrato assinado em 04.10.2010.

284. As evidências à época eram:

- a) o Parecer PGDF 1104/2009 questionou a ausência nos autos das fontes de consulta e pesquisas de mercado que comprovassem a compatibilidade dos custos com os valores de mercado, Fls. 141/153;
- b) não consta pesquisa de mercado que demonstre a compatibilidade do preço previsto no edital. Consta orçamento estimado às fls. 89/90. Um dos exemplos discrepantes é o valor do item "11. Criação e Produção de VT publicitário, com 2 unidades previstas no valor de R\$ 252.478,00 cada, totalizando R\$ 504.957,12;
- c) a tabela do Sindicato das Agências de Propaganda - SINAPRO, às fls. 249 em diante, utilizada como parâmetro de preço, não comprova a compatibilidade com os valores de mercado, haja vista a própria tabela informar que "filme /VT 15" / 30" / 45" / 60" o custo é de R\$ 2.478,00 por unidade. No edital à fl. 487, o valor para o item 12 "criação e produção de VT publicitário em televisão, passou a constar o valor de R\$ 249.990,80 cada um, totalizando R\$ 499.981,60. O valor contratado consta como valor unitário R\$ 24.000,00 cada unidade, totalizando R\$ 48.000,00 o total para esse item;
- d) à fl. 261, consta apenas um e-mail sem data, sem autoria, sem assinatura, informando os seguintes valores: "comercial TV" - criação R\$ 2.478,56 e produção R\$ 250.000,00"; valor que estaria compatível com o edital;
- e) o próprio aditivo celebrado com a empresa contratada, fl. 4167, estipula valor de R\$ 24.000,00 para o item "2. criação e produção de VT publicitário para televisão", ficando em R\$ 48.000,00 as 2 unidades previstas, uma diferença de 951% sobre o custo previsto no edital;
- f) o Secretário de Estado dos Transportes autorizou a celebração do aditivo à fl. 4163, mantendo os preços originais do contrato, condicionado às providências subsequentes da UEGP/ST no sentido de comprovar se os preços deste Aditivo estão em consonância com os praticados no mercado, a fim de *"atender a orientação lançada nas cotas de aprovação do susodito Parecer nº 62/2013-PROCAD/PGDF. Tendo em vista que o contrato expira-se nesta data não será possível aguardar a verificação da compatibilidade dos preços com os de mercado. Dessa forma, esta unidade deverá apresentar, com a máxima celeridade, a pesquisa de mercado para que seja*



Tribunal de Contas do Distrito Federal

possível verificar a consonância dos preços e, caso se faça necessário, seja celebrado outro termo aditivo para adequar eventuais distorções”.

g) não consta nos autos comprovação de cumprimento da determinação do Secretário de Estado, nem da PGDF. Autos examinados até a página 4182.

285. Quanto à evidência “a”, supra, foi informado que o citado parecer foi exarado ainda na fase interna da licitação. A respeito da evidência “b”, informou que a situação foi sanada pela inserção nos autos da pesquisa de preços às páginas 238/262.

286. Em relação à evidência “c”, supra, o gestor discorre fartamente diferenciando criação (roteiro, texto) de produção (estúdio de som, cachês de locutor, modelos, apresentadores, figurantes, cartelas, produção, direção, gravação, fita, cópia, imagens externas ou internas entre outros), explicando a diferença de preços apontada.

287. A respeito da evidência “d”, o gestor disponibilizou a íntegra do citado e-mail e esclareceu que o documento objetivava sanear as preocupações externadas pelo parecer da PGDF nº 1104/2009 a que se refere à evidência “a”, supra. Quanto à evidência “e”, o gestor esclarece que tal evidência não autoriza conclusão alguma, porque compara coisas absolutamente diversas.

288. Pela análise das informações contidas no citado Ofício nº 261/2014 – UEGP/ST, entende-se que o gestor justificou com eficácia as evidências “a”, “b”, “c”, “d” e “e”.

289. Entretanto, quanto às evidências “f” e “g”, entende-se que os esclarecimentos prestados pelo gestor não saneiam a situação apontada, pelas seguintes razões:

a) a evidência “f” refere-se ao primeiro termo aditivo do Contrato nº 009/2010, assinado em 04/02/2013 entre o “Distrito Federal e a empresa GRECCO Consultoria Atitude & Pensamento Estratégico para prestação dos serviços de consultoria dos Serviços de Comunicação Social e Ambiental do Programa de Transporte Urbano do Distrito Federal”;

b) os esclarecimentos do gestor atinentes às evidências “f” e “g”, em última análise, apontam para a tabela da Associação Brasileira de Consultores de Engenharia - ABCE 2012/2013;

c) os serviços descritos na referida tabela ABCE 2012/2013 não são correlatos com aqueles a serem prestados como obrigação do Contrato nº 009/2010;

d) não consta até a página 9649 do processo de aquisição nº 0410002314/2009 comprovação de cumprimento da determinação do Secretário de Estado à fl. 4163 daquele processo.

290. Assim, considera-se o achado em tela apenas parcialmente atendido, permanecendo pendente a alínea “f” em relação à ausência de comprovação de que os serviços de consultoria do Programa de Comunicação Social e Ambiental do



Tribunal de Contas do Distrito Federal

PTU/DF, prestados pela empresa GRECCO, a partir do 1º Termo Aditivo do Contrato nº 009/2010, ocorreram a preço de mercado.

C. Procedimentos de Aquisições e Obras

291. Com relação à correção das falhas e implementação das recomendações apontadas em exercícios anteriores sobre procedimentos de aquisições e obras, a UEGP/ST apresentou as informações e/ou as justificativas ou as providências adotadas pelo Executor e Coexecutores do Programa, por meio dos Ofícios nº 251/2014 – UEGP/ST, em 03/12/2014, nº 261, em 09/12/2014 e nº 262, de 09/12/2014.

1) Pendências do Exercício de 2013 (analisadas neste Relatório)

292. Procede-se nesse tópico a análise sobre os esclarecimentos prestados.

Item 1. Contração de Serviços de Consultoria

293. **Pendência “a”: Prestação de serviço em desacordo com as normas contratuais pactuadas (durante o exercício de 2013, foram prestadas e pagas horas de consultoria por Engenheiro de Projetos – item 1.4, Engenheiro de Obras 3 – item 1.7, Engenheiro de Planejamento – item 1.8, e Especialista em Licitações – item 1.10 da Planilha de Remuneração que excederam as horas contratadas, mesmo considerando os aditivos contratuais até então pactuados. As horas excedidas considerando os 4 itens supramencionados somam R\$ 365.340,00)**

294. **Justificativa da UEGP/SEMOB:** A resposta do gestor deu-se por meio do Ofício nº 251/2014 – UEGP/ST, em documento de nome “Esclarecimentos 3 – Aquisições e Fiscalização de Obras”. Em relação às pendências em tela, o único esclarecimento prestado foi “apresentado no anexo A” daquele Ofício.

295. **Análise da justificativa:** Aplica-se ao caso em tela a mesma análise apresentada na primeira parte da pendência “f” das Demonstrações Financeiras, conforme parágrafos 246 a 248.

296. Entende-se que assiste razão às alegações do gestor, mormente por se verificar que não houve, em 2013, pagamentos superiores ao valor total do contrato, considerando os aditivos vigentes em 2013. Desta forma, considera-se sanada a pendência em tela.

297. **Pendência “b”: Descumprimento de normas contratuais e normas de aquisições do BID e nacionais, na subcontratação de serviços de consultoria para despesa não prevista no Plano de Aquisições, entre outras falhas no contrato de Consultoria para Serviço de Apoio ao Gerenciamento do Programa –SAG – Contratada Arcadis-Logos (contratou consultores especiais do escritório de advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Reck)**

298. **Justificativa da UEGP/SEMOB:** A resposta do gestor deu-se por meio do Ofício nº 251/2014 – UEGP/ST, em documento de nome “Esclarecimentos 3 – Aquisições e Fiscalização de Obras”. Em relação às pendências em tela, o único esclarecimento prestado foi “apresentado no anexo A” daquele Ofício



Tribunal de Contas do Distrito Federal

299. **Análise da justificativa:** Aplica-se ao caso em tela a mesma análise apresentada na primeira parte da pendência “e” das Cláusulas Contratuais, conforme parágrafos 278 a 290.

300. Assim sendo, pugna-se relevar a falha apontada, tendo em vista que a contratação visou desenvolver ações que, embora não presentes no Plano de Aquisições, fazem parte das competências regimentais da UEGP/ST e contribuem para o atingimento dos objetivos do Programa.

Item 2. Construção do Terminal de passageiros de Ceilândia – Setor “O”

301. **Pendência “a”:** Falta de acessibilidade e de segurança contra risco e pânico no terminal de passageiros, em desacordo com laudos da AGEFIS e Corpo de Bombeiros Militar do DF.

302. **Justificativa da UEGP/SEMOB:** o gestor informou que trata-se de obra de contrapartida e que solicitou manifestação à SUAG/ST, por meio do Memo nº 46/2014-UEGP/ST, e que, até o momento, não recebeu tal manifestação.

303. Os argumentos apresentados pelo gestor apenas evidenciam a iniciativa da UEGP/ST em obter informações da UGL. Não saneia ou corrige a falha apontada, razão pela qual entende-se que a pendência persiste.

Item 3. Ciclovias – Contratos nºs 605/2011, 611/2011, 608/2011 e 610/2011

304. **Pendência “a”:** Superestimativa de quantidades nas Planilhas Orçamentárias. Nos serviços de terraplenagem dos lotes 2, 5, 7 e 8, que foram licitados com superestimativa de quantidades em desacordo com a Lei nº 8666/93; Planilhas Orçamentárias; e Projetos Executivos das Redes Cicloviárias no Distrito Federal - Sub-Produto 3.2.2 – Projeto de Pavimentação – Memória de Cálculo e Especificações e Especificações dos Lotes 2, 5, 7 e 8 (fonte: Relatório de fiscalização do Núcleo de Obras e Serviços de Engenharia – NFO/TCDF, Anexo B).

305. **Justificativa da UEGP/SEMOB:** o gestor informou que trata-se de obra de contrapartida e que solicitou manifestação à NOVACAP, por meio do Ofício nº 78/2014-UEGP/ST. Enviou, ainda, o Ofício nº 34/2015-UEGP/ST, mediante o qual encaminha cópia do Memo. 116/2015-GAB/SEMOB, e material anexo, com respostas da NOVACAP (Ofício 225/2015 – GAB/PRES-NOVACAP) acerca dos referidos contratos.

306. Informa, ainda, que tais obras entraram para o Programa (Plano de Aquisições) somente na Missão de Administração de maio/2013 realizada pelo BID, quando as obras já estavam em estado adiantado de execução.

307. **Análise da justificativa:** Contudo, não houve tempo hábil para analisar o cumprimento dessa pendência. Assim, tendo em conta que só faltam três meses para o término do Programa, propõe-se que a pendência em tela seja analisada na auditoria de encerramento do Programa.

308. **Pendência “b”:** Superfaturamento de quantidades nas medições por serviços não executados. Nos serviços de terraplanagem, execução de pavimento de concreto e plantio de Grama, constatou-se superfaturamento de



quantidades nas medições dos Lotes 2, 5, 7 e 8, em desacordo com a Lei nº 8666/93 (fonte: Relatório de fiscalização do NFO/TCDF, Anexo B).

309. **Justificativa da UEGP/SEMOB:** O gestor apenas referenciou os esclarecimentos prestados na pendência “a”, supra.

310. **Análise da justificativa:** aplica-se aqui a mesma análise da pendência “a” supra. Não houve tempo hábil para analisar o cumprimento dessa pendência. Assim, tendo em conta que só faltam três meses para o término do Programa, propõe-se que a pendência em tela seja analisada na auditoria de encerramento do Programa.

311. **Pendência “c”: Execução de serviço sem previsão em contrato e superfaturamento. Planilhas de Medições dos Lotes 2, 5, 7 e 8. Em relação ao Lote 2 (Asa Sul), os auditores do NFO/TCDF constataram um superfaturamento por quantidades de serviços não executados; Em relação aos Lotes 5, 7 e 8, constaram um valor devido (a pagar), pela execução do serviço base de brita, em desacordo com a Lei nº 8666/93.**

312. **Justificativa da UEGP/SEMOB:** Novamente, o gestor apenas referenciou os esclarecimentos prestados na pendência “a”, retro.

313. **Análise da justificativa:** Entretanto, não houve tempo hábil para analisar o cumprimento dessa pendência. Assim, tendo em conta que só faltam três meses para o término do Programa, propõe-se que a pendência em tela seja analisada na auditoria de encerramento do Programa.

314. **Pendência “d”: Problemas relacionados à qualidade dos serviços executados. Os auditores do NFO/TCDF constaram os seguintes defeitos nos lotes auditados: trincas por fissuramento do concreto, trincas por utilização inadequada da ciclovía, ausência de concordância com calçadas e acessos pré-existentes, execução de calçadas sem juntas de dilatação e mudança de metodologia executiva das juntas de dilatação, em desacordo com a Lei nº 8.666/93, e serviços e especificações contratadas.**

315. **Justificativa da UEGP/SEMOB:** Outra vez, o gestor apenas referenciou os esclarecimentos prestados na pendência “a”, retro.

316. **Análise da justificativa:** Igualmente, não houve tempo hábil para analisar o cumprimento dessa pendência. Assim, tendo em conta que só faltam três meses para o término do Programa, propõe-se que a pendência em tela seja analisada na auditoria de encerramento do Programa.

317. **Pendência “e”: Superfaturamento por sobrepreço. Nas medições dos contratos 605/2011-NOVACAP, 608/2011-NOVACAP, 610/2011-NOVACAP e 611/2011-NOVACAP, constatou-se sobrepreço em relação aos valores já pagos e a pagar, em desacordo com a Lei nº 8.666/93, com Sistemas Referenciais de Custos: SINAPI e VOLARE e Revista Guia da Construção – Editora PINI.**

318. **Justificativa da UEGP/SEMOB:** Mais uma vez, o gestor apenas referenciou os esclarecimentos prestados na pendência “a”, retro.

319. **Análise da justificativa:** Da mesma maneira, Não houve tempo hábil para analisar o cumprimento dessa pendência. Assim, tendo em conta que só faltam



três meses para o término do Programa, propõe-se que a pendência em tela seja analisada na auditoria de encerramento do Programa.

Item 4. Execução de passeios em concreto e suavização de taludes na DF-085 (EPTG) – Contrato nº 22/2011 – DER/DF

320. **Pendência “a”:** Deficiência nos projetos para plantio de grama e ausência de projetos de engenharia para serviços de suavização de taludes e de execução de passeios, objetos do Contrato nº 22/2011-DER/DF, relativo ao plantio de grama, execução de passeios em concreto e suavização de taludes na DF-085 (EPTG), em desacordo com a alínea “f”, inciso IX, art. 6º, e inciso I, § 2º do art. 40 da Lei nº 8.666/93; e com o Contrato nº 22/2011-DER/DF e seus anexos (especificações técnicas e planilha orçamentária).

321. **Justificativa da UEGP/SEMOB:** Nessa oportunidade o gestor apresenta o Ofício nº 819/2014-DG/DER/DF, elaborado pela Superintendência de Obras do DER/DF, o Ofício 1101/2014-DG/DER/DF, com esclarecimentos apenas sobre os achados 6 e 8 do relatório de obras do exercício 2013.

322. No Ofício nº 819/2014-DG/DER/DF – gestor afirmou que o “Projeto As Built” encontra-se no processo referente ao contrato em tela. O achado trata de documentação básica prévia à publicação da licitação. Já no Ofício nº 1101/2014-DG/DER/DF, o gestor informou que o processo nº 113.001449/2011 foi apreciado à época pelo TCDF que autorizou a licitação dos serviços em comento”, além de outras explicações que entendeu pertinente.

323. **Análise da justificativa:** Segundo análise do NFO nos parágrafos 29 e 30 do Anexo B, conclui-se que a pendência não foi saneada.

324. **Pendência “b”:** Ausência de comprovação adequada dos pagamentos realizados no âmbito do Contrato nº 22/2011-DER/DF, relativo ao plantio de grama, execução de passeios em concreto e suavização de taludes na DF-085 (EPTG), em desacordo com o art. 44 do Decreto nº 32.598/10, com os termos do Contrato nº 22/2011-DER/DF e seus anexos (especificações técnicas e planilha orçamentária).

325. **Justificativa da UEGP/SEMOB:** Extrai-se daquela documentação a seguinte informação:

“As medições do serviço foram realizadas por intermédio da apresentação de croquis com informações de localização das áreas plantadas e quantitativos; através de levantamentos realizados pela equipe de topografia da contratada e acompanhados pela equipe de topografia do DER/DF, bem como comprovação no local devido as pertinentes fiscalizações realizadas pelo executor do contrato juntamente com equipe de fiscalização de obras do DER”.

326. **Análise da justificativa:** Segundo análise do NFO nos parágrafos 34 a 36 do Anexo B, conclui-se que a pendência não foi saneada.

327. **Pendência “c”:** Falha na execução dos serviços referentes ao Contrato nº 22/2011-DER/DF, no que se refere ao plantio de grama na DF-085 (EPTG), em desacordo com o art. 61 do Decreto nº 32.598/10, com os termos do Contrato nº 22/2011-DER/DF e seus anexos (especificações técnicas e planilha orçamentária contratual).



Tribunal de Contas do Distrito Federal

328. **Justificativa da UEGP/SEMOB:** Encontra-se daquela documentação a seguinte informação:

“Os serviços foram executados conforme o Termo de Referência item 2.2.2, transcrito abaixo:

‘Plantio de grama batatais em placas ligadas ou mudas, sendo a primeira mais indicada para taludes e a segunda para locais planos’

Logo existem duas formas de pagamento que justificam a execução dos serviços. No que se refere a áreas sem qualquer plantio de grama e suavização de talude é fato que mesmo com o aditivo de serviços, não foram suficientes os quantitativos para conclusão de toda DF-085 (EPTG). Quanto aos taludes apresentados nas fotos, trata-se de taludes de corte com grande inclinação a técnica/tipo de plantio de grama contemplado neste contrato não é aplicável nesta situação; os taludes no qual foram plantadas gramas em placas foram suavizados e suas localizações estão disponíveis para averiguação no local disponibilizado em Projeto ‘As Built’” (grifos nossos).

329. **Análise da justificativa:** Segundo análise do NFO nos parágrafos 39 a 42 do Anexo B, conclui-se que a pendência não foi saneada.

330. **Pendência “d”:** Antecipação indevida de pagamento no Contrato nº 22/2011-DER/DF, relativo ao plantio de grama, execução de passeios em concreto e suavização de taludes na DF-085 (EPTG), sem efetuar o desconto devido e a glosa da rubrica correspondente às despesas financeiras do BDI, em desacordo com Lei nº 8.666/93, art. 65, inciso II, alínea “c” e art. 40, inciso XIV, alínea “d”; Lei nº 4.320/1964, artigos 62 e 63; Decreto Distrital nº 32.598/2010, art. 64; item 10.3 do Contrato nº 22/2011-DER/DF; Acórdão nº 1442/2003-TCU-Primeira Câmara; Acórdão nº 1726/2008-TCU-Plenário; cronograma físico-financeiro do contrato.

331. **Justificativa da UEGP/SEMOB:** o gestor limitou-se a referenciar o esclarecimento prestado na pendência “a”, retro.

332. **Análise da justificativa:** Segundo análise do NFO nos parágrafos 46 a 49 do Anexo B, conclui-se que a pendência não foi saneada.

Item 5. Serviços de Drenagem – Contrato nº 09/2012-DER/DF

333. **Pendência “a”:** Serviços de Drenagem - Obstrução da tubulação do sistema de drenagem – Contrato nº 09/2012-DER/DF, relativo a serviço de drenagem na DF-085 (EPTG), em desacordo com os termos do Contrato nº 09/2012-DER/DF e seus anexos.

334. **Justificativa da UEGP/SEMOB:** No Ofício nº 819/2014-DG/DEF/DF o gestor alega que “a manutenção do sistema de drenagem é executado periodicamente e a foto demonstra restos de enxurrada se devia a uma chuva intensa no local à época que não havia sido limpo.”

335. **Análise da justificativa:** Segundo análise do NFO nos parágrafos 53 a 56 do Anexo B, conclui-se que a pendência não foi saneada.

Item 6. Instalação de defensas metálicas na DF-085 (EPTG) – Contrato nº 10/2012 – DER/DF

336. **Pendência “a”:** Deficiência do Projeto Básico relativo ao Contrato nº 10/2012-DER/DF, referente à execução de serviço de instalação de defensas metálicas na DF-085 (EPTG), em desacordo com o Inciso IX, art. 6º, da Lei nº 8.666/93; inciso I, § 2º, do art. 40 da Lei de Licitações e Contratos.



Tribunal de Contas do Distrito Federal

337. **Justificativa da UEGP/SEMOB:** Encontra-se no Ofício nº 819/2014-DG/DER/DF a seguinte informação:

*“Cabe a Superintendência Técnica do DER/DF, a confecção e aprovação do Projeto Básico e demais Projetos Executivos pertencentes à obra.
Outrossim, como Engenheiro Civil Executor do Contrato, cumpro as normas estabelecidas do projeto apresentado à Superintendência de Obras”.*

338. **Análise da justificativa:** O NFO observa que não foi apresentada qualquer justificativa, permanecendo as conclusões iniciais sobre a irregularidade apontada.

339. Por essa razão, entende-se que a pendência não foi saneada e deve ser mantida.

340. **Pendência “b”: Deficiente execução de serviços e falta de execução de itens constantes nas especificações anexas ao Contrato nº 10/2012-DER/DF, relativo ao serviço de instalação de defensas metálicas na DF-085 (EPTG), em desacordo com o art. 61 do Decreto nº 32.598/10, Contrato nº 10/2012-DER/DF e seu anexo de especificações técnicas.**

341. **Justificativa da UEGP/SEMOB:** No Ofício nº 819/2014-DG/DER/DF o gestor assim se expressou:

*“O referido contrato foi finalizado e a empresa executora multada devido a não conclusão de todas as etapas e foi solicitado pela fiscalização do DER/DF os balizadores reflexivos junto à contratada.
A fixação dos postes foi feita através de equipamento de percussão apropriado para tal, à fixação com chumbamento com concreto não é apropriada em vias pavimentadas.
No fato apresentado nas fotos 10 e 11 não se trata de lâmina solta e sim de terminal de ancoragem simples semi-maleável”.*

342. **Análise da justificativa:** Segundo análise do NFO nos parágrafos 65 a 68 do Anexo B, conclui-se que a pendência não foi saneada.

343. **Pendência “c”: Execução de instalação de defensas metálicas em locais desnecessários (Contrato nº 10/2012-DER/DF), de acordo com critérios técnicos definidos pelo DNIT.**

344. **Justificativa da UEGP/SEMOB:** o gestor limitou-se a referenciar o esclarecimento prestado na pendência “a”, do item 4, retro.

345. **Análise da justificativa:** Segundo análise do NFO nos parágrafos 72 a 75 do Anexo B, conclui-se que a pendência não foi saneada

346. **Pendência “d”: Inexecução parcial do Contrato nº 10/2012-DER/DF, relativo a serviço de instalação de defensas metálicas na DF-085 (EPTG), e ausência de comprovação da execução dos serviços pagos, em desacordo com o disposto no art. 44 do Decreto nº 32.598/10; com o art. 113 da Lei nº 8.666/93; com o Contrato nº 10/2012-DER/DF e seus anexos.**

347. **Justificativa da UEGP/SEMOB:** No Ofício nº 819/2014-DG/DER/DF, o gestor afirma que “todas as informações de localização das defensas metálicas implantadas e medidas foram apresentadas pelo contratado através de croquis, localizações georeferenciais além de verificação e acompanhamento diário da fiscalização do DER/DF”.



Tribunal de Contas do Distrito Federal

348. **Análise da justificativa:** Segundo análise do NFO nos parágrafos 79 e 80 do Anexo B, conclui-se que a pendência não foi saneada.

349. Assim, entende-se que a pendência em tela não foi sanada e, por essa razão, deve ser mantida.

2) Pendências de Exercícios Anteriores a 2013 (analisadas neste Relatório)

350. **Pendência “a”: Programa de Comunicação Social e Ambiental do PTU/DF – Processo de Aquisição nº 0410002314/2009 - SBQC (GN 2350, Seção II) – contratado Grecco Consultorias - Atitude e Pensamento Estratégico, no valor de R\$ 1.828.734,89. Objeto: Execução do Programa de Comunicação Social e Ambiental do PTU/DF. Contrato assinado em 04.10.2010, relativo às Solicitações de Desembolso nº 41, 42, 43, 44, 46, 47. Não está comprovado nos autos que os serviços contratados de consultoria tenham ocorrido a preços de mercado.**

351. **Justificativa da UEGP/SEMOB:** o gestor se limitou a informar que os esclarecimentos a esse item se encontram no “anexo B dos Esclarecimentos 2”.

352. **Análise da justificativa:** Esse assunto foi tratado na pendência “e” das cláusulas contratuais, parágrafos 278 a 290. Como já informado, não consta até a página 9649 do processo de aquisição nº 0410002314/2009 comprovação de que os serviços contratados de consultoria tenham ocorrido a preços de mercado.

353. Por essa razão, entende-se que a recomendação em tela não foi atendida e permanece.

354. **Pendência “b”: Terminal de ônibus da Ceilândia – Setor “O” – b.1) Falha na elaboração do Projeto Básico e ausência de comprovação da execução dos serviços; b.2) Desempenho deficiente das funções dos fiscais do Contrato nº 20/2009-ST; b.3) Execução de serviços em desacordo com especificações técnicas no Contrato nº 20/2009-ST; b.4) Emissão indevida de documento atestando a conclusão das obras do terminal de passageiros de Ceilândia – Setor “O” que ainda estavam em andamento e com falhas na execução.**

355. **Justificativa da UEGP/SEMOB:** o gestor volta a referenciar o Memorando nº 46/2014-UEGP/ST, anteriormente citado na pendência “c”, do item “Cumprimento de Cláusulas Contratuais”, parágrafos 268 a 2, pedindo esclarecimentos em relação a esse assunto, para o qual ainda não foi obtida resposta.

356. **Análise da justificativa:** Por não haver qualquer esclarecimento a respeito desse assunto pelo mutuário, considera-se não sanada a pendência em tela, razão pela qual deve ser mantida.

357. **Pendência “d”: Projetos das Ciclovias – Projeto executivo de ciclovias, elaborado no âmbito do Contrato nº 042/2008/DER, que liga a BR-060 ao Recanto das Emas, não consta da relação de ciclovias prioritárias do Distrito Federal.**

358. **Justificativa da UEGP/SEMOB:** Quanto a esse achado, o gestor prestou o seguinte esclarecimento: “É irrelevante que a ciclovias referida não esteja incluída na relação de ciclovias prioritárias do DF. Tanto que o BID concedeu não objeção à indicação dos projetos como contrapartida”.



Tribunal de Contas do Distrito Federal

359. **Análise da justificativa:** Entende-se que, após a inclusão dessas ciclovias no Plano de Aquisições e a execução das obras citadas, a pendência em tela perdeu o objeto.

360. **Pendência “f”:** Plano Diretor de Transporte Urbano do DF – Não encaminhamento, por intermédio do Secretario de Transporte, de cópia do relatório de auditorias anteriores à Secretaria de Transparência e Controle para adoção das providências que julgar cabíveis, relativas ao Processo 030.000.731/2005. Plano Diretor de Transporte Urbano e Mobilidade do Distrito Federal (Contrato nº 08/2008-ST).

361. **Justificativa da UEGP/SEMOB:** quanto a essa pendência, o gestor assim se manifestou:

“Reiteramos o Ofício Nº 050/2011-UGP/ST, de 31/03/2011, anexo, quando informamos o encaminhamento do Processo PROC. 030.000.731-2005, referente ao PDTU, à Secretaria de Transparência e Controle – STC, em 21/03/2011.”

362. **Análise da justificativa:** em que pese o esclarecimento prestado pelo gestor, não consta do Ofício encaminhado o relatório de auditoria, conforme recomendado. Contudo, o Tribunal, por meio da Decisão nº 1.134/2013, item IV, “b”, supriu a pendência ora em exame.

363. Assim, a pendência em tela perdeu objeto.

3) Outras Pendências de Exercícios Anteriores a 2013 (a serem analisadas na auditoria de encerramento)

364. Outras pendências e correções de falhas e irregularidades relativas a obras, apontadas em auditorias anteriores, serão analisadas na auditoria de fechamento do programa, haja vista não ter havido tempo hábil para a referida verificação. A tabela seguinte sumariza tais pendências.



Tribunal de Contas do Distrito Federal

Alínea	Pendência
“c” do § 229 da auditoria de 2013	Passarela na rodovia DF-001 – c.1) ausência de aplicação de BDI diferenciado para fornecimento de materiais no Contrato nº 08/2012-DER/DF, c.2) execução de escada em desacordo com as recomendações das normas técnicas no Contrato nº 08/2012-DER/DF, c.3) antecipação indevida de pagamento no Contrato nº 08/2012-DER/DF.
“e” do § 229 da auditoria de 2013	Construção e manutenção dos terminais Brazlândia, São Sebastião e Riacho Fundo I – Não foram corrigidas as inúmeras falhas constatadas nos terminais de passageiros de Brazlândia, São Sebastião e Riacho Fundo I, relativo aos Contratos nºs 001/2008-ST, 002/2008-ST e 003/2008-ST.
“g” do § 229 da auditoria de 2013	Adequação viária da EPTG, viadutos e obras de arte – e.1) existência de diversos tipos de defeitos na superfície dos pavimentos flexível/asfáltico e rígido/concreto; e.2) existência de erro de concordância transversal na estrutura da via entre as faixas do pavimento flexível das vias expressas e entre o pavimento rígido e as baias de ônibus; e.3) inexistência de juntas de dilatação longitudinais e respectivas barras de ligação entre o pavimento rígido da via exclusiva e as baias de ônibus; e.4) insuficiência e inexistência de sistema de drenagem de águas pluviais em alguns trechos das vias; e.5) paradas de ônibus e estações de transferência não concluídas; e.6) identificação de escorregamento de aterros e erosão de taludes; e.7) estreitamento nas vias expressas norte e sul nos viadutos da RFFSA, Vicente Pires e Guará, localizados na Linha Verde; e.8) serviços executados de limpeza de camada vegetal e de execução de fundações e superestrutura, relativos à ciclovia, com grande possibilidade de se tornarem inúteis.

D. Sistema de Controle Interno

365. As pendências de controle interno de exercícios anteriores foram analisadas em conjunto com a situação encontrada em 2014, haja vista tratar-se de processo contínuo de gestão, conforme item II deste relatório.



IX. ANÁLISE DA MANIFESTAÇÃO DO GESTOR

366. A auditoria encaminhou à UEGP/SEMOB, por meio da Nota de Auditoria nº 20, de 14/04/2015, Minuta de Relatório de Auditoria, para que o gestor pudesse se manifestar sobre os achados de auditoria consignados naquele documento.

367. A UEGP/SEMOB encaminhou, em 20.04.2015, por meio do Ofício nº 115/2015 – GAB/SEMOB e do Ofício 120/2015 – GAB/SEMOB, ambos da mesma data, os comentários que entendeu pertinentes à Minuta de Relatório de Auditoria.

368. Nos parágrafos seguintes, exporemos as opiniões do gestor tendentes a confrontar os resultados apresentados naquela Minuta de Relatório de Auditoria. Deixaremos de consignar, nessa oportunidade, as opiniões do gestor que foram acatadas pelos auditores independentes, tendo em vista que estas foram integralmente incorporadas ao corpo deste relatório.

369. **Comentário do Gestor sobre o Achado IV.1:** A UEGP/DF aponta incoerência nas OBs e NLs descritas no parágrafo 106 deste Relatório. Alega que as OBs e NLs que foram utilizadas para os pagamentos das respectivas despesas seriam aquelas descritas no campo “OB/NL informada pelo gestor” da tabela que se segue. Entretanto, a informação não se confirma, uma vez que em consulta realizada ao SIGGO verificou-se que tais documentos citados foram canceladas, conforme descrito na tabela a seguir.

Item	SD	Cat.	Nº do Contrato	Descrição	OB/NL informada pelo gestor	Data de pgto. informada pelo gestor	Status da OB/NL informada pelo gestor no SIGGO	Documento que cancelou a OB/NL informada SIGGO
23	56	1.2	025/2008	Pag. Ref. IRRF da 62ª MED	2014OB18807	03/04/2014	Cancelada	2014OC00413
35	56	2.2	605/2011	Reaj. Ref. 10ª MED	2014NL00987	25/02/2014	Estornada	2014NL01509
36	56	2.2	605/2011	Pag. Ref. Reaj. da 10ª MED	2014OB00630	25/02/2014	Cancelada	2014OC00039
37	56	2.2	605/2011	Pag Ref. Med. de Jul/13	2014NL00985	25/02/2014	Estornada	2014NL01506
38	56	2.2	605/2011	Pag. Ref. Med. de Jul/13	2014OB00632	25/02/2014	Cancelada	2014OC00040
39	56	2.2	610/2011	Pag. Ref. produto da 7ª MED	2014OB01631	25/02/2014	A OB informada diz respeito a contrato alheio ao PTU	
40	56	2.2	610/2011	Pag. Ref. Impostos da 7ª MED	2014NL00979	25/02/2014	Estornada	2014NL01663
34	57	1.2	025/2008	Pag Reaj. dos Serv. da 65ª MED	2014OB41768	21/07/2014	Cancelada	2014OC01053
124	57	2.1	018/2013	Pgto. INSS	2014OB32935	06/06/2014	Cancelada	2014OC00842
24	58	2.1	005/2014	Pag. Ref. IRRF 2ª MED	2014OB51174	28/08/2014	Cancelada	2014OC01322
16	60	2.1	003/2014	Pgto. Ref. INSS da 1ª MED.	2014OB61122	16/10/2014	Cancelada	2014OC01608
5	62	2.1	003/2014	Pag. Ref. Serv. 2ª MED	2014OB66890	14/11/2014	Cancelada	2014OC01781
109	64	2.1	018/2013	Pag. Ref. Compl. Serv. 9ª MED	2014OB77622	29/12/2014	Cancelada	2014OC02024

370. **Comentário do Gestor sobre a Pendência “a.I”:** divergência no montante de US\$ 2.945,65 referente a equívoco no valor da taxa de câmbio utilizada para conversão em dólares do montante da NF nº 89 – Consórcio Mendes Júnior/Serveng/CR Almeida (Solicitação de Desembolso nº 16), que



Tribunal de Contas do Distrito Federal

resultará na diminuição dos recursos aplicados (do capítulo “Análise do Saneamento de Pendências de Exercícios Anteriores, item ‘Demonstrações Financeiras Básicas’”)

371. O gestor informou que

“o ajuste contábil **será realizado** conforme orientação a ser ratificada pelo BID. A correção não foi possível à época, pois não havia recursos BID empregados na categoria Custos Diretos – Melhoria e Integração do Transporte Público Coletivo, passíveis de compensação na Solicitação de Desembolso” (grifo nosso)

372. Percebe-se na alegação do gestor que trata-se de medida futura, ainda não desenvolvida. Assim, torna-se impossível à auditoria considerar cumprida a pendência em tela.

373. Por essa razão, entende-se que a pendência deve ser mantida.

374. **Comentário do Gestor sobre as Pendência “g”, “h”, “i” e “j”, relativas a contratos de execução de contrapartida – Ciclovias – NOVACAP (do capítulo “Análise do Saneamento de Pendências de Exercícios Anteriores, item ‘A – Demonstrações Financeiras’”)**

375. O gestor informou que

“a UEGP providenciou junto à NOVACAP, cópia da documentação complementar relativa aos contratos de contrapartida de implantação de ciclovias. A partir destes comprovantes **será possível** o lançamento dos referidos pagamentos, bem como de eventuais faturas que restaram pendentes.” (grifo nosso)

376. Percebe-se na alegação do gestor que trata-se de medida futura, ainda não desenvolvida. Assim, torna-se impossível à auditoria considerar cumprida a pendência em tela.

377. Por essa razão, entende-se que a pendência permanece.

378. **Comentário do Gestor sobre a Pendência “c”: Cláusula 4.01 das disposições especiais do Contrato de Empréstimo e Artigo 6.01 das Normas Gerais do Contrato, por proceder à aquisição e principalmente ao pagamento de medições parciais de execução de obras em desacordo com as especificações técnicas dos projetos básicos e executivos, especialmente das obras do terminal de passageiros Ceilândia, obras de pavimentação, adequação viária e instalação de passarela. (do capítulo “Análise do Saneamento de Pendências de Exercícios Anteriores, item ‘B – Cumprimento de Cláusulas Contratuais’), bem como sobre o Item 2. Construção do Terminal de passageiros de Ceilândia – Setor “O”, Pendência “a”: Falta de acessibilidade e de segurança contra risco e pânico no terminal de passageiros, em desacordo com laudos da AGEFIS e Corpo de Bombeiros Militar do DF (do capítulo “Análise do Saneamento de Pendências de Exercícios Anteriores, item ‘C - Procedimentos de Aquisições e Obras’”)**

379. Segundo o gestor,

“Cabe rememorar que, complementarmente aos esclarecimentos encaminhados a essa Auditoria por meio dos Ofícios nº 251/2014, 261/2014 e 262/2014, esta Unidade encaminhou, no mesmo mês de dezembro de 2014, as respostas referentes ao supracitado documento – Memorando nº 46/2014-UEGP/ST – e documentação correlata. O material foi encaminhado aos senhores auditores por meio dos Ofícios nº 281/2014-UEGP/ST, de 23/12/2014 e nº 285/2014-UEGP/ST, de 29/12/2014.”



Tribunal de Contas do Distrito Federal

380. Não houve tempo hábil para analisar o cumprimento dessa pendência. Assim, tendo em conta que só faltam três meses para o término do Programa, propõe-se que a pendência em tela seja analisada na auditoria de encerramento do Programa.

381. **Comentário do Gestor sobre o item 3 – Ciclovias – Contratos nºs 605/2011, 611/2011, 608/2011 e 610/2011 - Pendência “a”, “b”, “c”, “d” e “e” (do capítulo “Análise do Saneamento de Pendências de Exercícios Anteriores, item item ‘B - Cumprimento de Cláusulas Contratuais’”)**

382. O gestor afirmou que

“Cabe lembrar que complementarmente ao Ofício nº 251/2014-UEGP/ST, remetido à essa Auditoria em 03/12/2014, foi enviado o Ofício nº 34/2015-UEGP/ST, de 04/03/2015, mediante o qual esta Unidade encaminha cópia do Memo. 116/2015-GAB/SEMOB, e material anexo, com respostas da NOVACAP (Ofício 225/2015 – GAB/PRES-NOVACAP) acerca dos referidos contratos.”

383. Não houve tempo hábil para analisar o cumprimento dessa pendência. Assim, tendo em conta que só faltam três meses para o término do Programa, propõe-se que a pendência em tela seja analisada na auditoria de encerramento do Programa.

384. **Comentário do Gestor sobre a Pendência “e”: Cláusula 4.04 das Disposições Especiais, ... em virtude da contratação de consultoria do Programa de Comunicação Social e Ambiental do PTU/DF sem comprovação nos respectivos autos que os serviços tenham ocorrido a preços de mercado. (do capítulo “Análise do Saneamento de Pendências de Exercícios Anteriores, item ‘B - Cumprimento de Cláusulas Contratuais’”)**

385. O gestor teceu o seguinte comentário:

“Na ocasião, a própria Auditoria informou que o aditivo celebrado ao final de 2012 foi firmado com ‘os mesmos valores previstos no contrato original’. Tal fato converge para as prescrições do art. 65, § 1º, da Lei 8666/93.

Assim, em que pese a iniciativa do Secretário de Transportes em determinar a realização de pesquisa para comprovação de que os preços do Aditivo estariam em consonância com os praticados no mercado, temos que tal consulta restou prejudicada, haja vista que, de fato, já concluído e aceito pela presente auditoria, as evidências ‘a’, ‘b’, ‘c’, ‘d’ referentes à pesquisa de mercado, demonstra atendida a comprovação de que os serviços foram contratados a preços de mercado.

Apesar de superada a questão relativa aos preços do Aditivo, ao visio de demonstrar que os referidos preços ainda estariam coerentes com o de mercado, apresentou-se outros preços referenciais de consultoria, tal como a tabela ABCE/2013, tendo em vista inexistir outras referências oficiais e que pesquisas desse jaez não serem atividades simples de serem executadas, conquanto as empresas seja reticentes em fornecer orçamentos com tal finalidade.

Assentadas nas razões e premissas apresentadas, depreende-se não prosperar as razões aduzidas no Achado da presente Nota de Auditoria.”



Tribunal de Contas do Distrito Federal

386. De acordo com CHAVES³a manutenção do equilíbrio dos preços contratados com o preço de mercado, é essencial para a celebração de aditivos aos contratos celebrados pela Administração Pública, *in verbis*:

“3.2.2. Não observância ao equilíbrio dos preços fixados no contrato sob pena de responsabilização dos agentes envolvidos, deve-se observar o equilíbrio dos preços fixados no Contrato, de maneira a evitar que, por meio de termos aditivos futuros, o acréscimo de itens com preços supervalorizados ou eventualmente a supressão ou a modificação de itens com preços depreciados viole princípios administrativos.

Porém, há casos em que, por falta de critérios de aceitabilidade de preços unitários, nem todos os valores da planilha orçamentária da proposta vencedora são os menores diante dos demais concorrentes, ainda que o valor global da oferta seja o menos dispendioso para o erário. Nessa hipótese, a Administração Pública não está necessariamente jungida à obrigação imposta ao contratado pelo art. 65, §1º, da Lei 8.666/96.

Na ocorrência de celebração de termo aditivo, com acréscimo de quantidade de serviço nos limites legais, cujo preço unitário seja superior ao de mercado, a Administração não estará obrigada a seguir o valor unitário inicialmente estabelecido na avença. Pois, permitindo a continuidade de sobrepreço desse item, restaria vulnerado o interesse público. Dessa forma, deve a Administração contratante exigir que o preço unitário das quantidades acrescidas pelo aditivo tenha por limite máximo o preço de mercado.

Na licitação decidida pelo critério do menor preço global, em que não houve critério de aceitabilidade dos preços unitários, não há direito do contratado à utilização dos preços unitários inicialmente cotados para remunerar os quantitativos acrescidos por termo aditivo, mormente quando esses estão acima dos preços de mercado. O art. 65, §1º, da Lei 8.666/96 exprime benefício para a Administração e não para o contratado. Logo, se a alteração contratual trouxer prejuízo para a Administração, caberá sempre o juízo de oportunidade e conveniência por parte do administrador público, já que, ao contrário da contratada, não se encontra ele jungido à obrigação de aceitação da alteração. Portanto, poderá o administrador, fracassadas as tratativas para redução de preço excessivo de item cujo quantitativo necessita ser ampliado, contratar esse acréscimo com outra empresa ou, se inviável a partição do serviço, rescindir unilateralmente o contrato se entender que isso melhor atenderá o interesse público.”

387. O mesmo entendimento e orientação tem o Tribunal de Contas da União, *in verbis*:

Acórdão 551/2008 Plenário

“Observe a necessária justificativa em um eventual aditamento contratual para acréscimos de quantitativos, **evitando a inadequabilidade de preços com o mercado**, notadamente com os anotados no orçamento-base e no SINAPI, em decorrência da falha verificada em relação à ausência de critério de aceitabilidade de preços unitários Acórdão 554/2008 Plenário.

Exerça criterioso controle dos elementos da planilha apresentada, de modo que, na eventualidade de ajustes por meio de termos de aditamento, seja observado rigorosamente o equilíbrio do contrato, **evitando a supressão de quantitativos de itens com subpreço e acréscimo de quantitativos de itens com sobrepreço.**”

Acórdão 3667/2009 Segunda Câmara

CHAVES, Eber dos Santos. Alteração de contratos administrativos: estudo sobre vícios nos aditamentos aos contratos administrativos. Revista Controle, Tribunal de Contas do Estado do Ceará v. XI, n. 1, p. 211-233, jan/jun. 2013.



Tribunal de Contas do Distrito Federal

“Por ocasião da celebração de aditamentos para prorrogação do prazo de vigência dos contratos de prestação de serviços executados de forma contínua: • adote providências no sentido de promover a assinatura dos respectivos termos de aditamento até o término da vigência do respectivo contrato, uma vez que, transposta a data final de vigência, o contrato é considerado extinto, não sendo juridicamente cabível a prorrogação ou a continuidade da execução dele, nem a assinatura com data retroativa, nos termos do art. 60, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993; • **realize pesquisa prévia dos preços de mercado capaz de justificar ou não o aditamento, consignando-a expressamente nos autos**, para fins de observância ao disposto no art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/1993.

388. Também o TCDF prolatou decisões nesse sentido, a saber:

Decisão TCDF 8965/1997

"I) reiterar à Secretaria de Administração os termos da letra c da Decisão n 8687/96, que ordenou a adequação do prazo estabelecido no 26 Termo Aditivo ao Contrato Padrão n 10/89, celebrado com a firma Fiança-Empresa de Segurança Ltda., em 01.04.94, aos ditames da norma expressa pelo inciso II do art. 57 da Lei n 8.666/93, com a redação oferecida pela MP n 1500/96, solicitando adicionalmente que aquela Secretaria envie a esta Corte os documentos comprobatórios da efetivação da medida e demonstre que a prorrogação do prazo de vigência contratual consubstanciada pelo referido aditivo (36 meses) visou, efetivamente, à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração.

Decisão TCDF 8626/2000

"c) determinar à Cia do Metropolitano do Distrito Federal que, doravante, nos casos em que houver prorrogação dos contratos de prestação de serviços contínuos, faça constar justificativa circunstanciada da existência de condições mais vantajosas para a administração, consoante previsto no inciso II do artigo 57 da Lei de Licitações.

Decisão TCDF 2604/2004

" II) alertar a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – Novacap para o teor da alínea "a" da Decisão Normativa n 01/1999 desta Corte e determinar que, caso decida pela prorrogação da vigência do termo de contrato n 513/2001, realize estudos, considerando os aspectos abordados nos parágrafos 14 a 18 da Informação n 29/2004 da 3ª Inspeção de Controle Externo, com o objetivo de demonstrar a obtenção de preços e condições mais vantajosas para entidade com dilação da vigência contratual, devendo encaminhar a este Tribunal, antes da formalização dessa alteração do contrato, o resultado dos aludidos estudos, a fim de que possa ser avaliado o aspecto da economicidade dessa modificação do ajuste."

389. Diante do exposto, entende-se que cabia ao gestor dos contratos efetuar pesquisa prévia de preços antes da celebração do termo aditivo ao contrato, para avaliar e justificar ou não o aditamento, "consignando o resultado nos autos".

390. A comprovação de que os preços dos serviços a serem aditivados continuavam a preço de mercado era condição obrigatória para a celebração e assinatura de termos aditivos. Cabia ao gestor esta comprovação, havendo, nos autos, inclusive determinação expressa da Procuradoria-Geral do Distrito Federal e do Secretário de Estado dos Transportes nesse sentido, sendo alertado ao gestor que a assinatura do citado Secretário era condicionada à referida comprovação. O que não ocorreu.

391. Além disso, conforme admite a manifestação do gestor, tal procedimento obrigatório não foi cumprido nem antes da celebração do aditivo nem



Tribunal de Contas do Distrito Federal

logo após a assinatura do Secretário, antes da execução e do pagamento da primeira medição dos serviços prestados aditivados, conforme determinado pela PGDF e pelo Secretário.

392. A alegação de que a auditoria considerou os itens contratados a preço de mercado não procede, haja vista que foi este mesmo Auditor Independente que apontou a falta de comprovação da contratação a preço de mercado.

393. Portanto, considera-se improcedente as alegações da UEGP, mantendo-se, portanto, não saneada a falha apontada.



X. CONCLUSÃO

394. O resultado dos testes e exames de auditoria realizados permite concluir que, em nossa Opinião, os demonstrativos financeiros do exercício encerrado em 31.12.2014, do Programa de Transporte Urbano custeado pelos recursos do Contrato de Empréstimo nº OC/BR 1957 – BID, representam razoavelmente sua situação física e financeira, bem como que foram cumpridas as normas contratuais, de aquisições e desembolsos, ressaltando-se os fatos listados a seguir.

395. Quanto às Demonstrações Financeiras:

- a) divergência no montante de US\$ 2.945,65 referente a equívoco no valor da taxa de câmbio utilizada para conversão em dólares do montante da NF nº 89 – Consórcio Mendes Júnior/Serveng/CR Almeida (Solicitação de Desembolso nº 16), conforme parágrafos 222 a 227 do Relatório de Auditoria e do Sistema de Controle Interno;
- b) ausência de apresentação das conciliações bancárias completas, contendo os registros individualizados de cada fato contábil, de forma analítica, conforme parágrafos 95 a 100 e 234 a 239 do Relatório de Auditoria e do Sistema de Controle Interno;
- c) não contabilização de despesas realizadas na execução da ciclovias de Recanto das Emas, realizada pela NOVACAP, com recursos de contrapartida local, conforme parágrafos 249 a 260 do Relatório de Auditoria e do Sistema de Controle Interno;
- d) irregularidades na contratação, execução e pagamento de obras e serviços de adequação viária na EPTG verificadas nas auditorias anteriores, envolvendo recursos do BID e de contrapartida local, cuja estimativa do impacto financeiro nos demonstrativos é incerta, conforme descrito nos parágrafo 91, itens “a”, “c” e “d”, do Relatório de Auditoria e do Sistema de Controle Interno;
- e) execução de obras de ciclovias com indícios de superfaturamento e erros de medição verificada na auditoria de 2013, envolvendo recursos de contrapartida local, cuja estimativa do impacto financeiro nos demonstrativos é incerta, conforme descrito no parágrafo 91, item “b”, do Relatório de Auditoria e do Sistema de Controle Interno.
- f) falhas e irregularidades detectadas nos procedimentos de aquisições e execução de obras e serviços de engenharia relativos a implantação dos terminais de ônibus de Recanto das Emas I e II, Riacho Fundo II, QNR-Ceilândia, Gama Leste, Sobradinho II e Samambaia Norte e Sul, envolvendo recursos do BID e de contrapartida local, cuja estimativa do impacto financeiro nos demonstrativos é incerta, conforme parágrafo 91, item “e”, do Relatório de Auditoria e do Sistema de Controle Interno; e
- g) ausência de comprovação de que os pagamentos ocorridos de 01/01/2014 a 31/12/2014 à consultoria do Programa de Comunicação Social e Ambiental do PTU/DF tenham sido realizados a preço de mercado, conforme parágrafos 278 a 290, do Relatório de Auditoria e do Sistema de Controle Interno.



Tribunal de Contas do Distrito Federal

396. Quanto ao Cumprimento de Cláusulas Contratuais, consideram-se descumpridas as seguintes cláusulas e artigos:

- a) Artigo 3.06(b) das Normas Gerais, devido à utilização de taxa de câmbio diversa daquela do dia do efetivo pagamento, conforme parágrafos 104 a 110 do Relatório de Auditoria e do Sistema de Controle Interno;
- b) Cláusula 4.02 das Disposições Especiais, tendo em vista a ausência de ações planejadas e periódicas de manutenção e conservação, conforme parágrafos 111 a 118 do Relatório supramencionado;
- c) Cláusula 4.04 das Disposições Especiais, em virtude da ausência de comprovação de que a contratação e os pagamentos dos serviços de consultoria do Programa de Comunicação Social e Ambiental do PTU/DF tenham sido realizados a preço de mercado, conforme parágrafos 119 a 121 e 278 a 290 do Relatório supramencionado;
- d) Cláusula 4.01 das Disposições Especiais e Artigo 6.01 das Normas Gerais, por proceder à aquisição e principalmente ao pagamento de medições de execução de obras em desacordo com as especificações técnicas dos projetos básicos e executivos, especialmente das obras dos terminais de passageiros de Recanto das Emas I e II, Riacho Fundo II, QNR-Ceilândia, Gama Leste, Sobradinho II, Samambaia Norte e Sul, conforme parágrafos 122 a 127 do Relatório supramencionado;
- e) Artigo 6.03 das Normas Gerais, em virtude da utilização parcial de equipamentos de monitoramento e poluição de ar adquiridos com recursos do BID, conforme parágrafos 128 a 130 e Capítulo VI do Relatório de Auditoria e do Sistema de Controle Interno;
- f) Artigo 7.01 e 7.02 das Normas Gerais, em virtude de fragilidades verificadas no Sistema de Controle Interno, conforme parágrafos 131 a 133 do Relatório supramencionado; e
- g) Artigo 6.01 das Normas Gerais, em virtude do atraso em iniciar a reforma dos terminais do Núcleo Bandeirante, do Guará II, do Paranoá e de Taguatinga – Setor M Norte, conforme parágrafos 134 a 140 do Relatório de Auditoria e do Sistema de Controle Interno.

397. Quanto aos Procedimentos de Aquisições, Bens, Obras e Serviços:

- a) inconsistência entre os dados declarados nas Solicitações de Desembolso enviadas ao BID e os comprovantes encontrados nos processos de aquisição e de pagamento, conforme parágrafos 142 a 151, do Relatório de Auditoria e do Sistema de Controle Interno;
- b) pagamentos realizados em 2014 sem a devida comprovação de que serviços de consultoria do Programa de Comunicação Social e Ambiental do PTU/DF tenham sido realizados a preço de mercado, conforme parágrafos 152 a 154 e 278 a 290, do Relatório de Auditoria e do Sistema de Controle Interno;



Tribunal de Contas do Distrito Federal

- c) ausência de projetos e outros elementos fundamentais (memoriais e especificações), relativos à execução das obras dos terminais de passageiros de Recanto das Emas I e II, Riacho Fundo II, QNR-Ceilândia, Gama Leste, Sobradinho II, Samambaia Norte e Sul, conforme parágrafo 157 do Relatório de Auditoria e do Sistema de Controle Interno e parágrafos 82 a 109 do anexo B;
- d) ausência de estudo de alternativas para terraplenagem do Terminal QNR Ceilândia, conforme parágrafo 158 do Relatório de Auditoria e do Sistema de Controle Interno e parágrafos 110 a 124 do anexo B;
- e) fragilidades e inconsistências nos registros das medições da execução obras e serviços de engenharia, possibilitando antecipação de pagamentos das obras do terminal de passageiros de Samambaia Sul, conforme parágrafo 159 do Relatório de Auditoria e do Sistema de Controle Interno e parágrafos 125 a 146 do anexo B;
- f) inconsistências na determinação dos quantitativos aditados, no terminal de passageiros de Sobradinho II, conforme parágrafo 160 do Relatório de Auditoria e do Sistema de Controle Interno e parágrafos 147 a 162 do anexo B;
- g) desconformidade entre os serviços contratados e os efetivamente executados, no terminal de passageiros de Riacho Fundo II e QNR-Ceilândia, conforme parágrafo 161 do Relatório de Auditoria e do Sistema de Controle Interno e parágrafos 163 a 188 do anexo B;
- h) execução de serviços com alterações de serviços previstos nos projetos sem formalização de termo aditivo na execução do terminal de passageiros do Riacho Fundo II e Gama Leste, conforme parágrafo 162 do Relatório de Auditoria e do Sistema de Controle Interno e parágrafos 189 a 243 do anexo B;
- i) deficiências da execução dos serviços, execução incompleta ou deficiente, bem como itens danificados, que podem comprometer a qualidade final e a vida útil dos terminais de passageiros de Recanto das Emas I e II, Riacho Fundo II, QNR-Ceilândia, Gama Leste, Sobradinho II, Samambaia Norte e Sul, conforme parágrafo 163 do Relatório de Auditoria e do Sistema de Controle Interno e parágrafos 269 a 279 do anexo B;
- j) não atendimento de critérios de acessibilidade nos terminais de passageiros do Recanto das Emas I e II, Riacho Fundo II, QNR-Ceilândia, Gama Leste, Sobradinho II, Samambaia Sul e Norte, conforme parágrafo 164 do Relatório de Auditoria e do Sistema de Controle Interno.

Brasília, 22 de abril de 2014.



Tribunal de Contas do Distrito Federal

Fabício Bianco Abreu
ACE/TCDF Mat. 449-9

José Higino de Souza
ACE/TCDF Mat. 662-9

Marcelo Magalhães Silva de Sousa
ACE/TCDF Mat. 1420-2